



Perspectivas e Reflexões em Sociologia

Fabiana Leticia Sbaraini
Nelson Calsavara Garcia Junior
(Organizadores)

 **Bookerfield**



Perspectivas e Reflexões em Sociologia

Fabiana Leticia Sbaraini
Nelson Calsavara Garcia Junior
(Organizadores)

Editora Chefe

Marcia A. A. Marques

Coordenadora Editorial

Isabela Arantes Ferreira

Bibliotecária

Maria Alice Ferreira

Diagramação

Marcos Antonio Ribeiro Pereira

Arte da Capa

Matheus Lacerra

Imagem da Capa

Freepik

Revisão

Os autores

O conteúdo deste livro está licenciado sob uma licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial Não Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).



2021 by Bookerfield Editora

Copyright © Bookerfield Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Bookerfield Editora

Os autores cedem à Bookerfield Editora os direitos para esta edição

Esta obra é de natureza digital (e-book). Versões impressas são permitidas, não tendo a Bookerfield Editora qualquer responsabilidade pela confecção e distribuição de exemplares físicos deste conteúdo.

Todos os manuscritos da obra passaram por rigorosa avaliação cega pelos pares, baseadas em critérios científicos e imparciais, recebendo a aprovação após atender os critérios técnicos estabelecidos pelo Conselho Editorial.

Todo o conteúdo do livro e de artigos individuais é de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, não sendo a Bookerfield Editora responsável por quaisquer eventuais irregularidades.

Situações como plágio, má conduta ética/científica ou dados e resultados fraudulentos são de responsabilidade do autor, comprometendo-se a Bookerfield Editora em investigá-las rigorosamente e tomar as ações cabíveis.

O download, compartilhamento e referência da obra são permitidos mediante atribuição de crédito aos autores e à Editora. A comercialização desta obra é expressamente proibida.

Perspectivas e reflexões em Sociologia

Editora Chefe Marcia A. A. Marques
Coordenadora Editorial Isabela Arantes Ferreira
Bibliotecária Maria Alice Ferreira
Diagramação Marcos Antonio Ribeiro Pereira
Revisão Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perspectivas e reflexões em sociologia [livro eletrônico] / Fabiana Letícia Sbaraini, Nelson Calsavara Garcia Junior (organizadores). -- São Paulo : Bookerfield, 2021.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-89929-23-9

1. Antropologia 2. Perspectiva 3. Reflexões
4. Sociologia I. Sbaraini, Fabiana Letícia.
II. Garcia Junior, Nelson Calsavara.

21-84466

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia 301

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

DOI 10.53268/BKF21091600

Bookerfield Editora
São Paulo – Brasil
Telefone: +55 (11) 99841-4444
www.bookerfield.com
contato@bookerfield.com



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra; declaram que participaram da elaboração e revisão da obra, atestando a confiabilidade dos dados e resultados; declaram que a obra está livre de plágio acadêmico; declaram que a publicação desta obra não fere qualquer outro contrato por eles firmados; declaram ter atendido eventuais exigências de outras partes, como instituições financiadoras, para a publicação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra em questão, contém nove artigos, voltados para a pesquisa no âmbito das Ciências Sociais. De modo geral, o Estado, sua ausência, ou ainda, questionamentos sobre a atuação do mesmo, está presente em quase todos os capítulos. Entretanto, com um olhar mais apurado, é possível identificar especificidades. Nesse sentido, os artigos selecionados, difundem temas voltados aos mais diversos enfoques, como por exemplo, o Desenvolvimento econômico e desigualdades sociais, Saúde e Estado e a Ação Coletiva.

No tema Desenvolvimento econômico, desigualdades sociais e violência, destacam-se três capítulos. O primeiro, “A política econômica do governo Lula: uma análise do I plano de aceleração do crescimento”, de autoria de Nelson Calsavara Garcia Junior, apresenta uma reconstituição da política econômica adotada, como também, tece uma análise do I PAC, colocado em prática no início do segundo mandato desse governo, com vistas à promoção do crescimento e o desenvolvimento econômico. Dividido em quatro partes, o capítulo também contextualiza o cenário político da época. No capítulo seguinte, “Aspectos da prostituição feminina de rua na cidade de Ribeirão Preto/SP: desigualdades, violências e subcidadania”, elaborado por Eulália Fabiano, o foco é revelar, por meio de uma pesquisa empírica, quais são as características do grupo social que essas mulheres pertencem. Contando com três partes, o capítulo ainda traz à tona, as vulnerabilidades econômico-sociais a que o grupo em estudo estava exposto, como a violência e a exploração econômica, mesmo que a localidade escolhida, seja uma referência econômica no país. Para completar esse tema, “Violência doméstica e a busca da ruptura”, da autora Maria Rozilda Barbosa do Nascimento, analisa as percepções de mulheres em situação de violência doméstica egressas na Casa Abrigo Mãe da Mata em Rio Branco, no estado do Acre. Para tanto, o capítulo dispõe de quatro partes e busca compreender, como a intervenção estatal, colaborou para transformar essas vidas.

Outra tema em destaque, é a Saúde, onde brilham dois capítulos. O primeiro, “A saúde indígena e as políticas da vida: discussões entre direito e interculturalidade”, de autoria de Fabiana Leticia Sbaraini, expõe o papel exercido pelo Estado e as políticas da vida que modelaram a vida indígena como uma sub-humanidade. Contendo cinco partes, o artigo ainda ressalta a necessidade do estabelecimento de reflexões, para reconhecer diversidades étnicas e culturais que reverberam na saúde indígena. Já no próximo capítulo, “Cirurgia estética e as transformações corporais na contemporaneidade”, elaborado por Áurea Regina Silva Nunes Santos, foca na investigação dos motivos que levam as pessoas a buscarem esses procedimentos, para modificarem seus corpos. O capítulo conta com três partes, para ainda,

abordar a percepção das pessoas, antes e depois das cirurgias estéticas.

O tema que encerra o livro é Estado e a Ação Coletiva, onde se sobressaem, quatro capítulos. No primeiro, “Segurança pública e pesquisa de vitimização”, o autor Denis Berté Sálvia apresenta um levantamento das pesquisas de vitimização, a nível nacional e internacional, para analisar os arranjos institucionais utilizados. Esse capítulo contém cinco partes, que buscam o entendimento se tais arranjos, agregam valor e contribuem para a produção regular desses tipos de pesquisas. No capítulo seguinte, “Polícia Comunitária em Mato Grosso: tensão entre estado e sociedade”, o autor Sebastião Carlos Rodrigues da Silva, propõe a análise da implantação do projeto de Polícia Comunitária em Cuiabá, com o objetivo de identificar a participação da sociedade, e, se existem as pré-condições para realização do projeto. Esse capítulo possui cinco partes, e ainda, busca revelar o grau de adequação entre os pré-requisitos da Polícia Comunitária e o grau de civismo da sociedade em questão. Já no terceiro capítulo, “Emergencialismo e autoritarismo: um breve ensaio sociológico sobre a investigação criminal”, os autores João Vitor Gomes Pinto e Déborah Dáfne Farias Bigue apresentam uma análise onde o investigado, durante a fase investigativa, é objeto da ação estatal e não sujeito de direitos. O ensaio contém quatro partes, buscando explicar e categorizar o direito penal aplicado, com a utilização das lições de campo bourdieusiano e com a concepção harbermasiana de discurso punitivo. Por fim, o capítulo “Gramsci e Melucci: um diálogo possível para se pensar uma análise da ação coletiva”, da autora Rafaela de Melo Vasconcellos, traz ao debate, uma discussão teórica desses dois pensadores, no que diz respeito, a ação coletiva e aos movimentos sociais. Para tanto, o capítulo conta com três partes e são abordados também, os aspectos de construção hegemônica e à formação da identidade coletiva.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA: UMA ANÁLISE DO I PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	
Nelson Calsavara Garcia Junior	
DOI: 10.53268/BKF21091601	
CAPÍTULO 2	25
ASPECTOS DA PROSTITUIÇÃO FEMININA DE RUA NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO/SP: DESIGUALDADES, VIOLÊNCIAS E SUBCIDADANIA	
Eulália Fabiano	
DOI: 10.53268/BKF21091602	
CAPÍTULO 3	39
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A BUSCA DA RUPTURA	
Maria Rozilda Barbosa do Nascimento	
DOI: 10.53268/BKF21091603	
CAPÍTULO 4	54
A SAÚDE INDÍGENA E AS POLÍTICAS DA VIDA: DISCUSSÕES SOBRE DIREITOS E INTERCULTURALIDADE	
Fabiana Leticia Sbaraini	
DOI: 10.53268/BKF21091604	
CAPÍTULO 5	69
CIRURGIA ESTÉTICA E AS TRANSFORMAÇÕES CORPORAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Áurea Regina Silva Nunes Santos	
DOI: 10.53268/BKF21091605	
CAPÍTULO 6	77
SEGURANÇA PÚBLICA E PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO	
Denis Berté Sálvia	
DOI: 10.53268/BKF21091606	
CAPÍTULO 7	90
POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MATO GROSSO: TENSÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE	
Sebastião Carlos Rodrigues da Silva	
DOI: 10.53268/BKF21091607	

CAPÍTULO 8 107

**EMERGENCIALISMO E AUTORITARISMO: UM BREVE ENSAIO
SOCIOLOGICO SOBRE A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

João Vitor Gomes Pinto

Déborah Dáfne Farias Bigue

DOI: 10.53268/BKF21091608

CAPÍTULO 9 114

**GRAMSCI E MELUCCI: UM DIÁLOGO POSSÍVEL PARA SE
PENSAR UMA ANÁLISE DA AÇÃO COLETIVA**

Rafaela de Melo Vasconcellos

DOI: 10.53268/BKF21091609

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA: UMA ANÁLISE DO I PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Nelson Calsavara Garcia Junior
lattes.cnpq.br/0852996852744047

Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC, São Paulo, SP

RESUMO – O objetivo desse artigo foi analisar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em sua primeira versão (2007-2010), utilizando como base de informações os relatórios disponibilizados no site do programa. Nesse material foram encontrados vários problemas que impediram uma avaliação precisa, como a falta de dados macroeconômicos sobre o reflexo do programa na economia, a ausência de uma relação e o acompanhamento de todas as obras, a falta de identificação de quais estavam a cargo da iniciativa pública e privada, a supressão de justificativas tanto para os atrasos, como para aquelas que não foram realizadas, os apontamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e ainda a discordância dos indicadores elaborados e dos resultados apresentados, uma vez que os dados disponibilizados, apontaram que na primeira versão, 82% dos valores previstos foram realizados. Para situar o programa, optou-se pela breve reconstrução

da política econômica dos mandatos presidenciais de Lula, que contou com o cenário internacional oportuno, favoreceu o crédito e o consumo interno, adotou políticas sociais focalizadas, aumentou a dívida interna e reduziu a externa, promoveu isenções fiscais, com reflexos positivos para o PIB, o IDH e o índice de Gini.

PALAVRAS-CHAVE: Crescimento econômico, desenvolvimento econômico, infraestrutura, investimento, PAC.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento e o desenvolvimento econômico figuram constantemente entre as prioridades de qualquer projeto político, independente de partidos e de nações. Essa preocupação pode ser constatada, primeiramente, no arcabouço teórico, formado por uma variedade significativa de autores, que dedicaram, em suas obras, um espaço para abordar esses conceitos, tais como: Adam Smith, Karl Marx, Joseph Alois Schumpeter, Paul A. Baran, Raúl Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser Pereira, Nali de Jesus de Souza, Leda Maria Paulani,

Márcio Bobik Braga, entre outros.

Com base em uma variedade significativa de autores e de correntes divergentes de pensamento econômico, é natural que essas discordâncias se revelem, da mesma forma, na apresentação dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. No sentido de uniformizar esses conceitos, será adotada a definição elaborada pelos autores Leda Maria Paulani e Márcio Bobik Braga, utilizada no livro “A Nova Contabilidade Social”.

O crescimento econômico diz respeito à elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento é um conceito bem mais amplo, que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros (BRAGA; PAULANI, 2012).

Em seguida, esses conceitos também foram parte integrante de planos de governos, formulado pelos partidos políticos, a exemplo dos candidatos que chegaram ao segundo turno, na eleição presidencial de 2014 e por fim, nota-se a importância dos mesmos, em planos econômicos, como o plano SALTE (saúde, alimentação, alimentação, transporte e educação), o plano de METAS, o PAEG (Plano de ação econômica do governo), o PED (Programa estratégico de desenvolvimento), o I e II PND (Plano nacional de desenvolvimento).

E foi justamente, desde o término do II PND (1979), que no Brasil, um governo não adotava um plano econômico, com vistas ao crescimento econômico, uma vez que esses exemplos, não trazem à tona, boas lembranças (no sentido de eficácia) ao povo brasileiro. Porém, dos exemplos citados, o Plano de Metas apresentou resultados mais expressivos.

Esse hiato terminou no ano de 2007, com a implementação do I PAC (Plano de aceleração do crescimento), no segundo mandato do governo de Lula, que é o objeto de estudo na terceira seção. Contudo, antes de fazer tal abordagem, é fundamental entender, ainda que brevemente, qual foi a política econômica implementada nos dois mandatos, que será coberto pelas duas seções iniciais.

2 A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA

Esta seção está dividida em duas partes, respeitando a ordem cronológica dos mandatos do governo de Lula e apontando os principais fatos sobre a condução da política econômica.

2.1 Primeiro mandato

Pairava sobre o início do governo de Lula, muita pressão e ceticismo, vindo de todos os lados. De um lado, o partido, os eleitores, de outro, os empresários e de um modo mais amplo, o mercado. Então, como uma frase emblemática, Lula, forneceu mais indícios sobre qual seria o rumo almejado na condução da política econômica do país: “O Brasil não é um Fusquinha, que pode dar um cavalo de pau, é um transatlântico. Se a virada não for feita aos poucos, pode afundar. E nós não temos vocação para Titanic” (SPINELLI & ZANINI, 2003). Dito isso, Lula sinalizou ao mercado que não haveria rupturas ou mudanças bruscas relativas à área econômica, além de pedir paciência e manter a unificação do partido.

E o cavalo de pau de fato não foi dado. Pelo contrário, o governo decidiu aumentar seguidamente a taxa de juros, que aumentou o percentual dos depósitos à vista e ainda se comprometeu a manter a dívida pública sob controle (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003). E na esteira de ações ortodoxas e no aumento da credibilidade, o governo começou a mudar os rumos da política econômica no segundo semestre, com a redução do percentual estabelecido para o depósito compulsório, redução na Taxa SELIC, que culminou na apreciação do câmbio (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016), que fechou o ano (conforme a cotação PTAX) a R\$ 2,88, frente os R\$ 3,53 de 2002.

A apreciação do câmbio que poderia prejudicar o saldo em conta corrente do país, não representou um impedimento, uma vez que o saldo negativo fora revertido, em grande medida, por uma receita significativa do saldo comercial.

Mesmo com um ano repleto de bons resultados, alguns desafios de porte, continuaram pesando sobre o governo, entre eles, pode-se destacar: o tamanho da dívida pública e da carga tributária e a deficiência na infraestrutura.

Toda a euforia iniciada a partir do segundo semestre de 2003 começou a ser contida no início de 2004. Um exemplo disso foi à interrupção da queda na Taxa SELIC observada nos primeiros meses desse ano, motivada pela expectativa que a inflação voltaria a crescer, superando as metas projetadas para o biênio 2004-2005.

Não obstante a adoção de um freio na condução do expansionismo, a condução da economia com maior tenacidade em 2004 revelou no PIB um crescimento superior a 5%, com destaque aos setores agrícola, industrial e de serviços, ligados à facilitação do crédito que impulsionou o consumo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004). Tal resultado reverberou positivamente tanto para o mercado de trabalho, quanto para a arrecadação de impostos.

Mais uma vez, ocorreu apreciação do real frente ao dólar, com o valor de fechamento anual em R\$ 2,65 (PTAX). Nesse sentido, a valorização do câmbio reduziu a participação desse indexador relativo à posição em carteira de títulos públicos federais, que ainda estava dominada pela Taxa SELIC,

frente à atratividade desse indexador em comparação aos demais.

A condução da política econômica no ano de 2005 seguiu os passos dados no ano anterior, no que se refere à preocupação com o crescimento da inflação. O governo optou por fechar o ano com patamares superiores para a Taxa SELIC, tendo como parâmetro o ano de 2004. E o resultado foi positivo para o controle da inflação, pois o IPCA seguiu a tendência de queda, atingindo 5,69%.

Com a elevação na Taxa SELIC e uma inflação sob controle, o PIB divulgado refletiu um resultado mais ameno em relação a 2004, com crescimento de 3,15%. Entretanto, a carga tributária continuou pressionando negativamente não somente o produto do país, como também, o consumo.

Já o saldo em conta corrente, foi o maior valor alcançado durante o primeiro mandato no Governo Lula. A explicação novamente passa pelo desempenho das exportações, pois se comparada ao desempenho dos anos anteriores, representou quase o dobro o valor auferido em 2002, mesmo que a taxa de câmbio (PTAX) de fechamento tenha seguido com o movimento de apreciação, com o valor de R\$ 2,33.

Seguindo a linha de continuidade, a composição da dívida líquida do setor público perante o PIB, repetiu percentuais de queda, porém, no tocante a dívida interna, a queda foi muito tímida. Aliás, não se pode deixar de relatar que em março de 2005 o Brasil não renovou o acordo com o FMI, visto o alto nível alcançado pelas reservas internacionais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

Em 2006, a repetição de resultados positivos pode ser exemplificada pelo crescimento do PIB, com o segundo maior percentual de todos os anos do primeiro mandato, da taxa de investimento frente ao PIB, que voltou a crescer e atingiu o mesmo resultado do ano de 2004, do segundo maior saldo em conta corrente do período e a redução da carga tributária ao menor percentual do PIB de todo o Governo Lula.

Certamente, o comportamento da inflação e a Taxa SELIC exerceram um papel importante para que esses resultados ocorressem. No que se refere à inflação aferida pelo IPCA, o indicador atingiu o menor percentual de todo o primeiro mandato de Lula, curiosamente seguindo o movimento da Taxa SELIC, que também chegou ao menor patamar de todos os quatro anos. A explicação para a queda na inflação passou pela influência positiva de duas variáveis: primeiro o recuo no preço dos produtos agrícolas e segundo, devido à nova apreciação do câmbio, que fechou o ano com cotação (PTAX) de R\$ 2,13.

Com o recuo da inflação, da Taxa SELIC e a apreciação do câmbio, as parcelas da dívida pública que são remuneradas por esses indexadores cada vez mais tinham um apelo menor. Contudo, foi notado o aumento pela procura da parcela da dívida com o indexador prefixado e a trajetória de queda na dívida líquida interna do setor público foi interrompida, ainda que a

dívida total apresentasse queda, influenciada pelo resultado da dívida líquida externa.

Antes de finalizar o período 2003-2006, é importante realçar o comportamento positivo tanto do salário mínimo nominal (com crescimento pouco acima de 45%, trazendo ganhos reais), como ainda do emprego formal, já que representou ao final de 2006, a disponibilização do dobro de postos de trabalho frente ao número apresentado no ano de 2003.

2.2 Segundo mandato

A trajetória de queda na taxa SELIC se confirmou mais uma vez e alcançou em 2007, 11,25% ao ano. Seguindo na mesma linha expansionista adotada para com a taxa SELIC, é que o governo administrou as operações de crédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007), que resultou em R\$ 936,0 bilhões, o que significou um crescimento da ordem de 27,8% em relação ao ano anterior. Outra informação importante sobre o crédito, é que o governo não alterou nenhum dos percentuais relativos ao depósito compulsório que estavam vigor desde o ano de 2003, fato que reforça a prática expansionista.

Essa política foi refletida em outras variáveis macroeconômicas, como o saldo comercial, que foi o maior desse mandato, ainda que a taxa de câmbio tivesse nova valorização, fechando o ano com R\$ 1,77 (influenciada parcialmente pelo saldo positivo da conta de Investimento estrangeiro em carteira). Ademais, o IPCA também subiu em relação a 2006, com o valor de 4,46%, e, o impacto expansionista, foi mais decisivo do que o aumento na inflação, já que o PIB cresceu 6,1% em relação ao ano anterior.

Em termos práticos, o ano de 2008 retratou o fim de um ciclo de crescimento econômico mundial iniciado em 2002, e, como não poderia ser diferente, afetou sim a economia brasileira. Na tentativa de minimizar os efeitos dessa conjuntura sobre o país, o COPOM atuou no sentido de reverter a política monetária expansionista em vigor até 2007, como é possível se notar pelo comportamento da Taxa SELIC, que fechou o ano em 13,75%, com aumento também no IPCA, que chegou a 5,90%.

Os efeitos da crise financeira internacional foram sentidos também na taxa de câmbio (PTAX) e por conseguinte, o saldo comercial que encolheu quase 38%. A partir do mês de agosto, a taxa seguiu um processo de desvalorização, fechando o ano no valor de R\$ 2,33. No caso do saldo comercial, essa desvalorização cambial contribuiu para um saldo muito positivo.

Uma das ferramentas utilizadas pela equipe econômica para amenizar os efeitos da crise foi aumentar o crédito disponível na economia. Nessa linha, verificou-se a redução do percentual relativo ao depósito compulsório e todo o esforço do governo em manter o crescimento, rendeu frutos, uma vez que o PIB cresceu 5,2%.

No ano seguinte (2009), a adoção de uma política expansionista teve

continuidade, pois a Taxa SELIC foi reduzida 8,75% e o IPCA acompanhou a queda, com a marca de 4,31%. Em conformidade com esses recuos, a equipe econômica continuou com a política de creditícia expansionista, e realizou um novo aumento dos valores de estoque nas operações de crédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009) frente ao ano anterior, com o valor total de R\$ 1,414 trilhões. E para arrematar, foi efetuada a redução nas alíquotas do IOF sobre operações de crédito para pessoas físicas, a redução do IPI sobre bens de consumo duráveis e ainda, a redução de 3% para zero do COFINS sobre a receita bruta de venda no mercado interno de motocicletas com até cento e cinquenta cilindradas.

Mesmo com esses incentivos fiscais, o saldo comercial cresceu apenas 2,00%, a taxa de câmbio teve nova valorização, fechando o ano em R\$ 1,74, (parcialmente explicado pelo desempenho positivo da conta de Investimento estrangeiro em carteira) e o PIB recuou 0,6%.

No último ano da análise da política econômica (2010), o comportamento da Taxa SELIC apresentou uma guinada na política expansionista, pois, encerrou o ano em 10,75%, seguido ainda, pelo aumento dos percentuais para as categorias do depósito compulsório. Tudo isso, para conter a ameaça do aumento na inflação, visto que, mesmo assim, o IPCA subiu para 5,91%.

Em complemento, o saldo comercial recuou pouco mais de 20% e a taxa de câmbio apresentou nova valorização, com o valor de R\$ 1,66 (justificada mais uma vez, ainda que parcialmente, pelo desempenho positivo da conta de Investimento estrangeiro em carteira).

O período em questão se encerrou com o crescimento histórico do PIB de 7,5%, com a retomada nos preços das principais commodities que o país exportava, o salário mínimo apresentou ganhos reais frente à inflação em todos os anos, passando de R\$ 380,00 em 2007, para R\$ 510,00 e a redução do desemprego, que mesmo com os efeitos da crise internacional, ao final de 2009 já tinha voltado para o patamar de 8,0%. Anos mais tarde, se provou que esses resultados eram o fim de um ciclo, frente aos obtidos nos próximos governos.

Em suma, deve-se destacar pelo menos seis pontos importantes da condução da política econômica dos mandatos do governo Lula: 1) forte aposta no crédito e nos benefícios fiscais direcionados para setores específicos da economia; 2) crescimento da demanda internacional, com saldos positivos na balança comercial; 3) o fortalecimento dos programas sociais, tendo como expoentes o Programa Bolsa Família, o PROUNI e a intensificação do Fundo de Financiamento Estudantil- FIES, o que resultou na ausência de uma política social universal; 4) a elevação da carga tributária; 5) redução da dívida externa e aumento na interna; 6) a alta popularidade do presidente Lula.

3 O I Plano de aceleração do Crescimento - PAC

Nesta seção será apresentado os principais aspectos relativos à criação, acompanhamento, resultados e problemas relacionados ao PAC.

3.1 A importância, o contexto de lançamento e a estrutura do PAC

A priori, a importância desse programa pode ser explicada abrindo duas frentes de explicação: a primeira no tocante ao interesse em abarcar cinco frentes: investimento em infraestrutura (mais especificamente nos setores de: energia elétrica, ferrovias, gás e petróleo, portos, aeroportos, habitação, rodovias, saneamento), estímulo ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo (BEDÊ, 2008). Em seguida, a outra linha de justificativa do PAC se deu durante a execução do mesmo, isso porque em 30 de outubro de 2007 o Brasil ganhou o direito de organizar a Copa do Mundo de 2014 e depois no dia 02 de Outubro de 2009, quando o Rio de Janeiro foi escolhido como cidade sede para a Olimpíada de 2016.

Com a realização desses grandes eventos no país, algumas obras lançadas pelo PAC tiveram não só justificativa, como a urgência para a realização, pois, teriam que ser entregues para viabilizar esses acontecimentos internacionais, fato que juntamente com vários atrasos, implicou na necessidade de que o programa fosse estendido para no mínimo, mais um mandato do próximo Presidente da República, no caso, a Presidente Dilma Rousseff.

Em que pese os desafios apresentados e o adiamento no lançamento do programa, (originalmente ocorreria no ano de 2006, mas isso não ocorreu devido à necessidade de recálculos dos valores envolvidos já que o aumento no valor do salário mínimo acabou por reduzir os incentivos fiscais que faziam parte do plano), em 22 de janeiro de 2007 o PAC foi oficialmente divulgado em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

Nessa mesma data, ocorreu a formalização do programa pelo decreto 6.025 (BRASIL, 2007), que apresentou tanto a estrutura, quanto os cargos responsáveis pela implementação e execução do mesmo.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão formou o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC) e juntos comandavam o programa. Porém, no que tange a execução do PAC, era o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que tinha maior influência. Nessa perspectiva, esse órgão estava presente tanto no comitê gestor, como no Grupo Executivo do Plano de Aceleração do Crescimento (CGPAC e GEPAC), formados para gerir as ações do programa, deveria fornecer apoio institucional e técnico administrativo a ambos, designar os membros para atuar no GEPAC desde que indicados pelos CGPAC e ainda era o responsável pela liberação dos pagamentos, utilizando para tanto, um sistema de controle,

denominado Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC). Portanto, o CGPAC foi incumbido para direcionar as ações do programa sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto o GEPAC, deve estabelecer as metas e acompanhar os resultados, contando com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que autorizava os pagamentos cadastrados no SisPAC.

No entanto, no ano de 2008, o papel de personificar o PAC foi atribuído a então Ministra da Casa Civil da Presidência da República (Dilma Vana Rousseff), quando o Presidente Lula em um comício no Rio de Janeiro, se referiu a ela como a “mãe do PAC”.

Em 30 de agosto de 2007, toda a estrutura do PAC foi incluída no Plano Plurianual (PPA) para o intervalo de 2008-2011, e, de acordo com a mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, promoveria o desenvolvimento do país:

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) irá aproveitar o bom momento da economia e as chances criadas pelo Governo para promover o desenvolvimento do País. A história nacional confirma as premissas internacionais segundo as quais o desenvolvimento está atrelado ao investimento. Assim, este Governo está trabalhando vigorosamente para remover os obstáculos normativos e administrativos ao crescimento, estimular o investimento privado e reforçar o movimento crescente de inversões públicas em infraestrutura. E não já outro meio de promovê-lo senão por meio de um Plano Plurianual que aponte os projetos de parceria e assegure os meios para execução das metas fixadas (BRASIL, 2007).

Dessa forma, o PAC ganhou um arcabouço legal maior e uma garantia de que deveria vigorar até o ano de 2011, além de um objetivo muito maior do que atacar o atraso do país no que tangia a infraestrutura, mas sim, promover o desenvolvimento do país, tendo como alicerce para tanto, o investimento.

3.2 A execução do programa e a revisão realizada no ano de 2009

A efetivação do programa (sob a coordenação do CGPAC), com o detalhamento das obras e dos valores envolvidos durante o segundo mandato do governo de Lula, pode ser acompanhada pelos balanços trimestrais, anuais e ainda pelo relatório que fornecia os dados completos do período (2007-2010). Todos os relatórios (regionais ou nacionais) foram disponibilizados pelo governo no site oficial do PAC (disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>), que também divulgou notícias, infográficos, notícias em redes sociais, mapas, atas, e vídeos, além de disponibilizar publicações regionais. Cabe ainda mencionar que os

números com a proposta inicial também foram explicitados no PPA (2008-2011).

Independente da fonte utilizada para consulta, os números iniciais do programa indicaram que os investimentos seriam divididos em três subsetores de infraestrutura, nomeados de eixos temáticos, que faziam menção a Logística, Energia e Social e Urbana. No caso do eixo Logística, estavam previstas obras em rodovias, ferrovias, aeroportos, hidrovias e marinha mercante. Já no eixo Energia, o foco eram obras voltadas a geração de energia, transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, geologia e mineração e combustíveis renováveis. E no último eixo, as obras se voltariam ao programa Luz para Todos, metrô, recursos hídricos, saneamento e habitação.

Tabela 1 - Previsão de investimento em infraestrutura, por região e eixos temáticos - PAC

Região	Eixos Temáticos de Infraestrutura – R\$ em bilhões						Total (R\$ em bilhões)	
	Logística		Energia		Social e Urbana			
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Norte	6,3	10,8	32,7	11,9	11,9	7	50,9	10,1
Nordeste	7,4	12,7	29,3	10,7	43,7	25,6	80,4	16
Sudeste	7,9	13,6	80,8	29,4	41,8	24,5	130,5	25,9
Sul	4,5	7,7	18,7	6,8	14,3	8,4	37,5	7,4
Centro-oeste	3,8	6,5	11,6	4,2	8,7	5,1	24,1	4,8
Nacional*	28,4	48,7	101,7	37	50,4	29,5	180,5	35,8
Total	58,3	100	274,8	100	170,8	100	503,9	100

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2007).

* Obras que se estendiam por mais de uma região.

Com a disposição de investir valores tão expressivos em todas as regiões do país, o governo entendeu que era necessário dotar o programa de uma estrutura que fornecesse condições de viabilidade. Por isso, as soluções apresentadas envolveram a questão do financiamento, a criação de um marco regulatório ao investimento, o fomento ao crédito e ao mercado de capitais e ainda a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário.

Além das ações citadas, outra que despertou atenção foi tomada no sentido de dotar o programa de transparência, pois o CGPAC criou uma sistemática para divulgar ao longo do período de 2007-2010 os balanços do programa, ou seja, tornou pública a execução do programa. Nessa perspectiva, os balanços foram veiculados primeiro a cada cinco meses,

com todas as ações do governo ao longo de um quadrimestre e foram intercalados com balanços anuais. Esses balanços continham uma avaliação do panorama macroeconômico, as medidas institucionais (aprovação de medidas provisórias, programas de incentivos e desonerações fiscais), a execução orçamentária, as ações concluídas e o andamento das ações nos três eixos de infraestrutura, que abordou a situação dos empreendimentos de acordo com quatro tipos de avaliações: concluído, adequado, atenção ou preocupante.

Ainda que essa iniciativa seja muito importante, cabe salientar que tanto a qualidade como a quantidade das informações disponibilizadas nesses balanços continham problemas. Como exemplo, é possível relatar que no item Avaliação do Panorama Macroeconômico, em nenhum momento as informações divulgadas revelaram somente os dados relativos ao programa, o que torna impossível saber quantos empregos o PAC criou, qual a massa salarial paga pelo programa e assim sucessivamente. Nessa linha de raciocínio, no item Andamento das Obras (evolução do monitoramento), não era possível identificar de forma clara a quantidade total de empreendimentos que foram inscritos, mas sim, a quantidade de empreendimentos que estiveram sob a supervisão do CGPAC e a evolução dos mesmos.

No balanço de dois anos do programa, apresentado em fevereiro do ano de 2009, o CGPAC deu conta, entre várias informações, de três muito importantes: a inclusão de novas ações e com isso, a revisão do valor inicial a ser investido até o ano de 2010, com a adição de um total de R\$ 142,1 bilhões, anunciou que algumas das obras se estenderiam após o ano de 2010, e, ainda divulgou, o montante que seria investido no PAC após o ano de 2010 (R\$ 502,2 bilhões).

A adição de R\$ 142,1 bilhões tinha como premissa, a inclusão de várias obras distribuídas entre os eixos temáticos, como a do Trem de Alta Velocidade, que uniria São Paulo, Campinas e o Rio de Janeiro.

Além disso, mais três frentes de trabalho que não estavam oficialmente contempladas, seja na concepção original, como na revisão efetuada em janeiro de 2009, foram incluídas no programa: o PAC das Crianças (11/10/2007), o PAC das Cidades Históricas (28/08/2009) e o Programa Minha Casa Minha Vida (que se juntou ao PAC em outubro de 2009).

Ainda no ano de 2009, não se pode deixar passar a aprovação da Lei 12.053, datada de 09/10/2009. Em seu texto foi previsto no Artigo 3º, a redução de R\$ 28 bilhões do superávit primário do governo para a aplicação no PAC. Essa medida fez com que na prática o governo pudesse gastar a mais esse valor (desde que seja com o programa citado), que não haveria prejuízo na composição do superávit primário.

No ano seguinte, duas datas importantes relativas ao PAC foram noticiadas: por ordem cronológica, a primeira ocorreu em 29/03/2010, quando

o governo por meio da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff oficialmente lançou o PAC 2, com investimentos previstos até o ano de 2014 no valor de R\$ 1 trilhão. Outra data relevante foi 09/12/2010, quando o CGPAC divulgou o último relatório do programa para o exercício de 2007-2010, onde foi possível levantar vários questionamentos.

O primeiro dos questionamentos, faz menção a data de 31/12/2010 para os resultados finais dos principais indicadores (BRASIL, 2010, p. 3) e no balanço seguinte, a abordagem focou o período de janeiro a junho de 2011, com menção ao PAC 2. Ou seja, as informações dos meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2010 foram tratadas unicamente como previsão e não foram apresentadas pelos balanços.

A seguir, no item Quadro Macroeconômico, o padrão de apresentação de dados aglutinados foi repetido, pois não foram abertos os dados relativos exclusivamente do PAC. Outro item analisado foi a Execução Orçamentária e Financeira no balanço dos quatro anos do PAC e as informações relativas à revisão da previsão (efetuada no ano de 2009) do total de investimento já não é a mesma.

Cabe ainda mencionar que no item “Ações Concluídas”, as informações divulgadas apontaram para o resultado de conclusão em 82% (R\$ 444,0 bilhões) frente a uma previsão de R\$ 541,8 bilhões das obras que terminariam no período entre 2007-2010. Para o período após o ano de 2010, foi informado que o valor total das obras pendentes totalizaria R\$ 115,6 bilhões, levando o programa a totalizar R\$ 657,4 bilhões (BRASIL, 2010, p. 34-35). É importante lembrar que esses valores não coincidem com a revisão de valores efetuada no ano de 2009.

Sobre as Obras em Andamento, não foram apresentadas quantas eram e tão pouco quais as que foram prorrogadas, como por exemplo, o trem-bala que ligaria São Paulo ao Rio de Janeiro. Para exemplificar a questão colocada, em 25 de novembro de 2010 o Ministério Público pediu a suspensão da licitação dessa obra por falhas técnicas ocorridas tanto no estudo da obra quanto no edital de concessão, fato que oneraria gravemente os cofres públicos. No dia seguinte, o governo anunciou o adiamento do leilão com as entregas das propostas para o dia 11/04/2011, devido os problemas apresentados.

3.3 Problemas levantados sobre a execução do PAC

Um indício de que havia algo errado com o andar das obras do PAC ficou evidente quando o Presidente Lula tratou de convocar uma reunião com ministros e avisou que visitaria todas as obras que estavam com problemas que atrasavam a execução (MONTEIRO, 2009). Essa situação era especialmente preocupante, porque levantou dois pontos importantes: primeiro porque o atraso foi constatado no ano de 2009, ou seja, fim do segundo mandato de

Lula, onde a pessoa responsável pelo programa (Dilma Rousseff) seria a candidata do partido para continuar o legado deixado por Lula e o insucesso do programa garantiria munição gratuita para a oposição. O segundo ponto, diz respeito à importância do cumprimento do cronograma das obras do PAC, para amenizar o choque causado pela crise financeira internacional (portanto a necessidade de manutenção do gasto público para amenizar os efeitos da crise) no sentido de criar emprego, portanto renda e consumo.

Em 2010, no evento de lançamento da segunda versão do PAC a imprensa revelou a falta de transparência presente nos balanços apresentados pelo governo. Em um levantamento efetuado pela reportagem (SCOLESE, 2009), foi constatado que não era possível determinar o que estava acontecendo com 2.321 das 2.471 das ações que estavam sob o monitoramento do governo.

Além dos problemas de atrasos e falta de transparência, também houve denúncias de corrupção, primeiro ligado a trechos da ferrovia norte-sul, administradas pela VALEC e em seguida, sobre as obras do PAC das Favelas (que previa investimento de R\$ 1 bilhão, na segunda versão do programa).

Diante dessas denúncias, cabe mencionar que o Tribunal de Contas da União (TCU) efetuou ao longo do período de 2007-2010, auditorias em 433 obras do PAC, com recomendação de bloqueio de 35 delas, devido à constatação de problemas relacionados ao estabelecimento de sobre preços, prazos e falta de cumprimento de cronogramas. Todavia, esses problemas não foram os únicos relatados pelos TCU, uma vez que houve também a constatação ao longo da auditoria do programa, da pouca capacidade das entidades responsáveis e a baixa qualidade dos projetos básicos elaborados (TCU, 2014).

Em que pese todos esses problemas, o programa foi continuado nos governos Dilma e Temer, com a inclusão de novos eixos temáticos. Todavia, à medida que houve o recrudescimento da conjuntura econômica internacional e principalmente nacional, as verbas empenhadas ao programa sofreram constantes reduções, resultando em novos atrasos nas obras, com os mesmos problemas de falta de transparência na divulgação dos resultados.

4 CONCLUSÃO

O período de 2003 a 2010 foi muito positivo no que diz respeito ao aumento da demanda internacional e por conseguinte, ao aumento no preço das principais commodities. Dentro das possibilidades econômicas do país, notou-se avanços, como também retrocessos. Sobre os avanços, cabe destacar, a redução da dívida externa e da taxa de juros, o aumento nas reservas internacionais, da quantidade exportada e importada, do crédito interno e do PIB, com reflexos positivos para o salário mínimo e o emprego, IDH e o índice de Gini. Para os retrocessos, a ênfase foi para o aumento da

dívida interna, a adoção de uma política social focalizada e não universal, de incentivos fiscais pontuais frente a ausência de reformas importantes e profundas como a administrativa, tributária e previdenciária.

Em face desse cenário, é que o governo Lula implantou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com a missão de alavancar não somente o crescimento, como também, o desenvolvimento econômico, mesmo que o passado já tenha comprovado, que a taxa de sucesso dessa ferramenta, não era encorajadora.

Para que o PAC fosse colocado em prática, foi necessário a criação não somente de um marco legal, mas de toda uma estrutura de suporte para a implementação, acompanhamento e funcionamento das atividades correlatas. Mas, na prática, essa estrutura não funcionou satisfatoriamente, visto que, o balanço final da primeira versão do programa apresentou resultados encerrados em 31/10/2010 e não 31/12/2010, os valores previstos para os eixos não eram os mesmos de relatórios anteriores, não houve nenhuma menção a criação de empregos e geração renda do programa, entre outros problemas.

Como se não bastasse, houve ainda registro de atrasos e denúncias de corrupção em algumas das obras. Anualmente, o TCU auditou algumas delas e relatou problemas diversos, inclusive com a recomendação da paralisação de algumas. No entanto, o TCU também constatou problemas ligados à pouca capacidade das entidades envolvidas e a baixa qualidade de projetos, o que colocou em “xeque”, a execução do programa.

Perante a todo esse imbróglio, o resultado oficial da primeira versão do PAC, apontou que 82% de todas as ações previstas para o intervalo de 2007-2010, foram concluídas.

NOTA

Este trabalho contém trechos da tese para obtenção do título de Doutor do autor.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v.39, Relatório Anual, 2003, ps. 11-12.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v.40, Relatório Anual, 2004, ps. 14-16.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v.42, Relatório Anual, 2006, p. 153.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v.43, Relatório Anual, 2007, ps. 55-61.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília, v. 45, relatório anual, 2009, p. 50-54.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de câmbio, cotações e boletins**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>. Acesso em 08 mar. 2016.

BEDÊ, M. A. **O PAC e o crescimento da economia brasileira**. Revista Integração, jan./fev./mar. 2008, ano XIV, nº 52, p. 33-41.

BRAGA, Márcio Bobik; PAULANI, Leda Maria. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. **Decreto nº 6.025 de 22 de janeiro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm. Acesso em 14 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2008-2011**: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2007.

BRASIL. Governo Federal. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. **11º. Balanço do PAC: 4 anos – 2007-2010**. Brasília: Comitê Gestor do PAC, 09 dez. 2010. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>. Acesso em 29 abr. 2017.

MONTEIRO, Tânia. Lula exige mais rapidez para o PAC. O ESTADO DE S.PAULO, Brasília, 10 abr. 2009. Economia, p. B5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090410-42178-nac-16-eco-b5-not>. Acesso em 17 mai. 2017.

SCOLESE, Eduardo. **Dilma lança PAC 2 sem abrir caixa-preta**. FOLHA DE S.PAULO, Brasília, 29 mar. 2010. Brasil, p. A11. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/03/29/2>. Acesso em 17 mai. 2017.

SPINELLI, Evandro & ZANINI, Fábio. **Sem mudança lenta, o país pode afundar como o Titanic, diz Lula**. FOLHA DE S.PAULO, Brasília, 12 fev. 2003. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados?q=o+brasil+n%C3%A3o+%C3%A9+um+fusquinha&site=&periodo=acervo>. Acesso em: 06 mar. 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da república**. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Apêndice. Brasília, TCU, 2014. Disponível em: http://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2014/index.html. Acesso em 12 mai. 2017.

THE ECONOMIC POLICY OF THE LULA GOVERNMENT: AN ANALYSIS OF THE GROWTH ACCELERATION PLAN I

ABSTRACT – The objective of this article was to analyze the Growth Acceleration Plan (PAC), in its first version (2007-2010), using as a basis for information the reports available on the program's website. In this material, several problems were found that prevented a precise assessment, such as the lack of macroeconomic data on the impact of the program on the economy, the absence of a list and monitoring of all works, the lack of identification of which ones oversaw the initiative. public and private, the suppression of justifications for both delays and those that were not carried out, the notes of the Federal Court of Accounts (TCU) and the disagreement of the indicators prepared and the results presented, since the data made available, pointed out that in the first version, 82% of the predicted values were performed. To situate the program, it was opted for the brief reconstruction of the economic policy of Lula's presidential terms, which had an opportune international scenario, favored credit and domestic consumption, adopted targeted social policies, increased the internal debt and reduced the external one, promoted tax exemptions, with positive effects on GDP, HDI and the Gini index.

KEYWORDS: Economic policy, economic growth, economic development, infrastructure, investment, PAC.

ASPECTOS DA PROSTITUIÇÃO FEMININA DE RUA NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO/SP: DESIGUALDADES, VIOLÊNCIAS E SUBCIDADANIA

Eulália Fabiano

lattes.cnpq.br/3506029975778226

Doutora em Ciências Sociais pela
Universidade Estadual Paulista –
UNESP

Professora na Rede Municipal de
Cravinhos/SP

RESUMO – Este texto visa apresentar aspectos da pesquisa de campo realizada para o desenvolvimento da tese *Sexo e Poder no Cotidiano das Ruas: um estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP* (Fabiano, 2018), com vistas a refletir sobre a realidade das mulheres que atuam na prostituição de rua em uma cidade do interior paulista, a qual se apresenta como uma referência econômica nacional e, por outro lado, possui desigualdades socioeconômicas e territoriais visíveis. A pesquisa empírica identificou que a maioria das mulheres atuantes nessa modalidade da atividade pertencem a classe trabalhadora e grupos pobres, portanto, já estavam sujeitas a marginalização social e jurídica antes de seu ingresso na prostituição. As vulnerabilidades sociais dos territórios onde a prostituição feminina se realiza também se mostraram

como influenciadores das formas de organização do mercado do sexo, acentuando as possibilidades de episódios de violência e exploração econômica. Em decorrência do contexto atual, marcado pelas consequências sociais da pandemia (novo coronavírus) e pela vigência de um governo autoritário e negacionista, o artigo busca fazer um paralelo entre os levantamentos empíricos do estudo analisado e a acentuação das desigualdades e da violência no Brasil contemporâneo, especialmente contra os grupos chamados de minorias.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição feminina de rua, desigualdades sociais, *subcidadania*.

1 INTRODUÇÃO

A prostituição feminina é um fenômeno sócio-histórico complexo, o qual acompanha a trajetória da humanidade, pelo menos desde as sociedades ocidentais antigas, como o Egito e a Grécia, conforme indicam os registros históricos e pesquisas (DUPUIS, 1989). Essa prática também se mostra interligada a aspectos culturais de cada época, por exemplo, as relações de poder entre homens e mulheres, como

a institucionalização do Patriarcado; as concepções ou valores morais em torno do sexo, como a normatização do sexo heterossexual e a ideia de pecado implícita na moral cristã do sexo fora do casamento monogâmico; e as desigualdades sociais.

Sobre esse último aspecto, importante destacar que, ao longo da história, a origem social da mulher legitimou sua inserção no campo da prostituição, culminando no surgimento histórico de duas modalidades da mesma atividade. Uma versão considerada de luxo, destinada aos homens ocupantes das posições sociais privilegiadas, e o chamado baixo meretrício, mais voltado para camadas populares e a classe trabalhadora. Na atualidade, esse último modelo pode ser considerado como prostituição de rua.

A denominada prostituição de luxo, exercida por mulheres das camadas sociais mais privilegiadas, como as chamadas *hetairas* da Grécia antiga e as *cortesãs* do período do Renascimento europeu que atendiam os homens com status social, como políticos, nobres e intelectuais. [...] Em decorrência da Revolução Industrial, ocorrida na Europa entre o final do século XVIII e início do XIX, enquanto na maioria dos países da América a industrialização se estabeleceu no século XX, a última modalidade passou a ser predominantemente exercida por mulheres da classe trabalhadora. Ou seja, por pessoas que, conforme Antunes (2005), contam apenas com sua força de trabalho para garantir sua própria subsistência e a dos seus familiares. Como as duas modalidades da prostituição feminina se perpetuaram no tempo, inclusive predominam na atualidade e conservam as mesmas conexões, como a interligação entre a origem social da mulher e a organização espacial da atividade, pode ser indicado que no decorrer da História essa prática reverbera as hierarquias sociais [...]. (FABIANO, 2018, pag. 21).

No caso do Brasil, a sociedade é marcada pela histórica desigualdade social entre grupos e classes. Desde a colonização, houve tentativas de dominação e exploração econômica dos grupos chamados de minorias, como indígenas e negros, pelos agentes detentores do poder dominante e representados pelo homem branco europeu, o qual buscou legitimar, de forma violenta, sua cultura no território nacional. Com a modernização e industrialização do país, esse processo de dominação foi estendido para a classe trabalhadora, rural ou urbana.

Segundo Safiotti (1987), o processo de dominação é inseparável da exploração, ou seja, antes de beneficiar-se de alguém no campo do trabalho, torna-se necessário dominá-lo, construindo sua representação social. Ao

analisar as hierarquias e desigualdades brasileiras, Saffioti, na mesma obra indicada, mostrou a existência de uma simbiose, um verdadeiro *nó* entre as estruturas que perpassam a história do Brasil, o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Nessa visão, a posição social de um brasileiro se confirma por meio do seu gênero, da raça/etnia e da classe social.

Os episódios de violência e intolerância a diversidade ainda persistentes no Brasil contemporâneo, como o extermínio de jovens negros nas favelas dos grandes centros urbanos, as discriminações e assassinatos da população LGBT+¹, as invasões aos territórios indígenas em busca de lucros financeiros, entre outros, podem ser analisados a partir da contribuição de Saffioti (1987), evidenciando a existência atual de relações de poder que tendem a reprimir com violência e eliminar os direitos dos grupos que não se encaixam nos padrões impostos pela sociedade patriarcal e capitalista, baseada no contínuo domínio do homem branco e heterossexual.

Nessa sociedade hierárquica, as mulheres, especialmente as provenientes das minorias, como negras e pobres da classe trabalhadora, ocupam a base da pirâmide. Portanto, estão mais propensas a violações de direitos e explorações econômicas, como a violência doméstica e o recebimento de salários menores, ou mesmo destinadas aos subempregos.

A cidade de Ribeirão Preto, localizada no interior do estado de São Paulo, representa um recorte do Brasil que se modernizou economicamente, mas no campo sociocultural continua conservador, reproduzindo a lógica do homem branco, heterossexual, o qual também detém os meios de produção, controlando a economia e os postos de trabalho. Gomes (2011) destacou que a economia de Ribeirão Preto se sobressai no interior do Brasil desde o período do apogeu da cafeicultura no país. Atualmente, se destaca pelo crescimento do chamado agronegócio, especialmente pela produção da cana-de-açúcar, sendo nacionalmente conhecido como a capital brasileira do agronegócio.

Seguindo as características tradicionais do sistema capitalista, o progresso da economia ribeirão-pretana levou a concentração de renda e acentuou os contrastes sociais. De acordo com Gomes (2011), a dinâmica econômica da cidade, principalmente durante a década de 1990, favoreceu intensos fluxos migratórios, especialmente de segmentos da população nacional com baixa qualificação profissional, culminando na marginalização desses grupos e na ampliação das desigualdades socioespaciais no município.

Os contrastes sociais de Ribeirão Preto também foram evidenciados nos levantamentos empíricos realizados pela pesquisa de mestrado: *A atuação de agentes públicos junto a meninas vítimas de abuso e exploração sexual em Ribeirão Preto* (Fabiano, 2013). Essa dissertação buscou identificar as formas de atendimento a meninas vítimas de abuso e exploração sexual nas

¹ Sigla utilizada para se referir a diferentes identidades de gênero e orientações sexuais, como lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais.

instituições públicas da cidade, como Assistência Social, Conselho Tutelar e o Sistema Judiciário. De acordo com os dados apurados, a maioria dos casos que chega ao sistema público se refere a crianças e adolescentes provenientes das camadas pobres da população local.

Por meio de entrevistas com agentes públicos, foi possível perceber que a origem social da vítima foi utilizada como argumento para justificar, ou mesmo naturalizar, situações de violência e violação de direitos que essas jovens estavam submetidas. Além disso, foi atribuído um destino pré-determinado às meninas violentadas sexualmente, especialmente ligado à futura inserção no campo da prostituição, como se a trajetória pessoal e social desse grupo estivesse inerentemente relacionada a sexualização e venda do seu corpo. Esses resultados colocaram em evidência aspectos das desigualdades sociais, os quais extrapolam a exclusão socioespacial e as diferenças no acesso aos direitos fundamentais, atingindo os indivíduos das camadas desprivilegiadas desde a mais tenra idade, através da disseminação de discursos preconceituosos que tendem a limitar suas possibilidades de escolhas e dificultar a mobilidade social.

Paralelamente, a cidade de Ribeirão Preto também é marcada pelo alto índice da prostituição feminina. Importante destacar que a prostituição feminina é aqui compreendida como uma atividade remunerada, ou uma forma de trabalho caracterizada pela comercialização de serviços sexuais de uma mulher para um homem, sendo ambos os indivíduos adultos. Conforme explicou Leal (1999), quando essa prática envolve crianças e adolescentes, sujeitos em processo de formação, representa uma situação de exploração sexual e violação inaceitável dos direitos humanos.

Em Ribeirão Preto é possível encontrar várias modalidades do comércio sexual feminino, como a prostituição de luxo estabelecida em regiões consideradas ricas, a qual atrai jovens estudantes universitárias; casas especializada na área localizadas na periferia ou locais populares, também conhecidas como chácaras; e a denominada prostituição de rua, a mais visível manifestação da atividade na cidade. Na localidade, a prostituição feminina também se vincula ao chamado turismo de negócios, ou seja, os homens que vêm a trabalho para o município, especialmente em decorrência do agronegócio, e procuram os serviços das profissionais do sexo, como se já fosse uma cultura institucionalizada entre os homens desse setor da economia.

A partir do cenário apresentado, o qual analisou e evidenciou aspectos socioculturais de uma cidade do interior paulista, como as desigualdades; a discriminação contra determinados setores da população, especialmente meninas provenientes das classes trabalhadoras e camadas mais empobrecidas; e a visibilidade da prostituição feminina; surgiu a pesquisa de doutorado denominada *Sexo e Poder no Cotidiano das Ruas: um estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP* (Fabiano, 2018), com vistas a identificar as formas de organização da prostituição feminina de rua

na cidade de Ribeirão Preto. Essa modalidade da atividade foi privilegiada porque é exercida em territórios populares, ou até mesmo áreas de exclusão social, ou seja, regiões ocupadas pelos grupos e classes marginalizados, sendo possível identificar processos discriminatórios que atingem as mulheres antes de sua inserção no campo da prostituição.

O presente texto apresentará levantamentos da pesquisa de campo que embasaram a tese citada acima, com vistas a evidenciar aspectos da realidade das mulheres prostitutas em uma cidade do interior paulista, a qual se destaca no campo econômico nacional e também apresenta contrastes sociais visíveis, inclusive na ocupação territorial. Também busca fazer um paralelo com o contexto atual, marcado pela pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) que, além de provocar a morte de mais de quinhentos mil brasileiros, colocou em evidência os problemas políticos e socioeconômicos do país, como o negacionismo e o autoritarismo do atual governo; o aumento da violência, especialmente contra os grupos mais vulneráveis, como crianças, adolescentes e mulheres²; e a intensificação das desigualdades e discriminações sociais.

2 ASPECTOS DA PESQUISA DE CAMPO: DUAS REALIDADES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA NA MESMA CIDADE

Para o desenvolvimento da tese, *Sexo e Poder no Cotidiano das Ruas: um estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP* (Fabiano, 2018), foi realizada pesquisa teórica e de campo, essa última viabilizada por meio do acompanhamento das ações da Ong Vitória Régia que, desde os anos 2000, oferecia atendimento para mulheres prostitutas na perspectiva da saúde, como o agendamento de consultas médicas e a distribuição gratuita de preservativos nas vias públicas. As incursões a campo foram realizadas durante o período de elaboração da pesquisa, entre os anos de 2014 a 2018. Além da etnografia, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas com profissionais do sexo que atuavam em territórios diversos da cidade de Ribeirão Preto.

Além do trabalho da Ong, agentes comunitárias de saúde que compõem os Programas de Saúde da Família (PSF), ligado à Secretaria Municipal de Saúde, realizavam as mesmas ações. Porém, as profissionais do sexo alegaram preferir o atendimento da Ong porque se sentiam mais seguras e acolhidas, já que as profissionais da saúde demonstravam preconceitos e certo desprezo em relação ao trabalho sexual. Na cidade pesquisada não foram identificadas outras formas de apoio voltadas às trabalhadoras sexuais, especialmente as que se encontram em situação de

² Sobre os índices de violência no Brasil durante a pandemia, consultar o site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. No segundo semestre de 2020, a violência doméstica foi a mais incidente, especialmente contra crianças, adolescentes, idosos e mulheres, respectivamente. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh/2020sm02>. Acesso em: 02 abr. 2021.

maior vulnerabilidade, como aquelas inseridas na prostituição de rua.

Durante a pesquisa empírica, foram analisadas as duas áreas de maior concentração da prostituição feminina de rua em Ribeirão Preto. A chamada “Baixada da Rodoviária”, região central da cidade e reconhecida como uma referência no comércio popular, nesse território também se localizam o famoso “Calçadão” e o “Mercadão”. A periferia norte ocupa uma vasta área do município, nesse local se encontram dois importantes territórios da prostituição feminina: Avenida Brasil, local de trânsito intenso e predomínio de estabelecimentos especializados na venda de peças automotivas; bairro Jardim Salgado Filho, habitado pela classe trabalhadora e grupos marginalizados, é uma área onde predomina intenso tráfico de drogas.

Foi possível identificar que as características singulares desses territórios influenciaram nas formas de organização do trabalho sexual em cada espaço urbano, como também interferiram no perfil social dos clientes. Por exemplo, na região central da cidade os encontros são realizados na localidade, predominando fregueses da classe trabalhadora. Já na periferia norte, como o cliente busca a profissional no local com o seu veículo próprio e podem sair da área, atraí homens de vários segmentos da sociedade.

Sobre as características do mercado sexual, na “Baixada da Rodoviária” predominam mulheres de diversas faixas etárias que residem na cidade de Ribeirão Preto e trabalham no mercado do sexo por intermédio de parcerias estabelecidas com os comerciantes locais. Por exemplo, esperam os clientes na entrada de certos bares e, posteriormente, realizam o programa em hospedarias ou hotéis determinados, pré-acordados com seus proprietários. Os comerciantes oferecem segurança e, em troca, elas fornecem lucros financeiros, como o consumo de bebidas e alimentos efetivado por elas e pelos seus clientes. A profissional estipula o valor que receberá pelo seu trabalho e o retém integralmente, o cliente também se responsabiliza em quitar o aluguel do quarto, pago diretamente ao proprietário do estabelecimento.

Já na periferia norte predomina o comércio sexual itinerante, ou seja, nesse local atuam mulheres que residem em outras cidades, ou até mesmo estados, e visitam esporadicamente a região para trabalhar na prostituição. Durante as entrevistas foram encontradas profissionais de diversas regiões do Brasil, como Norte e Centro-Oeste. A maioria das prostitutas que trabalham ao longo da Avenida Brasil, local de mais destaque do comércio sexual em decorrência do intenso trânsito de veículos e dos estabelecimentos que atraem a população masculina, é jovem. No bairro Salgado Filho prevalece mulheres de diversas faixas etárias, inclusive idosas.

A área norte da cidade pode ser considerada como um espaço urbano de exclusão social, ocupada por grupos pobres e marginalizados. Além da ausência de serviços públicos básicos, como Unidade de Saúde e escola, há a presença do tráfico de drogas, tornando sua população mais vulnerável as

ameaças e comandos das organizações criminosas local.

Por sua vez, a estruturação da prostituição feminina se mostrou diferente da realidade encontrada na região central da cidade. No período da pesquisa, de 2014 a 2018, o controle do trabalho sexual desse território era exercido por cafetinas, as quais eram proprietárias de pensões onde as mulheres se hospedavam no período em que estavam na cidade. As cafetinas também cobravam um valor diário de pedágio para o trabalho sexual nas ruas, nas vias públicas. Foi possível perceber que as profissionais do sexo mais jovens se submetiam, sem questionamentos, ao pagamento das taxas. Já as mulheres que estavam há mais tempo na área, em especial, as trabalhadoras do interior do bairro Salgado Filho, não realizavam o pagamento. Conforme apontado na pesquisa, esse cenário indicava um possível esquema de exploração sexual das mulheres, possibilitado pela marginalização social e violência inerentes ao território.

Ao longo das incursões a campo na área norte, foi identificado que entre as profissionais do sexo havia um grupo mais fragilizado e vulnerável às explorações econômicas e violências, as mulheres travestis e transexuais. Apesar de não ter sido o foco do estudo, por meio das análises e de alguns relatos, foi detectado que esse grupo se sentia mais discriminado pelos clientes, sem contar o recebimento de valores menores pelos programas e a falta de apoio dos serviços públicos da saúde para as transformações corporais, sendo esse um direito já legitimado.

Desse modo, foi possível indicar que no campo da prostituição feminina de rua as mulheres travestis e transexuais representam os sujeitos mais marginalizados e suscetíveis a episódios de violência, remetendo também a questão do reconhecimento social por intermédio do papel dos indivíduos na sociedade, como a intersecção entre gênero, raça/etnia e classe. Alguns meses após a realização da pesquisa, a Polícia Federal³ confirmou a suspeita de exploração sexual contra mulheres travestis e transexuais naquela região da cidade.

Com as entrevistas, foi possível identificar que as profissionais do sexo da cidade de Ribeirão Preto, independente do território onde exerciam o seu trabalho, apresentaram preconceitos em relação a prostituição, especialmente marcados por valores religiosos, como a ideia de praticarem atividade pecaminosa e destruidora do casamento monogâmico. Nessa perspectiva, foi detectado que a maioria das prostitutas não revelava para seus familiares sua verdadeira ocupação profissional. Entre as mais jovens, principalmente as que exerciam o trabalho itinerante na região norte, essa tendência foi mais notória.

A pesquisa também identificou que a maior parte das mulheres

³ OPERAÇÃO Cinderela: 6 são presos por suspeita de exploração de transexuais em Ribeirão Preto. (G1 - *Ribeirão Preto e Franca*, 2019). Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/03/13/operacao-cinderela-investiga-exploracao-de-transexuais-em-ribeirao-preto.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

entrevistadas desconhecia temáticas referentes a seus direitos fundamentais, como a Lei Maria da Penha⁴ e direitos trabalhistas, por exemplo, a possibilidade de contribuir com a previdência social como autônoma para garantir uma aposentadoria no futuro. Elas ignoravam a existência de movimentos nacionais de trabalhadoras do sexo na luta pelo reconhecimento trabalhista da prostituição e garantia de direitos.

Um dado interessante foi que entre as mais jovens a ausência de conhecimentos sobre esses temas foi mais acentuada, além de se apresentarem mais conservadoras, seus discursos exprimiam visões de mundo marcadas por valores religiosos e preconceitos em relação ao sexo e a histórica dicotomização feminina, entre as *mulheres de bem*, destinadas ao casamento, e a chamada *puta*. Esse contexto deixou visível as diferenças na formação, humana, política e cidadã, entre as distintas gerações de profissionais do sexo, fato que pode interferir no futuro da atividade na cidade, como a ausência de mobilizações e organizações em prol dos direitos da classe.

Sobre as origens socioeconômicas das profissionais do sexo da cidade analisada, de modo geral, a pesquisa levantou que a grande maioria era formada por mulheres pobres com pouca instrução escolar e qualificação profissional. Assim, elas encontraram na prostituição uma possibilidade de emprego mais rentável e flexível em comparação com as vagas disponíveis no mercado de trabalho formal reservadas para esse perfil de trabalhadora.

Outra característica a ressaltar foi o levantamento de que a maioria das entrevistadas era mãe e buscava oferecer melhores condições de vida para seus filhos, inclusive algumas das profissionais mais velhas relataram que mantinham seus filhos no Ensino Superior com o dinheiro do trabalho sexual. Entre as mais jovens que não conviviam com a maternidade, a busca por melhores condições de vida, especialmente a possibilidade de consumir “coisas boas”, como comida e objetos materiais, foi um dos fatores que as levaram a trabalhar na prostituição.

Diante desses levantamentos, a pesquisa concluiu que antes do ingresso na prostituição, a mulher das camadas populares já era um sujeito excluído e vulnerável às violências. Diante da necessidade de garantir a própria subsistência e a dos familiares, como também da exploração e da precariedade dos postos de trabalho disponíveis no mercado formal, no Brasil a prostituição feminina, apesar de tornar a profissional suscetível a episódios de violência, representa uma opção de trabalho possibilitadora de condições de vida menos degradantes e melhores rendimentos financeiros, especialmente para mulheres das camadas pobres com pouca formação escolar.

Importante ressaltar que as características de cada território urbano influenciaram na organização da prostituição feminina de rua. Por exemplo,

⁴ BRASIL. Lei. nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 07 set. 2020.

a região central da cidade de Ribeirão Preto, apesar de ser ocupada pelas camadas populares, é reconhecida pelo Poder Público como uma área comercial, logo, gera renda (importância econômica) e está integrada ao município. Já a periferia norte representa um espaço social marginalizado, no qual o Poder Público se mostra ausente. Consequentemente, passou a ser controlado por grupos paralelos que criam as regras locais de sociabilidade e tendem a submeter os sujeitos mais vulneráveis a seus comandos, intensificando as possibilidades de emergir situações de violência e exploração econômica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ACENTUAÇÃO DAS DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES NA ATUALIDADE

Após a defesa da tese (*Sexo e Poder no Cotidiano das Ruas: um estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP* - Fabiano, 2018), a pesquisadora não manteve mais o convívio presencial com o campo de estudo. Em contato com representante da Ong Vitória Régia, foi confirmado na região norte da cidade de Ribeirão Preto a investigação realizada pela Polícia Federal e as prisões de grupos envolvidos com o tráfico de pessoas e exploração sexual de mulheres travestis e transexuais. Porém, a Ong não informou se ofereceu algum atendimento as vítimas, nem essa informação foi encontrada na mídia local.

Sobre a região central de Ribeirão Preto, a mesma pessoa contou que a Ong, na condição de representante das prostitutas da “Baixada”, estava envolvida no processo de revitalização do centro histórico da cidade, impulsionado pela Prefeitura Municipal e um Promotor de Justiça que atua com questões urbanas. Por meio dos relatos foi possível observar que o projeto buscava valorizar a arquitetura e o comércio local com vistas a tornar a região atraente para segmentos populacionais, como a elite, que não a frequentavam. Para tanto, estava implícito um processo de expulsão dos moradores de rua e comerciantes ambulantes do território e, no caso das prostitutas, pareceu que a Ong operaria como um agente disciplinar dessas profissionais, estipulando as vestimentas adequadas e restringindo os espaços públicos de trabalho. Posteriormente, o contato não se manteve e também não foram encontradas informações sobre o projeto na mídia.

No contexto atual, a pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) tornou-se uma preocupação mundial na busca pela preservação da vida humana. A pandemia colocou em evidência no cenário internacional antigos problemas, especialmente gerados pelo sistema capitalista, como a intensa destruição ambiental, os conflitos geopolíticos, as desigualdades entre países ricos e pobres e o enfraquecimento das democracias contemporâneas.

Segundo Santos (2020), desde a década de 1980, crises permanentes perpassam o capitalismo, para se perpetuar como modelo econômico tornou-se mais dependente de outras estruturas históricas de poder, o Colonialismo,

responsável pelo racismo e pelas desigualdades entre as nações, e o Patriarcado, o qual gera violência de gênero. O autor também criticou os protocolos sanitários criados pela Organização Mundial da Saúde para a contenção da pandemia. Para ele, grande parte da população mundial vive em situação precária, sem condições de segui-los, como a falta de acesso a água potável. Assim, Santos (2020) indicou que a exclusão social contra os grupos mais vulneráveis, como trabalhadores precários informais, moradores das periferias pobres, refugiados, deficientes e idosos se acentuaram na atualidade.

O Brasil, além das necessidades específicas do campo da saúde em decorrência da pandemia, como a compra de vacinas e a organização de um plano nacional de vacinação mais eficaz, também enfrenta o despreparo do atual governo na gestão do país, o autoritarismo e medidas de austeridade econômica que estão provocando o desmantelamento de setores indispensáveis para a sociedade, como a Educação. O presidente da República, por meio de preceitos ideológicos negacionistas⁵, coloca em risco a vida da população brasileira, gera crises diplomáticas, apoia ministros com visões contrárias à suas pastas (ministro do Meio Ambiente citado em caso que investiga exportação ilegal de madeira⁶) e, mais recentemente, se envolve em escândalos de corrupção no Ministério da Saúde⁷.

Diante das dificuldades e desafios sanitários, políticos e econômicos que o país enfrenta, houve o acirramento da violência e das desigualdades sociais, atingindo especialmente os grupos mais marginalizados da população nacional, como moradores das periferias, os indígenas e as mulheres. A esses setores, o aprofundamento da desigualdade e o desmanche do aparato público vem agravando uma situação historicamente precária e desumana.

No caso das mulheres que atuam na prostituição de rua, a pandemia tornou suas vidas mais vulneráveis às violações de direitos. Além da exposição dos seus corpos e dificuldades em manter os protocolos de higiene nas vias públicas, ainda enfrentam obstáculos financeiros para garantir suas subsistências em razão da retração econômica e, conseqüentemente, do

⁵ Ver AZEVEDO, Reinaldo. Pazuello será efetivado. Política suicida-homicida é bem sucedida, creiam. (UOL Notícias, 2020). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/09/14/pazuello-sera-efetivado-politica-suicida-homicida-e-bem-sucedida-creiam.htm?cmpid=copiaecolahttps://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/09/14/pazuello-sera-efetivado-politica-suicida-homicida-e-bem-sucedida-creiam.htm>. Acesso em: 14 mar. 2021.

⁶ Ver ALVES, Pedro. Ricardo Salles: entenda operação contra exportação ilegal de madeira que mira ministro do Meio Ambiente (G1, Distrito Federal, 19 de mai. de 2021). Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/19/ricardo-salles-entenda-operacao-contr-exportacao-ilegal-de-madeira-que-mira-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 05 de jul. de 2021.

⁷ Ver PROPINA por vacinas? Entenda as 2 denúncias em negociação de doses pelo governo Bolsonaro. (Correio Braziliense, 30 de jun. de 2021). Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/06/4934566-propina-por-vacinas--entenda-as-2-denuncias-em-negociacao-de-doses-pelo-governo-bolsonaro.html>. Acesso em: 01 de jul. 2021.

mercado sexual. Estudos recentes (ROMFELD, 2020; FERREIRA *et al.*, 2020) mostram aspectos da realidade enfrentada pelas trabalhadoras sexuais em meio a pandemia e demais crises que emergiram, ou foram acentuadas, pela atual conjuntura e o descaso do governo brasileiro com a situação, como o aumento das violências e a maior vulnerabilidade econômica enfrentada pelos trabalhadores informais.

Perante as dificuldades econômicas e riscos iminentes à saúde dos tempos atuais, as trabalhadoras do sexo necessitam de amparo social. Porém, em entrevista⁸, a ativista pelos direitos das trabalhadoras do sexo, Monique Prada, falou sobre a ausência de políticas específicas para a classe, como também sobre a dificuldade dessas profissionais terem acesso ao auxílio emergencial sancionado pelo governo federal, em virtude da marginalização histórica que a classe está exposta.

A discriminação social de mulheres prostitutas no Brasil pode ser atribuída a aspectos culturais, como o predomínio na atualidade de valores conservadores, especialmente religiosos e ligados a ideia do sexo e do corpo feminino como algo pecaminoso. Importante ressaltar que essas concepções foram identificadas nas entrevistas das profissionais do sexo que participaram da pesquisa aqui analisada.

Além desse aspecto, no Brasil a prostituição se apresenta como uma atividade parcialmente legal. Desde 2002, está inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO – formulada pelo Ministério do Trabalho) como uma modalidade de trabalho. Porém, o Código Penal ainda criminaliza todas as atividades e condutas ligadas a esse campo, por exemplo, proíbe o funcionamento de estabelecimentos voltados ao mercado sexual, fato que leva a profissional do sexo a trabalhar isolada nas ruas, tornando-a mais vulnerável à violência e marginalização social.

Por sua vez, a falta de direitos garantidos acentua os preconceitos e leva as prostitutas a serem identificadas como *subcidadãs*, termo criado por Souza (2003) para se referir aos grupos de brasileiros excluídos, aqueles que não integram o mercado de trabalho formal e não tem acesso aos capitais econômicos e culturais da sociedade, são destituídos de reconhecimento jurídico e social.

Em um contexto histórico mais distante, mas com contribuições significativas para a análise da sociedade contemporânea, Saffioti (1987) destacou que no Brasil o reconhecimento social de um indivíduo se relaciona a intersecção entre seu gênero, sua raça/etnia e sua classe social. O conceito *subcidadania* de Souza (2003), apesar de se referir a um momento mais atual, também evidencia as desigualdades e relações de poder que perpassam a história brasileira e, de forma cruel, promovem a exclusão social

⁸ SITUAÇÃO de prostitutas durante pandemia traz à tona falta de amparo social, diz especialista. Agência de Notícias, 2020. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.uniceub.br/?p=24093>. Acesso em: 20 jun. 2021.

e jurídica dos sujeitos que não se enquadram nos padrões econômicos e culturais dominantes. Mais uma vez, a população negra, indígena, pobre, feminina, homossexual, transexual, entre outras minorias, se tornam os mais suscetíveis à marginalização.

Com as contribuições da pesquisa de campo sobre a prostituição feminina de rua em uma cidade do interior paulista, aqui apresentadas, é possível concluir esse texto indicando que a mulher prostituta, especialmente aquela que atua em territórios de vulnerabilidade social, representa um dos sujeitos mais excluídos entre os marginalizados. Esse fato pode ser atribuído a questões morais e culturais, por isso, se faz necessária a discussão sobre esse tema em vários espaços da sociedade brasileira com vistas a combater os discursos de ódio e promover o respeito pela diversidade de escolhas e uso pessoal dos corpos. Por outro lado, a exclusão social desse grupo também pode estar relacionada às estruturas de poder que historicamente discriminaram segmentos da população nacional e, atualmente, continuam atuando para manter em vigência uma sociedade conservadora, ou melhor, retrógrada.

Assim, a possibilidade de transformação do Brasil perpassa a mobilização popular em busca de mudanças nos valores culturais e implementação de políticas públicas que concebam a cidadania como um princípio universal, não mais enviesada por critérios classistas, racistas e sexistas. A probabilidade de construção de um novo futuro talvez surja em 2022, como resultado do justo processo eleitoral e da escolha dos brasileiros pela defesa da democracia e dos direitos humanos, propiciando assim a continuidade da vida - humana e natural - em todas as suas manifestações.

REFERÊNCIAS

DUPUIS, Jacques. **Em nome do pai: uma história da paternidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FABIANO, Eulália. **A atuação de agentes públicos junto a meninas vítimas de abuso e exploração sexual em Ribeirão Preto**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2013.

_____. **Sexo e poder no cotidiano das ruas: um estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP**. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2018.

FERREIRA, Livia *et al.* A situação da população de profissionais do sexo em meio à pandemia da Covid-19. **II Congresso de Saúde Coletiva da UFPR**, 2020. Disponível

em: <https://eventos.ufpr.br/csc/csc20/paper/view/4289>. Acesso em: 29 mar. 2021.

GOMES, Marcos A. S. Desvelando o mito da —Califónia Brasileira: aspectos da desigualdade socioespacial em Ribeirão Preto — SP. **Revista Geografia**. v. 2, n. 1, p. 1-11, 2011.

LEAL, Maria L. P **Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e de Adolescentes na América Latina e Caribe - Relatório Final Brasil**. Brasília: CECRIA, 1999.

ROMFELD, Victor Sugamoto. Prostituição brasileira e Covid-19: a difícil 'vida fácil das prostitutas em tempos de pandemia. In: COSTA, Regina Alice. Rodrigues Araújo; LIMA, Adrian Gabriel Serbin; PESSOA, Sérgio da Silva (orgs.). **Pandemia e Crises: percepções jurídicas e sociais**. Recife: Even3 Publicações (livro digital), 2020, p. 60 – 69. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/even3publicacoes-assets/book/519418-pandemia-e-crisis-percepcoes-juridicas-e-sociais-194185.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane N. de A. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno do poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p.49 - 95.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2020.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

ASPECTS OF FEMALE STREET PROSTITUTION IN THE CITY OF RIBEIRÃO PRETO/SP: INEQUALITIES, VIOLENCE AND UNDERCITIZENSHIP

ABSTRACT – This text aims to present aspects of the field research carried out for the development of the thesis *Sex and Power in the Daily Life of the Streets: a study on female prostitution in Ribeirão Preto/SP* (Fabiano, 2018), with a view to reflecting on the reality of women who work in street prostitution in a city in the interior of São Paulo, which presents itself as a national economic reference and, on the other hand, has visible socioeconomic and territorial inequalities. Empirical research identified that most women working in this modality of activity belong to the working class and poor groups,

therefore, they were already subject to social and legal marginalization before their entry into prostitution. The social vulnerabilities of the territories where female prostitution takes place were also shown to influence the forms of organization of the sex market, accentuating the possibilities of episodes of violence and economic exploitation. Due to the current context, marked by the social consequences of the pandemic (new coronavirus) and by the existence of an authoritarian and denial government, the article seeks to draw a parallel between the empirical surveys of the analyzed study and the accentuation of inequalities and violence in contemporary Brazil , especially against so-called minorities.

KEYWORDS: Female street prostitution, social differences, *subcitizenship*.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A BUSCA DA RUPTURA

Maria Rozilda Barbosa do Nascimento

lattes.cnpq.br/9783145205694186

Rio Branco - AC

RESUMO - O presente artigo tem como objetivo analisar as percepções de mulheres em situação de violência doméstica egressas e abrigadas na Casa Abrigo Mãe da Mata em Rio Branco, estado do Acre. Busco compreender a partir da (re)construção e (re)elaboração de suas histórias, os caminhos percorridos na busca da ruptura da violência e em que medida a intervenção estatal contribuiu para (re)significar suas vidas. Utilizo como aporte o referencial feminista para compreender como as lutas de mulheres foram se constituindo historicamente pautada por várias demandas, entre elas, o problema da violência, antes confinado ao espaço doméstico, para adquirir visibilidade pública. Procuo referência nas políticas públicas implementadas para um coletivo de mulheres, como adquirem especificidades que contemple o contexto social e cultural ao qual a mulher está inserida. Foram realizadas entrevistas com mulheres em situação de violência, bem como

a análise de documentos internos da Casa. Há que se reconhecer que ao longo da história das mulheres sempre houve luta e resistência contra a opressão, entretanto, a pesquisa mostrou que do ponto de vista das relações no âmbito privado, a relação de dominação não é percebida como uma relação de forças, e não se compreendendo isso, é aceita como algo inevitável, portanto, naturalizada.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, violência, gênero, política pública.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é analisar as percepções de mulheres em situação de violência doméstica egressas e abrigadas na Casa Abrigo Mãe da Mata em Rio Branco, estado do Acre.

A inquietação para estudar o tema originou-se ainda na graduação, quando estudei mulheres chefes de família. A partir de tantas histórias, veio a constatação de que a maioria das entrevistadas sofria violência física e psicológica por parte de seus companheiros. Chamou a atenção a narrativas daquelas mulheres pois a situação

vivenciada não foi determinante e pouco contribuiu para o rompimento da situação de violência e a condição de chefe de família. A violência era muitas vezes silenciada, naturalizada e tinha várias justificativas, para algumas passava pela dependência financeira, para a maioria sobressaía os valores morais e sociais vigentes, onde o referencial de vida mais adequado era a manutenção/permanência da relação conjugal em nome da família, mesmo que isso significasse dor e sofrimento.

Os altos índices da violência contra a mulher nos remetem a um duplo olhar: arriscar que as janelas estão sendo abertas e tornando público um problema tido como privado e sagrado, ou dito de outra forma, as mulheres provavelmente estão criando coragem e estão denunciando mais. Por outro lado, a sensação de que as portas ainda estão fechadas para que, no domínio das relações privadas, os homens se sintam donos da alma e dos corpos das mulheres. Recorrendo a SAFFIOTI (2004), quando diz que:

“os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos”, em se tratando de violência, o homem no exercício de seu domínio tem o poder de vida e morte sobre suas parceiras, e o poder no sentido foucautiano como algo que não é um objeto natural, uma coisa, e sim uma prática social e, como tal, constituída historicamente (FOUCAULT, 2011).

Há uma anuência entre os estudiosos de gênero, citamos como exemplo SAFFIOTI (1987), quando qualificam a violência de gênero a partir do entendimento de que homens e mulheres tem participação não igualitária em função de sua condição sexual, fazendo parte de um universo simbólico que legitima essa desigualdade. Para cada um dos sexos, homem ou mulher, lugares, papéis e poderes desiguais na vida privada e pública.

Nos últimos anos, políticas de enfrentamento foram implementadas, porém ainda não incidiu na origem dessa violência que extrapola as motivações e fatores individuais, pois o que faz com que os índices sejam tão altos e ainda os discursos das mulheres em situação de violência tão similares é a estrutura de poder patriarcal, em que as mulheres são subalternizadas. É nessa ordem desigual de poder que o homem se impõe na relação e um dos mecanismos que reforçam essa dominação é a utilização da violência.

No que se refere aos valores individuais mais tradicionais em relação à família e, principalmente aos valores culturais socialmente criados e reiterados sobre o papel da mulher, arriscaria dizer que teremos que avançar muito ainda. Embora tenhamos clareza que é um período curto para mudanças de atitudes e comportamentos, não basta a intervenção do Estado adentrando na esfera privada para que balance a estrutura do patriarcado,

que é secular.

Enquanto pesquisadora inserida no campo da pesquisa sobre gênero e violência, há que se ponderar que sou ao mesmo tempo “de dentro” e “de fora”, no entanto, o tom a ser dado, - *que é o de dar voz as mulheres através de suas narrativas* – marca o lugar da fala. Foram entrevistadas mulheres que estavam abrigadas no momento da pesquisa, e uma egressa que tinha estado na Casa Abrigo cerca de um ano antes. Destas, todas eram residentes na cidade de Rio Branco, sendo sete moradoras da zona urbana e quatro moradoras da zona rural. Uma não era alfabetizada, sete tinham o ensino fundamental incompleto, uma o ensino médio incompleto e apenas uma tinha curso superior completo. As idades variavam entre 23 e 47 anos.

BRANDÃO (1998) busca recuperar o processo de construção social da violência contra a mulher apontando a importância da mobilização social empreendida pelo movimento feminista brasileiro a partir da década de 70, no século XX, quando o problema da violência, antes confinado ao espaço doméstico, adquire visibilidade pública, tornando legítimas as denúncias sobre as mais variadas discriminações sofridas pelas mulheres. O autor diz ainda que as discussões avançaram na década de 90, articuladas com o debate internacional, consolidando a compreensão da questão como uma violação dos direitos humanos.

2 O CAMINHO METODOLÓGICO

Segundo MINAYO (1994), a metodologia é muito mais que um conjunto de técnicas, uma vez que articula conteúdos, concepção de mundo e criatividade do pesquisador. Entendendo que cerca de 95% das mulheres que chegam aos abrigos tenha percorrido o caminho da denúncia via delegacia - e não tendo dúvidas de que um aspecto importante na interrupção da violência é uma ação que a paralise, impeça e puna quem agride - e que, para estas que correm risco de vida, seja dado encaminhamento à Casa Abrigo Mãe da Mata, a opção por estudar as mulheres que tenham vivenciado o abrigamento deu-se por uma questão metodológica no que se refere à delimitação.

Foi um estudo de natureza qualitativa, e como técnica foi utilizada a observação e fundamentalmente a “história de vida temática”. Como diz Aspásia (s/d), a história de vida representa a melhor maneira de compreender a cultura ‘do lado de dentro’, como um conjunto vivo. Nesse caso, optar pela história de vida temática permite, a partir de suas narrativas, refletir sobre suas vivências e experiências, construindo assim o que BOSI (1994) chama de *comunidade de destino*, o que a autora considera qualidade necessária para que se tenha uma compreensão plena de uma dada condição humana, no caso compreender mulheres em situação de violência.

A escolha das mulheres a serem entrevistadas foi realizada priorizando as que estavam no abrigo naquele momento e se dispunham a falar. Optei por ir à Casa Abrigo em dias alternados por dois motivos: o primeiro e principal,

era respeitar a dinâmica da Casa e não ir em dias que haviam atividades pré-definidas, para não interferir na rotina. O segundo, que elas não ficassem na expectativa com a entrevista e isso, de certa forma, causasse uma espécie de tensão e/ou ansiedade, levando-as a especular junto às que já tinham sido ouvidas sobre possíveis perguntas que seriam feitas e assim pré-elaborassem respostas que considerassem mais convenientes.

A convivência por vários dias na Casa permitiu utilizar a técnica da observação como algo importante, pois se coloca o discurso dos sujeitos (nesse caso, seja da mulher, ou de alguém da equipe da Casa), e permite que possa ser aprofundado graças ao envolvimento direto e prolongado do observador com o grupo que estuda. Para Aspásia (s/d) esse parece ser o princípio dialético necessário para estabelecer tanto a cumplicidade quanto a distância entre o observador e seu informante. Esse convívio contribuiu para uma maior aproximação e percepção da dinâmica da Casa Abrigo.

É importante destacar que antes do primeiro contato com as mulheres, busquei conhecê-las a partir dos caminhos institucionais percorridos por elas na busca da ruptura da violência. Para isso, consultei Boletins de Ocorrência escolhidos aleatoriamente, consultei os relatórios dos anos de 2006 a 2011 que são produzidos mensalmente pela Casa Abrigo para envio aos gestores, e ainda fichas de registros de mulheres abrigadas dos anos de 2006 a 2011, também escolhidas aleatoriamente.

Destaco informações que permitem caracterizar as potenciais usuárias de uma casa abrigo, nos anos citados passaram pela casa cerca de 700 mulheres e mais ou menos 1.200 crianças. Destas, a grande maioria não concluiu o ensino fundamental, logo, com tão baixa escolaridade e consequentemente pouca ou nenhuma qualificação, estava reservado o espaço do lar com os afazeres domésticos, um trabalho invisível e, portanto, desvalorizado, ou quando assalariadas, predominava o serviço doméstico. Dentre outras ocupações, incluía vendedoras autônomas, agricultoras, faxineiras, funcionárias públicas. A imprecisão dos dados refere-se à inconsistência no preenchimento dos relatórios, pois muitos campos por diversas vezes ficavam sem as informações, no entanto, corrobora a afirmação de que as potenciais usuárias da política pública de abrigamento são mulheres pobres.

Quando se fala do trabalho doméstico como algo desvalorizado, temos que levar em conta que esse tipo de injustiça possui duas dimensões: uma dimensão econômica e outra cultural. Assim, a mulher dona de casa que não recebe nenhum tipo de remuneração por seu trabalho doméstico sofre um tipo de exploração econômica, mas, ao mesmo tempo, ela sofre os efeitos da dominação cultural que desvaloriza o trabalho doméstico por considerá-lo inferior ao outros tipos de trabalho exercidos pelos homens ou mesmo exercido pelas mulheres. A valorização é pelo trabalho remunerado e preferencialmente fora do lar.

Retomando, a opção por esse universo justifica-se uma vez que as

mulheres com nível socioeconômico mais elevado, acredito eu, encontram outras estratégias para resolução de seus conflitos. Isso de forma alguma minimiza a violência sofrida, porém, é necessário destacar que essas não são cotidianamente usuárias de uma Casa Abrigo enquanto política pública. Por isso, convém uma análise mais cuidadosa em relação às mulheres das classes populares, predominantemente com baixa escolaridade e, portanto, em condições mais vulneráveis, pois ao denunciar, o problema da violência, antes confinado ao espaço doméstico, adquire visibilidade pública ao expor algo que tem um caráter reservado e tornando legítimas as denúncias sobre várias discriminações sofridas por elas.

3 ANÁLISE

SAFFIOTI (2004) em sua análise sobre gênero e patriarcado diz: “... é evidente, contudo, que a ‘tolerância’ de mulheres agredidas por seus parceiros varia em razão direta da magnitude de seus bens”. Considero mais prudente evitar generalizações pois essa é uma afirmativa que certamente não se aplica a grande maioria de mulheres usuárias de uma Casa Abrigo, pelo menos na realidade em que pesquisei, pois, seus companheiros agressores eram também desprovidos de bens econômicos. Isso nos remete mais uma vez a pergunta: Por que a mulher não sai da relação violenta tão logo ela se inicia? Novamente nos remetemos a questões discutidas ao longo do trabalho, afinal as escolhas de cada sujeito não dependem somente de suas vontades individuais vistas de forma isolada e sim de vários elementos, tais como valores sociais, morais, religiosos que permeiam suas subjetividades e vivências.

Vejamos o depoimento de uma das entrevistadas:

Passei 23 anos sofrendo violência, tudo era em torno da ameaça. Nós nunca tivemos um relacionamento tranquilo, foi sempre em torno de ameaça. Logo no início eu tinha medo de sair, porque fui criada numa família muito religiosa, fui criada em colégio de freira, eu tinha medo de sair, e ficar mal vista porque não tinha marido, eu tinha muito medo disso...” (“CL”, 42 anos).

A narrativa acima evidencia que tinha consciência da violência sofrida, porém, como estava no âmbito da casa, família, portanto privado, isso se tornava naturalizado, menor em relação ao enfrentamento e consequente sofrimento, portanto, sua imagem pública como mulher “mal vista” tinha um peso maior. Autoras como SAFFIOTI (2004), GREGORI (1993) referem-se à violência naturalizada, ou seja, algo apresentado como parte natural da vida de muitas mulheres, e até de forma “banalizada”, tornando-se, muitas vezes, imperceptível.

Sobre isso também se pode perceber nas narrativas da entrevistada abaixo, que quando questionada sobre o porquê de não ter denunciado antes, diz:

[...] é porque é o que passa na televisão mesmo, mulher é burra, porque era pra mim ter feito, (denunciado) eu apanhava, aí no outro dia estava tudo bem, aí eu ficava... tá aí... eu não sei nem porque eu não denunciava... não sei nem porque eu aceitava aquilo, e eu apanhava, apanhava, apanhava e amanhecia o dia, ele ia trabalhar, aí eu fazia as coisas (domésticas), aí o tempo ia passando, ele chegava em casa tranquilo. Aí aquilo ia passando e, eu também, eu deixava passar, apanhava, mais o dia passava e a tarde, não adiantava... ficava... ficava... eu também não sei explicar o porque eu nunca denunciei esse homem, era pra mim ter feito isso na primeira vez, e eu deixava passar, deixava passar...." ("CM", 23 anos).

Tão jovem e tão impotente, apática, sem reação diante de tamanha violência. Seu olhar perdido, para o infinito, o aparente riso quando indaga para si mesma, como se esperasse a resposta, quem sabe fluiria na mesma mansidão. Talvez estivesse despertando naquele momento, ou quem sabe ainda fosse cedo para ter uma resposta. Isso nos faz pensar sobre a indignação de SAFFIOTI (2004), quando desabafa: *"Que lástima que, em pleno século XXI, tantas mulheres ainda sejam portadoras de consciências dominadas"*. Eu acrescento: consciências e corpos dominados, objetificados, como diz abaixo a entrevistada:

[...] quando ele queria ter relação sexual era o jeito, ele não aceitava recusa não, e tinha que ir, era uma pressão muito grande, não interessava se eu queria ou não, ele é assim não interessa se você quer, tinha que fazer e acabou. ("CL" 42 anos).

Para BOURDIEU (2010), se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque esse princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino, como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo de dominação. Discordo de Bourdieu no que se refere ao desejo feminino como *desejo* de dominação. *Deixar-se* dominar é diferente de *desejar*, a cultura patriarcal demarca os corpos das mulheres como objeto de uso exclusivo dos homens, do domínio de sua propriedade/lar, no entanto nas relações marcadas pela violência, a resistência é o não desejo de ser *possuída*, a primeira liberdade se dá quando ela resiste ao não uso de seu

corpo se ela assim não o quiser. Segue abaixo o ápice da exploração dos corpos:

[...] o meu primeiro marido foi o pai da minha primeira filha, eu gostei muito dele, mas ele me maltratou muito. Eu chegava até me prostituir pra ter dinheiro e ele está ali do meu lado, mas nessa época eu era adolescente, era uma menina de 14 pra 15 anos. Eu me prostituía para dar o dinheiro para ele só para ter ele ao meu lado e ele fazia era rir da minha cara, depois que gastava o dinheiro todinho. (“AP”, 29 anos)

A sujeição dos corpos das mulheres pelos homens marca o auge de sua dominação, e ainda de forma mais perversa a negação do humano se mostra na narrativa abaixo:

[...] Todas as formas que um homem pode violentar uma mulher, eu fui violentada. Às vezes era com uma faca no meu pescoço, me pegando por trás, qualquer movimento meu ele cortava meu pescoço. Ele passava a faca em mim, me cortando, sou cheia de cicatriz, tenho marcas de faca na perna, tenho cicatriz na boca, nas costas. [...] Sexualmente ele fazia tudo, estuprava, eu ficava toda dolorida, porque eu não queria mais ficar com ele. [...] Ele me amarrava, me cortava, dizia que se eu não fizesse do jeito que ele queria... Ele colocava droga no pênis e me forçava a cheirar, esfregava em mim, às vezes botava na mão, eu nunca usei droga, mas de tanto ele forçar acabava usando... Eu tenho nojo, nojo de droga (“LD”, 36 anos).

Com os dados coletados e sistematizados é possível entender que é fundamental a existência dos serviços, porém, isso não é a garantia de sua eficácia e muito menos de efetividade se estes não se articulam para o atendimento de suas demandas. Pelas narrativas de minhas entrevistadas, percebe-se que o impacto é negativo quando os serviços não as atendem da forma adequada e necessária, pois embora sejam planejados e implementados para um atendimento coletivo, as demandas são individuais, portanto, é necessário, por vezes, estarem atentos às especificidades. A narrativa de “Clarice” abaixo, embora tenha se passado em momento anterior à Lei Maria da Penha, demonstra o tratamento relacionado à violência dado por uma autoridade policial como um problema doméstico, privado, havendo aí uma inversão de papéis.

[...] para o delegado ele se ajoelhava dizendo que era o

melhor homem do mundo, aí o delegado não ligava não, [...] aquele delegado me ajudou muito, quando ele foi lá o delegado era um rapaz evangélico que aconselhou muito a gente. Meu esposo ia pra igreja, eu também ia. [...] o delegado quis na verdade que ele se tratasse. (“CL”, 42 anos).

A situação descrita pela entrevistada acima se refere a uma abrigada que foge ao perfil de usuária de uma casa abrigo, ao menos na realidade de Rio Branco. Dentre as entrevistadas era a única com curso superior completo (cursando pós-graduação), servidora pública, era arrimo de família, no entanto, viveu sob ameaça durante vinte e três anos. A narrativa refere-se à primeira denúncia no ano de 2003, numa cidade do interior do estado, onde as relações se davam em outro nível de intervenção. Não se pode esperar que um delegado tentasse resolver um problema de violência com “conselhos”, ou diagnosticando uma patologia no agressor como responsável pela violência. Do depoimento depreende-se a permanência da ideologia de gênero que remete a fala, que desqualifica a denúncia retirando do Estado a responsabilidade dos encaminhamentos necessários.

[...] o delegado aconselhou muito a gente e ele me via estudando na faculdade [...] ele sabia que eu estava lá pra sair dessa vida. Aí ele foi e pediu pra ele, conversou muito com ele, na verdade ele percebia que ele não era pra ser preso, ele precisava de uma ajuda, pediu que ele fosse para a igreja (“Clarice Lispector”, 42 anos).

A narrativa revela a postura ambígua do marido frente ao delegado, se colocando como um bom marido, e como este o ampara, fazendo dessa relação algo terapêutico, em que ambos precisavam de uma ajuda divina, e que a religião resolveria o conflito, estimulando uma postura de compreensão. Essa prática alternativa de mediação de conflitos e conciliação dos casais muito praticada, intensamente combatida e criticada pelo movimento de mulheres, foi um tema recorrente nos debates nacionais, pois demonstrava os limites das respostas institucionais ao enfrentamento da violência doméstica. Ainda que a denúncia por si só não resolva o problema, pois ao fazê-lo se deparam com as condições materiais concretas de existência, dado que muitas dependem financeiramente de seus companheiros, embora se possa dizer que a dependência emocional talvez seja mais forte que a financeira, o recurso à polícia num primeiro momento tem uma função específica que é de interromper mesmo que momentaneamente aquela situação de violência, sendo assim, a queixa policial já representa em si uma tentativa de ruptura.

[...] a gente denuncia, mas a gente fica naquela esperança,

a gente que é mulher quer é criar os filhos, a gente quer ver o marido mudar. Porque denuncia às vezes só pra ver se ele muda, porque eu nunca quis que ele fosse para o presídio, só se ele fizesse algo que merecesse por que até hoje ele não fez nada no meu corpo pra me deixar deformada (“RQ”, 30 anos)

Para aquelas que estão sob ameaça de morte diante do entendimento que o abrigo é um recurso extremo a ser utilizado para encaminhamento da mulher, esta, ao chegar à Casa Abrigo, traz consigo sua história de violência e de enfrentamento desta, constituindo-se assim uma tentativa de ruptura definitiva de sua situação. Durante o período em que a mulher ocupa aquele espaço, possui acesso a um acompanhamento psicossocial e jurídico para atender as suas demandas objetivas, tais como separação, guarda de filhos, pensão alimentícia se assim ela o quiser, ou, ainda, contribuir com a reflexão de questões subjetivas como se reconhecer naquele tipo de relação, e fortalecê-la para a superação.

Tendo a Casa Abrigo como um espaço que se propõe a garantir a proteção da vida, fortalecer a mulher para que rompa com o ciclo de violência e estimular um repensar de sua condição de mulher violentada, tive então um lócus importante para a compreensão e análise.

A partir de suas narrativas, o abrigo também é percebido como um espaço físico e simbólico onde elas se (re)encontram, (re)elaboram suas histórias e compartilham dores, como também é o lugar por excelência propício aos conflitos interpessoais. É um lugar onde as tensões se cruzam, as necessidades e expectativas se misturam, produzindo novas formas de violência, tendo em vista que as mulheres que ali estão, por conta das circunstâncias, são arrancadas de seu cotidiano, de sua família, comunidade. Nessa perspectiva a proteção também é percebida como “prisão”.

Lá a gente se sente presa, às 22:00 horas eles trancavam no cadeado. Eu ficava desesperada e dizia: “meu Deus, o que eu fiz de errado! O bandido está solto e eu estou presa! Eu me sentia sufocada, muitas vezes eu ficava em pé na grade para ver se respirava um pouco, porque eu detesto ficar trancada. [...] Passei 22 dias lá, assinei um termo para sair porque ainda não era hora. Era para aguardar as medidas protetivas. (“LD”, 36 anos).

Não cabe ao pesquisador (a) ‘averiguar’ para confirmar ou não os fatos narrados, assim, recorro à contribuição de BOSI (2010), e faço as devidas adequações, ou seja, não disponho de nenhum instrumento de confronto dos fatos relatados a partir do qual percebesse distorções. As narrativas descrevem uma percepção, uma experiência vivida, uma versão do

acontecido, a importância está no que foi escolhido para relatar a experiência, pois certamente o escolhido são apenas fragmentos de sua história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ouvir e articular as narrativas de mulheres que têm em comum uma história – de violência conjugal-, menos do que buscar uma explicação para a violência, o esforço foi entender como elas se veem nessas relações. Como pesquisadora, procurei entender os movimentos que vão desde a denúncia da violência sofrida até a chegada das mulheres e seus filhos na Casa Abrigo e as perspectivas para pós-abrigo. Quando do início de nossas conversas, o ponto de partida foi descrever a situação limite que a levou ao abrigo, “estar” ali naquele momento passou a ser o *ponto de partida* para reconstituir suas histórias, compreender os movimentos realizados, e como um *fio condutor* se constituiu o *ponto de chegada* na medida em que está ali, naquele momento. Assim sendo, não deixa de ser uma tentativa de ruptura e possibilidades para repensar sua vida a partir de novas perspectivas.

As histórias são muitas, não são sempre iguais, apresentam-se de várias formas, em diferentes circunstâncias, o que têm em comum é que são violências. A mulher precisa se ver nessa condição não somente como vítima e sim como sujeito capaz de superar, de desnaturalizar, romper e perceber outra concepção de relação.

Assim, pensar nos caminhos de ruptura da violência para um coletivo de mulheres que vivenciam essa situação tem que se levar em conta que cada mulher vivencia de forma individual, singular, a sua experiência. Não há dúvida que é necessário algo que paralise a violência, puna seus agressores, assim como a Casa Abrigo enquanto equipamento de segurança que, numa situação de risco, possibilita a mulher recompor suas forças. Mas isso não garante o rompimento para além do momentâneo, a ruptura. É necessário um novo olhar que está além dos serviços pontuais. Os serviços voltados para o enfrentamento da violência embora pensados para um coletivo de usuárias que vivenciam a mesma situação, não atendem as especificidades que são individuais, cada mulher vivencia ‘espaços de ruptura’ singular, no seu tempo, no seu ritmo. As políticas públicas precisam ser pensadas para atender a mulher em suas especificidades, mas sobretudo de forma integral, para que possa recompor suas vidas numa perspectiva de construir novas relações.

DECLARAÇÃO

Este capítulo é parte da Dissertação de Mestrado de Maria Rozilda B. Nascimento, publicada com o título: “Eu queria ter uma história bonita pra contar...” Violência conjugal e os (des)caminhos em busca da ruptura pela PUC/SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9ª edição, Rio de Janeiro, 2010. Ed. Bertrand Brasil.

BRANDÃO, E. R. **Violência conjugal e recurso feminino à polícia**. In: BRUSCHINI, C., HOLLANDA, H. B. de (orgs.). Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Editora 34, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Ed. Vozes: Petrópolis, RJ, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. **As desventuras do vitimismo**. Revista Estudos Feministas, vol. 1 nº 1, 1993.

_____. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. P. 85. Ed. Paz e Terra. São Paulo: ANPOCS, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. Ed. Moderna, São Paulo, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

_____. **Gênero e Patriarcado: Violência contra mulheres** In: A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely (Org) 1ª edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. In: Gênero, democracia e sociedade brasileira. BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (Org). Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002.

DOMESTIC VIOLENCE AND THE SEARCH FOR RUPTURE

ABSTRACT - This article aims to analyze the perceptions of women in situations of domestic violence who are discharged and sheltered at Casa Abrigo Mãe da Mata in Rio Branco, state of Acre. I seek to understand from the (re) construction and (re) elaboration of their stories, the paths taken in the search for the rupture of violence and to what extent the state intervention contributed to (re) meaning their lives. I use as a contribution the feminist framework to understand how women's struggles were historically constituted based on various demands, among them, the problem of violence, previously confined to the domestic space, in order to acquire public visibility. I look for

reference in public policies implemented for a collective of women, as they acquire specificities that contemplate the social and cultural context in which the woman is inserted. Interviews were carried out with women in situations of violence, analysis of internal documents of the House. It must be recognized that throughout women's history, there has always been a struggle, resistance against oppression, however, research has shown that from the point of view of relationships in the private life, the relationship of domination is not perceived as a relationship of forces, and if this is not understood, it is accepted as something inevitable, therefore naturalized.

KEYWORDS: Women, violence, gender, public policy.

A SAÚDE INDÍGENA E AS POLÍTICAS DA VIDA: DISCUSSÕES SOBRE DIREITOS E INTERCULTURALIDADE

Fabiana Leticia Sbaraini

lattes.cnpq.br/3544653484325888

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Roraima
Boa Vista, Roraima

RESUMO – A reflexão deste texto parte da abordagem de algumas dimensões que nos ajudem a construir um cenário histórico-político e conceitual para pensar a interculturalidade na saúde indígena na contemporaneidade por meio da discussão sobre as relações com o Estado e as políticas da vida, bem como as vinculações de tutela presentes nesta trama que modelou a vida indígena como uma sub-humanidade. No que concerne à construção de políticas públicas, estas têm sido permeadas por diálogos, negociações, conflitos, construções históricas e políticas de diferentes grupos socioculturais. Essa característica se acentua na construção da interculturalidade presente na saúde indígena, buscando favorecer espaços de diálogo entre distintas racionalidades e as práticas de saúde, as quais são um tema central na luta dos povos indígenas pela conquista de seus direitos em termos de acessos e

serviços com qualidade. Reflexões sobre as políticas da vida e a saúde indígena se tornam elementares para uma compreensão mais ampla sobre o discurso cultural, igualdade e reconhecimento da pluralidade étnica e cultural das sociedades, em especial, no contexto da atenção diferenciada à saúde indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Indígena, Interculturalidade, Políticas da vida.

1 INTRODUÇÃO

O tema central deste texto é a saúde indígena, pensada na trama de políticas, práticas e relações interculturais de cuidados em saúde. Este texto é originário da tese de doutorado intitulada “A saúde indígena no território das políticas públicas: encontros e desencontros de práticas e saberes na Casa de Saúde Indígena de Roraima”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (SBARAINI, 2016).

Um marco significativo para a saúde indígena foi a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único

de Saúde - SUS no ano de 1999, em função das históricas desigualdades e iniquidades vividas pelos povos indígenas no Brasil. Essa discussão acompanhou o debate político nacional na década de 1980, durante o processo de redemocratização e o próprio surgimento do SUS, no bojo das mobilizações pela Reforma Sanitária.

Para Confalonieri (1989), um dos momentos mais expressivos nas discussões sobre a assistência à saúde dos povos indígenas e que originou posteriormente, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS foi a 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, em 1986, que teve como temática central a criação de um único órgão, vinculado ao ministério responsável pela coordenação do SUS, cujo objetivo era fazer o gerenciamento da saúde indígena e garantir a participação desses povos na formulação da política de saúde, buscando integrar a assistência aos indígenas às redes de serviços do SUS e a partir dessa discussão, delinear diretrizes quanto à organização dos serviços de saúde prestados às comunidades etnicamente diferenciadas.

Este Subsistema de Atenção à Saúde Indígena foi criado com a premissa básica de garantir a universalidade, a integralidade, a equidade e a participação comunitária, seguindo as diretrizes do SUS. Mas o que o destaca em relação a outras ações em saúde é o pilar da atenção diferenciada, respeitando as especificidades culturais (concepções, valores e práticas relativas ao processo saúde-doença próprios das sociedades ameríndias), epidemiológicas e operacionais dos povos indígenas (LANGDON e DIEHL, 2007).

Nesta trama intercultural presente no universo da saúde indígena e da diversidade de atores sociais envolvidos neste contexto, cada vez mais se tem a necessidade do olhar mais sensível dos processos de saúde/ adoecimento/cuidado, fugindo de uma visão naturalizada, de caráter biologicista e mecanicista. Busca-se resituar a biomedicina como uma dentre outras racionalidades (embora dominante no campo da saúde) (CAMARGO Jr., 2005), e trazer à discussão os distintos saberes e práticas das sociedades ameríndias, bem como contextos históricos, sociais e culturais que permitam entender esses espaços de produção de saúde de maneira mais densa.

Portanto, a relevância de estudar a saúde dos povos indígenas na contemporaneidade brasileira e latino-americana está ancorada na constituição histórica de alteridade modelada em relações coloniais. O dispositivo da colonização europeia teve como base a eliminação da possibilidade de humanidade do “outro” colonizado. No caso das sociedades ameríndias, essa tentativa se deu de múltiplas maneiras, desde a eliminação da própria vida até a anulação de formas de manutenção de uma vida qualificada nos próprios termos desses coletivos.

Contudo, para Verdum (2009), apesar da Constituição de 1988 dar um enfoque na aceitação multiculturalista que se ocupa da diversidade enquanto diferença cultural, os mecanismos de controle e domínio do poder

do Estado colonialista brasileiro ainda são representativamente presentes e atuantes nesse processo de reconhecimento jurídico dos povos indígenas, incluindo nesse enfoque a política de saúde dos povos indígenas.

Neste sentido, o objetivo central do texto é abordar algumas dimensões que nos ajudem a construir um cenário histórico-político e conceitual para pensar a interculturalidade na saúde indígena na contemporaneidade, por meio da discussão sobre as relações com o Estado e as políticas da vida, bem como as relações de tutela presentes nesta trama que modelou a vida indígena como uma sub-humanidade.

2 AS POLÍTICAS DA VIDA E AS RELAÇÕES ESTADO – SOCIEDADES INDÍGENAS

Dialogaremos neste item com um enfoque biopolítico para entender a saúde indígena como fenômeno que forma parte do governo da vida. Enfoque baseado no pensamento de Foucault (1993, 2008), que entende a biopolítica num duplo movimento: sendo ela tanto a apreensão da vida pela política quanto o avanço da concepção da vida enquanto resistência à forma pela qual o Estado se encarrega de nossas vidas. Esse duplo movimento se dá nas micropolíticas. Para Foucault (1993), o poder não se localiza em um único ponto, nem se polariza segundo uma única forma de tensão social. Sobre tudo, o poder é absolutamente relacional e presente em toda a espessura do corpo social, atravessando indistintamente Estado e sociedade civil.

Como foco de investimento do poder na constituição dos Estados modernos ocidentais, a vida passa a aparecer como um problema político e a partir deste, não visa apenas disciplinar os corpos, mas sim, regulamentar a vida da população. Com isso, a biopolítica se torna uma estratégia de poder adotada pelo Estado que passa a produzir intervenção e ou regulação no direito à vida, ou seja, a biorregulamentação pelo Estado. Assim, a saúde das populações torna-se foco do jogo político moderno. A saúde constitui estratégia biopolítica, na medida em que conforma um conjunto de práticas de significação que organizam e regulamentam a população em seu conjunto (FOUCAULT, 2008).

A biopolítica, do ponto de vista foucaultiano, foi definida então como uma tecnologia de “fazer viver” aqueles segmentos da população que constitui o protótipo de normalidade e humanidade, à contraluz e mediante a exclusão violenta de sua “alteridade”, ou seja, “deixando morrer” os segmentos de população que não entram nos parâmetros do desenvolvimento econômico e da modernização (FOUCAULT, 1995).

Para pensar como a saúde e a vida das populações indígenas foram capturadas pelo Estado brasileiro devemos trazer à discussão a relação tutelar estabelecida por este último ator. A Política indigenista, assim compreendida como política do Estado dirigida às populações indígenas era caracterizada,

ao longo da história do Brasil, pela marcante interveniência do poder público, ainda que consorciado a entidades religiosas e civis, com vistas a promover a assimilação dos povos indígenas à sociedade brasileira. Essa política tinha como premissa básica que os indígenas deixariam de existir como grupos culturalmente diferenciados. Porém, no decorrer do tempo isso mostrou que tal presunção era infundada, pois, longe de desaparecer, as sociedades indígenas tiveram grande crescimento demográfico, vêm apresentando uma expressiva vitalidade cultural, além de ampliarem suas pautas de reivindicação por direitos ligados à diferenciação étnica (GARNELO, 2012).

Inicialmente, a atuação direta das instituições públicas na Política indigenista se deu por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, que foi substituído a partir de 1967 pela FUNAI.

O SPI foi o órgão modelador da relação tutelar com os povos indígenas. Essas relações tutelares (representadas pelo poder do Estado) como mecanismo de poder buscavam uma transformação de “comportamentos desviantes” em ações e significados prescritos, com o intuito de legitimação das formas constitutivas do exercício das relações tutelares, podendo mencionar aqui a autoridade exercida pelo tutor sobre os tutelados (imigrantes, negros, indígenas, etc.), possibilitando com isso uma suposta integração destes tutelados como parte do “povo brasileiro” (RAMOS, 2003).

Nesse sentido, mais especificamente em relação aos indígenas, dependendo de como eles eram classificados por diferentes órgãos governamentais, como por exemplo o SPI, passava-se a estruturar categorias e uma escala evolutiva às quais deveriam corresponder diferentes tratamentos por parte do Estado brasileiro, assim reconhecido como tutor desses povos.

Contextualizando essas relações tutelares com o SPI, Bernardes (2011) aponta algumas situações importantes na emergência da questão indígena no território das políticas públicas, iniciando nas relações coloniais das Américas. A colonização teve como base um diagrama de poder, que teria como fio condutor o modelo de conquista do outro, a escravização e exploração de africanos e ameríndios, que eram submetidos aos trabalhos forçados, maus tratos, confinamento e sedentarização em aldeamentos e internatos. A colonização constituiu um dispositivo que, ao mesmo tempo em que integra, aniquila aquilo que difere (QUIJANO, 2005). Neste caso, o disciplinamento dos indígenas compreendido como confinamento e práticas escravocratas e de trabalho forçado começa a ser delineado diante de uma questão social a qual se produz a partir dessas estratégias disciplinares, formulando-se assim, políticas públicas voltadas para as populações indígenas, contemplando com isso um investimento biopolítico.

Desta forma, o sentido da tutela poderia ser observado enquanto legislação perniciososa, visto que os indígenas eram considerados “relativamente incapazes”, criando com isso uma relação de submissão e dependência. Em função dos indígenas serem vistos como obstáculos ao desenvolvimento e uma ameaça à segurança nacional, essa prática tutelar

suprimia a oportunidade das populações indígenas decidirem sobre o seu destino, mantendo-as à margem das discussões e decisões sobre políticas e programas a elas destinados (BERNARDES, 2011).

Conforme Ramos (2003), a forma de tutelar os indígenas se baseava na ideia de que, quanto mais distantes estivessem as populações do modelo final de comportamento, mais incapazes seriam de gerir seu próprio destino, levando assim a necessidade de tutela do Estado, por meio de um controle coercitivo que permitisse aos agentes do Estado brasileiro impor determinados comportamentos, sem levar em consideração as diferenças culturais de cada povo.

Para tanto, essas relações de poder tanto poderiam ser forjadas em um determinado local da cultura como também serem condições de novas possibilidades para que outra cultura existisse.

Conforme Clastres (2014), o Estado em seu discurso etnocêntrico de superioridade de sua existência cultural acaba inferiorizando outros modos de vida, outras culturas, “[...] a alteridade cultural nunca é apreendida como diferença positiva, mas sempre como inferioridade segundo um eixo hierárquico” (p.81). Neste sentido, o núcleo da cultura ocidental reconhecido como Estado assume um papel hierárquico superior e com isso suprime a indianidade dos povos indígenas com o intuito de transformá-los em cidadãos brasileiros.

[...] O Estado se quer e se proclama o centro da sociedade, o todo do corpo social, o mestre absoluto dos diversos órgãos desse corpo. Descobre-se assim, no núcleo da substância do Estado, a força atuante do Um, a vocação de recusa do múltiplo, o temor e o horror da diferença. Nesse nível formal em que nos situamos atualmente, constata-se que a prática etnocida e a máquina estatal funcionam da mesma maneira e produzem os mesmos efeitos: sob as espécies da civilização ocidental ou do Estado, revelam-se sempre a vontade de redução da diferença e da alteridade, o sentido e o gosto do idêntico e do Um (CLASTRES, 2014, p. 83).

Para Bernardes (2011), citando a teoria de Foucault, esse poder sobre a vida também denominado de biopoder, fez com que as estratégias de poder tivessem atuação e ou gerenciamento sobre o viver, sobre as formas de vida, poder esse que não mais deixa viver e faz morrer, mas sim, faz viver e deixa morrer. “Um biopoder que encontra, na vida, seu foco de investimento mediante estratégias biopolíticas” (p. 155). Para a autora, a vida começa a ser objeto das relações de força e de práticas de significação, fazendo com que esta não seja mais um fato, mas sim uma forma de viver.

Seguindo Foucault (2008), até o século XVIII, as estratégias

de poder edificavam-se disciplinarmente estando o corpo individual de um lado e a sociedade de outro, mas a partir do século XIX, o processo de modernização e urbanização na Europa e, posteriormente, na América Latina, com a conformação dos Estados independentes que adotaram um modelo eurocêntrico, passou a repercutir não somente nos corpos individuais, mas sim no conjunto desses corpos, assim reconhecido como população. Com isso, as práticas de significação se modificam, perpassando da tríade indivíduo-corpo-sociedade para população-espécie-cidade, fazendo com que essas práticas de significação passem por distintos modos de poder (BERNARDES, 2011).

O biopoder começa agir como um mecanismo de disciplinamento dos corpos, e para tanto, de acordo com Fassin (2012), a saúde pública parece inscrever-se neste quadro, já que pretende impor normas individuais de condutas saudáveis, como também organiza o conhecimento epidemiológico e a administração sanitária das coletividades humanas, que nas políticas contemporâneas reflete em duas formas de vida, a biológica e a em sociedade, sendo que a vida biológica serviria para justificar ou fundamentar a vida em sociedade.

No entanto, ainda conforme Fassin (2012), a vida não se resume em uma distinção entre um fenômeno biológico e outro político. Neste caso, há um significado mais amplo dessa vida, na qual as memórias dos atores sociais e suas narrativas passam a ser primordiais para a compreensão dos mecanismos das desigualdades sociais, tendo em vista que, “as políticas da vida não são, portanto, apenas as políticas dos vivos, elas são também políticas do vivido” (p. 385).

No cenário histórico-político do Estado brasileiro, que modelou suas relações com os coletivos indígenas em termos de tutela e de controle da vida como biopoder, torna-se importante ainda questionar como se dão as transformações contemporâneas que idealizam uma relação intercultural com esses sujeitos antes tutelados e destituídos de cultura? Como se dá na prática a produção de saúde indígena em renovadas “políticas da vida”, que a princípio se embasam numa relação mais horizontalizada de sujeitos e saberes?

3 POLÍTICAS DE SAÚDE INDÍGENA NA CONTEMPORANEIDADE

O direito à saúde e o direito à vida para todos os povos de diferentes nações é garantia constitucional prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 25, de 1948 e reafirmada pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, 1966a, art. 6. Cada documento deixa claro o objetivo de contribuir para a dignidade humana, reconhecendo direitos iguais e inalienáveis.

A Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT) em 1989 constitui o primeiro

instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. O documento busca garantir que nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça.

No ano de 1990, de acordo com Fajardo (2009), paralelamente às reformas de Estado e inserido no contexto da globalização, o multiculturalismo passou a ser uma temática importante dentro do contexto das discussões referentes às políticas públicas. Com isso, houve uma mudança política na maioria dos países latino-americanos, fazendo com que os povos indígenas começassem a demandar reconhecimento “[...] não apenas como “culturas diversas”, mas como nações originárias ou sujeitos políticos coletivos com direito a participar nos novos pactos do Estado, que se configurariam, assim, como Estados plurinacionais” (p.27).

Esse reconhecimento pela condição multicultural e pluriétnica que a sociedade brasileira passou a ter a partir da Constituição de 1988, que partiu do pressuposto da efetivação da cidadania indígena nos termos propostos pela Convenção 169 da OIT de 1989 e pela Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas de 2007, reconheceu juridicamente os direitos políticos e sociais desses povos, incluindo autonomia de decisão, direito a representação política nas instâncias do poder legislativo do Estado, dentre outros, além do direito ao protagonismo na formulação e controle sobre as chamadas políticas públicas do Estado.

Para Fajardo (2006), no final do século XX ocorre o surgimento de um horizonte pluralista, em virtude de reformas constitucionais e a ratificação do Convênio 168, da OIT, por meio do reconhecimento formal do caráter multicultural dos Estados latino americanos, dos povos indígenas e do pluralismo jurídico.

No entanto, o que de fato acontece é que ainda alguns países (incluindo o Brasil) têm apresentado certo distanciamento da efetivação das propostas sobre o reconhecimento jurídico dos direitos políticos e sociais dos povos indígenas, abordadas por meio da Convenção 169 da OIT de 1989 e pela Declaração da ONU. “Não obstante as tentativas de abrandar a natureza integracionista da legislação e da relação estabelecida com os povos indígenas, ainda é muito presente e atuante o velho vício tutelar do Estado colonialista brasileiro” (VERDUM, 2009, p. 97, grifo do autor).

Seguindo os pensamentos de Verdum, o indigenismo brasileiro apresenta contradições insolúveis, postulando o relativismo cultural ao mesmo tempo em que ambiciona como meta “incluir os índios” na sociedade nacional, um trânsito entre um discurso ideológico relativista e um discurso que encobre uma prática integracionista (VERDUM, 2009, p. 97, grifo do autor).

Contudo, apesar das várias contradições e das tensões que se estabelecem ao longo da história das políticas indigenistas, algumas tentativas

de amenizar essa situação têm se apresentado no campo da saúde indígena. Nestas, podemos citar o princípio da atenção diferenciada no qual se refere a situação multicultural de ações e serviços de saúde indígena, expressa na I Conferência Nacional de Proteção à Saúde Indígena, de 1986, que buscava avaliar a situação de saúde dos indígenas objetivando com isso criar uma política efetiva para esses povos.

Já, a partir de 1993, a Organização Panamericana de Saúde (OPS), aprovou no continente americano a iniciativa de saúde para os povos indígenas, baseada na necessidade de adotar um conceito mais holístico da saúde pelas equipes profissionais que atuam com a saúde indígena, além de buscar garantia aos direitos de autodeterminação e participação sistemática dos povos indígenas, respeitando a cultura indígena e sua revitalização, objetivando com isso que haja reciprocidade nas relações entre os diversos atores sociais envolvidos (CEPAL, 2014).

Conforme relatório da *División de Población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL), de novembro de 2014, a OMS também abordou a temática saúde dos povos indígenas de maneira bastante pontual em 1997, estabelecendo um programa de medicina tradicional cujo os principais objetivos foi de apoiar as terapias tradicionais nos estados e nas instituições de saúde, bem como promover a definição de políticas nacionais em prol da saúde indígena respeitando a interculturalidade e o multiculturalismo.

Após 13 anos que a OMS/OPAS obteve aprovação no continente americano referente às estratégias que deveriam ser tomadas para a melhoria da saúde dos povos indígenas, em 2006 a Organização em questão retomou a mesma discussão elencando importantes obstáculos vivenciados no acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde, tais como a falta de formação dos trabalhadores interculturais e de saúde; o fato de que as decisões políticas e econômicas foram feitas sem a participação dos povos indígenas; as desigualdades econômicas, além das visíveis fragmentações, rivalidades e lutas de poder entre as organizações Indígenas (CEPAL, 2014).

A síntese desse percurso histórico de lutas dos povos indígenas pelo acesso à saúde com dignidade se resume no Capítulo IV do relatório CEPAL (2014), em uma passagem do item que trata dos direitos humanos dos povos indígenas à saúde e as brechas de implementação:

[...] existe un estándar de derechos en materia de salud para los pueblos indígenas, que establece el derecho individual al más alto nivel de salud y, de manera complementaria, el acceso al bienestar entendido según las epistemologías indígenas, que abarca las dimensiones de un acceso culturalmente adecuado, e incluye la espiritualidad y la madre tierra. Estos derechos se inscriben y tienen sentido en el marco general del

reconocimiento de la autonomía y de los derechos territoriales y de participación, sobre la base del respeto del consentimiento libre, previo e informado de los pueblos indígenas. En consecuencia, el mejoramiento de las condiciones de vida, del bienestar y de la salud de los pueblos indígenas no puede concebirse como algo que compete solo al sector de la salud y al desempeño de los servicios de atención sanitaria, sino que se requiere la formulación de estrategias integrales e intersectoriales, puesto que las brechas en la implementación del derecho a la salud son el resultado de la subordinación sociopolítica actual, la degradación y el despojo de sus territorios, y la violencia que los afecta (CEPAL, 2014, p.208).

Vários países reconhecem explicitamente que essas políticas fazem parte do quadro conceitual de modelos de saúde intercultural, embora a orientação e a ênfase no funcionamento deste conceito ainda são muito heterogêneas no decorrer da implementação das políticas de saúde indígena, visto que apresentam uma grande variabilidade social de acordo com o tipo de organização do sistema de saúde formal, assim como as visões de mundo particulares e o grau de controle cultural e territorial sobre as medicinas tradicionais de cada povo indígena.

4 SAÚDE E INTERCULTURALIDADE

A temática da interculturalidade tem sido notória na América Latina entre os anos 1990 e 2000 em diferentes campos da sociologia e da antropologia e mais recentemente, discutindo os processos de saúde/enfermidade/atenção. De aparente simplicidade, embora necessite aprofundamento conceitual, a discussão sobre concepções de saúde e doença em diferentes contextos culturais levam a antropologia para um campo eivado de tensionamentos políticos (MENÉNDEZ, 2006).

A relação entre cultura e saúde foi amplamente trabalhada pela antropologia ao longo da sua história como disciplina. Estudo das práticas etnomédicas e dos sistemas de medicinas interpretavam as diversas práticas terapêuticas numa perspectiva holística, pensando a relação entre cosmologias religiosas e cosmologias médicas (SAILLANT; GENEST, 2012).

Para Langdon (2014), enquanto a biomedicina constrói a doença a partir de uma ótica universal, biológica e individual, a antropologia enfatiza o aspecto relacional da doença e as diferenças na construção da pessoa em contextos sociais heterogêneos. Com base nessas premissas, os paradigmas atuais na antropologia da saúde buscam dar conta das variadas formas de sistemas terapêuticos acionados nos processos saúde/doença, procurando ressaltar aspectos como interação entre os sujeitos e a relacionalidade

inerentes às práticas sociais.

Em contrapartida, pode-se dizer que a relação cultura e saúde vêm ganhando na contemporaneidade um espaço social de visibilidade movido pelas lutas políticas de atores minoritários que não se sentem contemplados nos seus direitos integrais à saúde. Esta relação é visibilizada inclusive no olhar dos órgãos transnacionais, como a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que operacionalizam um enfoque intercultural para as intervenções nos países da região. Neste sentido, a OMS/OPAS (1998, p. 18) supõe o cumprimento de alguns princípios para a operacionalização do conceito de interculturalidade, tais como: *“Diálogo fundamentado en el respeto a la diferencia; Tolerancia a las contradicciones que conduzca a la solidaridad; Democracia cultural; Participación que incorpora la representación, la consulta [...]”*.

Conforme estudos realizados pela CEPAL (2014), ao longo das últimas duas décadas a saúde intercultural vêm mudando consideravelmente, passando por uma concepção de saúde como um processo dinâmico e contínuo de relacionamentos, comunicação e aprendizagem entre culturas, capaz de legitimidade mútua e igualdade construída entre pessoas e grupos com diferentes conhecimentos e práticas culturais e hoje, incrementando as demais concepções ao reconhecimento da pluralidade e da diversidade cultural a qual diferentes culturas interagem e conhecem uns aos outros, permitindo elos entre os sujeitos envolvidos.

Desta forma, para pensar a saúde intercultural para os povos indígenas ou demais grupos populacionais o ponto de partida parece estar centrado em uma teoria dialógica de caráter intersubjetivo na qual a fundação do sujeito ocorre na interação com o outro. Para Taylor (1993), é mediante esta relação entre autenticidade e originalidade num contexto dialógico que se ressalta a importância da pertença comunitária cultural para formação da identidade, na qual o tema central é o reconhecimento das diferenças, constituindo-se em substancial manifestação de pluralismo cultural, colocado contra a discriminação por motivo de raça ou cultura, privilegiando o reconhecimento das diferenças culturais como um direito inerente às minorias.

Como aponta Albó (2005), as relações de interculturalidade se constroem entre pessoas ou grupos sociais de diferentes culturas, que buscam nessas diferenças dialogarem em prol de uma mesma finalidade:

A interculturalidade assim entendida é um caso específico das relações de *alteridade* ou- como outros preferem- de *outridade*, isto é, de relações entre pessoas que são *diferentes* por sua cultura, pelo sexo, pela filiação política, etc. Essas relações são positivas se uns ou outros aceitam seu modo diferente de ser. Em todos esses casos, uns aprendem com os outros, sem

perder por isso seu próprio modo de ser. Todos vão se enriquecendo e transformando-se mutuamente, mas sem deixar de ser o que são. Para isso, devem-se fortalecer os dois polos- o da própria identidade e o da identidade do “outro” diferente- e criar condições para que se produzam intercâmbios construtivos entre eles (ALBÓ, 2005, p. 48, grifo do autor).

Neste sentido, Langdon (2014) afirma que, o reconhecimento dos saberes plurais, além da autonomia dos atores sociais e os fatores globais que estão presentes nas situações locais da saúde indígena são paradigmas que possibilitam trazer para o campo da saúde coletiva e da construção e execução das políticas públicas uma visão de coletividade, contribuindo assim, para a interculturalidade necessária na discussão das políticas públicas em questão.

A partir do direito pelo reconhecimento das culturas diversas pelo Estado, o multiculturalismo e a plurietnia têm gerado algumas implicações para essa esfera, não somente no contexto da existência de um direito individual, estendido às comunidades indígenas, mas sim, consubstanciando numa maior abrangência que vem acarretando como dever do Estado o de prestar políticas públicas adequadas à diversidade cultural. A partir das reflexões sobre o reconhecimento das culturas diversas, Verdum (2009) alerta que o Estado brasileiro nos situa em um multiculturalismo “bem-comportado” que se ocupa da diversidade enquanto diferença cultural onde, ao mesmo tempo em que ignora diferenças econômicas e sociopolíticas, reforça os mecanismos de controle e domínio do poder do Estado Nacional.

5 ALGUMAS REFLEXÕES

Pode-se perceber que, ao longo da história das políticas indigenistas e de saúde indígena no Brasil, esteve presente uma relação colonial que, através da relação da tutela, modelou-se a vida indígena como uma sub-humanidade. Na contemporaneidade, produto das mobilizações dos próprios indígenas e das articulações com transformações em torno de direitos de cidadania abarcando populações minoritárias (em termos das relações de poder) se tem buscado por intermédio das políticas públicas é romper com a monoculturalidade, às vezes, enraizada no país, além do vício tutelar do Estado ainda presente no processo de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, em todas as esferas (social, cultural, econômica, política).

Desde então se fez necessário estruturar as políticas públicas a partir do direcionamento pelo respeito e atendimento aos direitos diferenciados, em qualquer um dos níveis das esferas públicas do país, dando visibilidade e devida importância aos costumes e valores consuetudinários (tradicionais) específicos. Neste caso, enfatizam-se as comunidades indígenas existentes

em território nacional, uma vez que são autóctones e têm seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, como também terem reconhecidos seus costumes, línguas e cosmovisão próprias.

A tentativa de apropriação das políticas públicas no âmbito da saúde por parte dos indígenas reforça cada vez mais a busca pelos seus direitos constitucionais e o interesse no desenvolvimento de mecanismos que atuem para a melhoria da saúde dos povos indígenas, fazendo com que o reconhecimento pelas práticas tradicionais de cura seja parte integrante do processo de indigenização da modernidade.

A partir do direito pelo reconhecimento das culturas diversas pelo Estado, o multiculturalismo e a plurietnia têm gerado algumas implicações para essa esfera, não somente no contexto da existência de um direito individual, estendido às comunidades indígenas, mas sim, consubstanciando numa maior abrangência que vem acarretando como dever do Estado o de prestar políticas públicas adequadas à diversidade cultural. Neste sentido, os direitos sociais devem se modelar às práticas culturais da heterogeneidade étnica, buscando atender as demandas da coletividade e ao mesmo tempo, devendo respeitar a multiplicidade de identidades culturais, tanto no plano individual quanto coletivo.

Portanto, faz-se necessária uma vasta discussão sobre o incentivo das possibilidades e formas de realização das políticas públicas que almejem o reconhecimento das diferenças existentes entre os indivíduos e os grupos culturais minoritários presentes nas sociedades, bem como buscar uma compreensão mais ampla sobre o discurso cultural, igualdade e reconhecimento da não homogeneidade étnica e cultural das sociedades, em especial, contextualizando o macro universo das políticas públicas de saúde indígena, as políticas indigenistas e os diálogos possíveis de serem estabelecidos com microuniversos existentes na saúde indígena.

Este texto está sendo finalizado no contexto de pandemia de COVID-19, em uma conjuntura, no Brasil, de cerceamento de políticas públicas e direitos sociais para amplos setores da população, principalmente para os povos indígenas. Estão sendo violados o direito à vida, o direito aos seus territórios, com violências acometidas por vários atores sociais para além do Estado brasileiro. Reflexões sobre interculturalidade se fazem necessárias somadas à luta pela própria existência, por equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. SJ. **Formação sociopolítica e cultural**: cultura, interculturalidade, inculturação. São Paulo: Loyola, 2005.

BERNARDES, Anita Guazzelli. Saúde indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.15, n.36, p.153-64, jan./

mar., 2011.

CAMARGO Jr. Kenneth Rochel de. A Biomedicina. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, p. 177-201, 2005. Suplemento

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. 3.ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **Los pueblos indígenas em América Latina**: Avances en el último decênio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Santiago de Chile, 2014. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/S1420764_pt.pdf?sequence=1. Acesso em: 22 de junho de 2021.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. O Sistema Único de Saúde e as populações indígenas: por uma integração diferenciada. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.5, n. 4, p. 441-450, Oct./Dec., 1989.

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. **Hitos del reconocimiento del pluralismo jurídico y el derecho indígena en las políticas indigenistas y el constitucionalismo andino**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006, pp. 537-567. Disponível em: <http://www.alertanet.org/ryf-hitos-2006.pdf>. Acesso em: 2 julho 2021.

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. Aos 20 anos da Convenção 169 da OIT: balanço e desafios da implementação dos direitos dos Povos Indígenas na América Latina. In: VERDUM, Ricardo (org.). **Povos Indígenas**. Constituições e Reformas Políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos socioeconômicos, 2009, p. 9-62.

FASSIN, Didier. O sentido da saúde: antropologia das políticas da vida. In: SAILLANT, Francine; GENEST, Serge (org.). **Antropologia Médica**: ancoragens locais, desafios globais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARNELO, Luiza. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. In.: GARNELO, Luiza.; PONTES, Ana Lúcia (Org.). **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012.

LANGDON, Esther Jean; DIEHL, Eliana Elisabeth. Participação e autonomia nos espaços interculturais de Saúde Indígena: reflexões a partir do sul do Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.16, n.2, maio/ago., 2007.

LANGDON, Esther Jean. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.19, n. 4, p. 1019-1029, 2014.

MENÉNDEZ, Eduardo L. Interculturalidad, 'diferencias' y antropología at home: algunas cuestiones metodológicas. In: GERARDO, Fernández Juárez (Coord.) **Salud e interculturalidad en América Latina: Antropología de la salud y crítica intercultural**. Ediciones Abya-Yala Quito-Ecuador. 1 ed., 2006.

OMS/OPAS. ORGANIZACION MUNDIAL DE SALUD/ ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. Incorporación **del enfoque intercultural de la salud en la formación y desarrollo de recursos humanos**. Washington DC, 1998. 70p. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/texcom/cd045364/049269.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 227-278, 2005.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, v.9, n.19, p. 15-47, 2003.

SAILLANT, Francine; GENEST, Serge (Org.). **Antropologia Médica: ancoragens locais, desafios globais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

SBARAINI, Fabiana Leticia. **A saúde indígena no território das políticas públicas: encontros e desencontros de práticas e saberes na Casa de Saúde Indígena de Roraima**. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

TAYLOR, Charles. La política del reconocimiento. In: TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y la política del reconocimiento**. Tradução de Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica, p. 43-107, 1993.

VERDUM, Ricardo. Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Povos Indígenas**. Constituições e Reformas Políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos socioeconômicos, p. 91-112, 2009.

INDIGENOUS HEALTH AND POLITICS OF LIFE: DISCUSSIONS ON RIGHTS AND INTERCULTURALITY

ABSTRACT – The reflection of this text starts from the approach of some dimensions that assist to build a historical-political and conceptual scenario to think the interculturality in indigenous health in contemporary times through

the discussion about the relations with the State and the politics of life as well as the bonds of guardianship present in this context that shaped indigenous life as a sub-humanity. With respect to the construction of public policies, these have been permeated by dialogues, negotiations, conflicts, historical constructions, and policies of different sociocultural groups. This characteristic is emphasized in the construction of interculturality present in indigenous health, seeking to favor spaces for dialogue between different rationalities and health practices, which are a central theme in the struggle of indigenous peoples to conquer their rights in terms of access and services with quality. Reflections on indigenous life and health policies become essential for a broader understanding of the cultural discourse, equality, and recognition of the ethnic and cultural plurality of societies, especially in the context of differentiated attention to indigenous health.

KEYWORDS: Indigenous Health, Interculturality, Politics of Life.

CIRURGIA ESTÉTICA E AS TRANSFORMAÇÕES CORPORAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Áurea Regina Silva Nunes Santos

lattes.cnpq.br/3030599831683114

Universidade Federal de Alagoas –
Instituto de Ciências sociais

RESUMO – Como parte do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado intitulada “Cirurgia estética: subjetividade(s) no fio da navalha”, produzida em 2016, apresento aos leitores, um dos tópicos que considero importante para uma melhor compreensão do proposto no trabalho em que discorro sobre as transformações corporais na contemporaneidade. Falar sobre cirurgia estética ultimamente é algo tido como natural, no entanto, em outros tempos, era considerado um tabu. Discutir sobre as transformações corporais é importante para se entender outras questões sociais, culturais e subjetivas em relação ao nosso corpo e ao corpo do outro. A elaboração dessa pesquisa surgiu pela inquietação diante de um fenômeno percebido e que ganha cada vez mais destaque na sociedade contemporânea, o aumento na busca por cirurgias estéticas. Dessa forma, propomos investigar o que levava alguns indivíduos a buscarem por esse procedimento para modificar

os seus corpos e como essas transformações (re)construíam as suas subjetividades. Para alcançar tal objetivo, buscou-se analisar a percepção dos sujeitos sobre os seus corpos antes e depois da cirurgia estética; compreender o que os levou a optarem por essa intervenção para a transformação de seus corpos; avaliando as formas como (re) constroem suas subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia estética, corpo, subjetividade(s).

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, podemos notar um interesse crescente do indivíduo em modificar seu corpo para adequá-lo à ideia do que dele se faz. A cirurgia estética, modalidade da cirurgia plástica (o primeiro termo foi escolhido para ser utilizado ao longo do artigo e por ser o foco da nossa pesquisa), como uma dessas tecnologias, ganha impulso num contexto social em que os cuidados consigo mesmo e a imagem corporal são valorizados e passa a ser uma forma de subjetivação contemporânea, proporcionando a quem busca por essa técnica certa autonomia sobre si e sobre o seu corpo. Estudos sobre o corpo

vem ganhando cada vez mais espaço nas Ciências Sociais e em outras áreas do conhecimento. Embora a preocupação cuidados com esse não serem recentes, percebe-se na sociedade contemporânea que o corpo é ressignificado e os cuidados ganham novos contornos. Melo aponta que:

“A exacerbação da construção corporal característica da contemporaneidade, com suas imensas possibilidades de transformação e usos alterados da carne, parece explorar ao máximo o caráter plástico e maleável do corpo e a capacidade de “reinvenção de si” característica dos atuais projetos de subjetivação em que o controle da corporeidade equivale aos cuidados consigo mesmo. O investimento nas aptidões dos corpos recria, nesses termos, o sentido de sua produtividade: a ideia de competência corporal, aqui, já não diz respeito apenas à sua capacidade de trabalho, mas também à sua disposição em ostentar as decisões tomadas pelo indivíduo a respeito da significação que ele pretende dar à sua existência. No mesmo sentido, nossos corpos são constantemente trabalhados, explorados e alterados em função dos nossos mais íntimos anseios, (...)”. (MELO, 2012, p.14).

Os cuidados com a imagem corporal e o prestígio que é dado ao corpo são respaldados por discursos midiáticos e publicitários, os últimos, influenciam um mercado cada vez mais em ascensão, o mercado da beleza, com o desenvolvimento de cosméticos e outros procedimentos estéticos desenvolvidos para partes específicas do corpo e para os padrões corporais propostos atualmente. Todo esse movimento torna o consumo fundamental para a construção da imagem corporal, em que a cirurgia estética tem destaque nesse meio e ganha cada vez mais espaço entre os(as) consumidores(as). O Brasil por exemplo, é um dos países que mais realiza cirurgia estética e que possui um dos maiores mercados em vendas de cosméticos do mundo.

Atrelados a publicidade e a mídia, aparece a moda com suas ressignificações, não se restringindo somente as roupas, mas ao próprio corpo. As mudanças nos padrões estéticos influenciam também o mercado da cirurgia plástica. Os procedimentos estéticos amparados por renovações tecnológicas desenvolvem técnicas cada vez mais aperfeiçoadas e menos invasivas nas transformações do corpo, ajustadas a cada fase do indivíduo e proporcionando a esse modificar o seu corpo em seus pormenores.

Os padrões corporais exigidos para homens e mulheres ganham novos formatos, assim como há um mercado voltado para os cuidados com o corpo da mulher, percebe-se também um mercado estético cada vez mais em ascensão voltado para o público masculino, assim como as exigências dos cuidados para com esse corpo. Beleza e juventude tornam-se sinônimos,

as subjetividades são exteriorizadas, representadas na aparência física e constantemente submetidas ao olhar do outro, esse último como interlocutor é fundamental na busca da transformação corporal, a imagem é assim construída por um corpo em contato com a realidade externa. O modelo de corpo contemporâneo ideal precisa ser cheio de curvas, definido e malhado, tudo isso em um corpo magro em que o esforço individual é essencial para a obtenção desse ideal, no entanto, quanto mais se impõe o ideal de uma autonomia individual, mais aumenta a exigência de conformidade aos modelos sociais do corpo.

As condições modernas de vida levam assim os indivíduos a se depararem com inúmeras escolhas, uma delas se refere ao estilo de vida, porém nem sempre essas escolhas são feitas de forma autônoma. A imagem que representamos do nosso corpo sofre influências externas. O sentir-se bem não está ligado somente a ser bem sucedido(a) profissionalmente por exemplo, mas a ter uma boa aparência, associada ao ser saudável. Mídia, ciência, publicidade e moda aparecem como alguns exemplos de dispositivos que determinam padrões e reforçam os cuidados e a responsabilização do indivíduo com a sua imagem corporal, mas ao mesmo tempo, possibilitam a esse uma maior individualidade, conhecimento sobre o seu corpo e cuidados específicos para com esse.

Dessa forma, a partir desse fenômeno crescente, a procura de muitos indivíduos para a realização da cirurgia estética como forma de transformação corporal e de dar novas ressignificações ao seu corpo, nos levou a alguns questionamentos: o que leva alguns indivíduos a recorrerem à(s) cirurgia(s) estética(s) para modificarem os seus corpos? Como essas transformações (re)constróem sua(s) subjetividade(s)?

2 AS TRANSFORMAÇÕES CORPORAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Embora a preocupação com o corpo não seja recente, percebe-se que a busca incansável pelo corpo tido como perfeito na sociedade ocidental contemporânea, ganha novos instrumentos possibilitadores de uma nova construção corporal, seja por meio de equipamentos de última geração nas academias de ginástica, por medicamentos para emagrecer, por suplementos que aceleram ou desaceleram o metabolismo ou por algo considerado por muitos(as), mais prático e rápido, as cirurgias estéticas. A princípio, a cirurgia estética era algo bem distante da realidade da maioria das pessoas por serem de alto custo, além de muito criticada ou apresentada de forma exótica.

O corpo pode ser pensado a partir de diferentes pontos de vista, seja ele político, social ou orgânico, esse último, associado ao corpo da ciência, com seus órgãos, o corpo máquina. No entanto, não podemos comparar o indivíduo como um conjunto de órgãos, nem o dissociar da sua subjetividade. O corpo está inserido no social e é marcado e afetado por esse, talvez seja por isso a dificuldade em se analisar o nosso corpo e os corpos dos outros.

Apesar das práticas e estudos sobre as transformações corporais e da própria cirurgia plástica não serem recentes, são atribuídos novos sentidos as práticas contemporâneas dessas transformações.

Vivemos uma época de mudanças e incertezas. A ciência, com práticas cada vez mais avançadas de tecnologia e biotecnologia, nos dá a impressão de estarmos inseridos(as) a cada dia em mundo diferente. Dessa forma, como apontado por Teixeira (2006, p.11): “toda transformação social traz consequências para a produção de subjetividade e todo novo movimento ou fenômeno social deve ser pensado à luz do contexto sociohistórico em que está inserido”. O corpo é recortado, remontado, demonstrando assim a sua plasticidade e maleabilidade.

O controle do indivíduo sobre esse e sua capacidade de se “reinventar”, é uma característica dos atuais projetos de subjetivação, onde o controle da corporeidade equivale aos cuidados consigo mesmo. As práticas corporais contemporâneas são assim pensadas, como sugere Melo (2012), a partir dos constrangimentos e obstáculos dos indivíduos por seus corpos. Os cuidados com o corpo são estimulados como forma e manutenção da autonomia e do poder do indivíduo sobre si. A cirurgia estética aparece assim, como um exemplo de autonomia e controle do indivíduo pelo seu corpo e como forma de subjetivação contemporânea. Essa forma de transformação corporal vem ganhando destaque em nossa sociedade e tem atraído cada vez mais adeptos(as). Tal modalidade da cirurgia plástica aparece bem presente em nosso país, ganhando cada vez mais destaque e colocando o Brasil no ranking como um dos países que mais realiza cirurgias estéticas no mundo.

Mecanismos como o biopoder, que tem o seu surgimento apontado por Aquino (2009): “a partir da necessidade de regulamentar as populações, atuando nos fenômenos coletivos que podem atingi-las e afetá-las” e a biossociabilidade, em que a medicina aparece cada vez mais no controle também da aparência, ganham cada vez mais espaço nas discussões atuais. O biopoder, termo adotado por Foucault como mecanismo de poder, produz um controle e vigilância sobre os corpos dos indivíduos, com o intuito de gerar e garantir o bem-estar e a saúde desses, e a biossociabilidade, termo adotado por Ortega, Le Breton e outros, descrevem as novas formas de sociabilidade surgidas a partir da interação do capital com as biotecnologias e a medicina, que visa não mais questões como raça e classe, pois seu interesse é voltado para a saúde, performances corporais, longevidade, etc.

Criam-se critérios baseados, por exemplo, na criação de modelos ideais de indivíduos fundamentados no desempenho físico. Há um novo vocabulário medicofisicalista na biossociabilidade, uma moralização da saúde. Ortega (2003), aponta que as práticas ascéticas implicam em processos de subjetivação. As bioasceses reproduzem as regras da biossociabilidade na subjetividade. Cuidados com o corpo, e com a estética são enfatizados para a construção das identidades pessoais, das bioidentidades, do sujeito que se autogoverna, autocontrola e autovigia. O fitness e a dieta como processo

de reflexividade corporal, como estilo de vida, aparecem para ele como exemplos de biossociabilidade.

Há uma ideologia da saúde e do corpo perfeito, excluindo assim aqueles e aquelas que não se encaixam nos padrões. Dessa forma, a obesidade e a velhice, são tidas como alguns exemplos de declínio do corpo, tornando-se marcas de aversão e patologia que devem receber tratamento adequado, estigmatizando e criando-se assim, padrões estéticos e trazendo outras consequências por essas imposições estéticas que tem como referência o corpo magro, a exemplo da anorexia e da bulimia. O corpo natural é aquele transformado, alterado, possibilitando certa autonomia do sujeito sobre esse, podendo o indivíduo assim, como num quebra-cabeça, montar, desmontar e remontar partes do seu corpo que considera “desarmoniosas”, (re)construindo-se assim pernas, nádegas, narizes, seios, bocas, queixos, etc., o corpo como citado por Le Breton (2007), passa a ser um rascunho a ser corrigido.

Estudar o corpo e os sentidos apreendidos pelos indivíduos a partir desse requer apreciar suas contradições, expressões, conflitos, tendo em vista que esse é constituído de forma subjetiva e social. Em uma sociedade como a nossa em que a valoração social máxima não mais reside em utopias, mas na realização de projetos individuais, nada é mais insatisfatório do que um indivíduo incapaz de se empenhar no projeto pessoal da boa aparência (NOVAES; VILHENA, 2003).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo buscamos compreender os motivos que levaram alguns indivíduos a recorrerem à cirurgia estética para modificarem os seus corpos e como essas transformações corporais (re)construíam suas subjetividades. Para isso, foram investigadas as percepções dos sujeitos por nós entrevistados sobre os seus corpos antes e depois da realização da cirurgia estética. Buscamos também compreender o que os levou a optarem especificamente por esse procedimento, analisando por fim os sentidos apreendidos por esses sobre os seus corpos transformados.

Não tivemos a intenção de abordar todas as questões que envolvem a problemática do aumento da cirurgia estética, mas dar visibilidade a possíveis variações a partir das falas dos sujeitos entrevistados. Trata-se de uma seleção que certamente não representa todo o fenômeno, mas longe de procurarmos uma argumentação generalizante, buscamos através dessas falas, encontrar fios condutores que promovessem uma reflexão sobre a temática em questão, estabelecendo certa lógica que daria sentido as reflexões desses indivíduos, nos orientando no desenvolvimento da pesquisa.

O corpo esconde diálogos sociais e individuais, é um outdoor da sociedade na qual está inserido (ROCHA, 2011, p.103). Ponto de intersecção entre natureza e cultura, e como apontado por Mauss (1974), o primeiro e mais

natural instrumento que o indivíduo utiliza como delimitação e formação de sua existência no mundo. Os cuidados com o corpo entram na era das massas ao mesmo tempo em que se aumenta a exigência e responsabilização dos indivíduos com o seu próprio corpo. “Antes de qualquer coisa, a existência é corporal” (LE BRETON, 2011, p.30). Para esse autor, existir significa mover-se em determinado tempo e espaço, transformando o meio graças à soma de gestos eficazes, escolhendo e atribuindo significado e valor aos diversos estímulos possibilitados pelo meio.

É pela corporeidade que o homem faz do mundo a extensão de sua experiência, “Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de um dado espaço social e cultural” (LE BRETON, 2011, p.8). Le Breton (2011) considera que a expressão corporal é socialmente modulável, mesmo vivenciada conforme a individualidade de cada um, embora os outros contribuam modulando “os contornos de seu universo dando ao corpo o relevo social que necessita” e oferecendo a esse a possibilidade de se construir como ator do grupo ao qual pertence. O corpo dessa forma, aparece na sociedade contemporânea como uma afirmação de quem somos, tornando assim difícil pensar a subjetividade dissociada desse e como apontado por Giddens (2002): “A maioria das pessoas se percebe como corpo e eu unificado” (p.60).

Somos e temos um corpo que nos acompanha do nascimento até a morte, a semelhança entre as diversas culturas em relação ao corpo se reduz, como apontado por Mauss, a uma dimensão puramente fisiológica, no entanto, esse ganha novos contornos e significados diferentes em cada cultura. Melo (2012), utiliza-se do pensamento de Simmel (2005) e das pressões sofridas pelos indivíduos pelas constantes mudanças ocorridas na vida cotidiana trazidas pela modernidade. Para a autora, o corpo aparece como refúgio do indivíduo diante das pressões e mudanças rápidas nas grandes metrópoles, sendo esse a forma de registrar sua autonomia enquanto sujeito.

Os cuidados sobre o corpo são estimulados como forma e manutenção de autonomia e controle do indivíduo sobre si. O corpo natural é o corpo transformado. O corpo é transformado, recortado e remontado demonstrando assim a plasticidade desse em que ao mesmo tempo que aparece um movimento de controle, com a capacidade de reflexividade dos indivíduos diante das escolhas surgidas e da capacidade dos agentes em agir diante dessas, pode haver também uma perda de controle do indivíduo sobre o seu corpo, com relação a cirurgia estética, representada pelos resultados adversos daqueles almejados por quem recorrem a essa.

A cirurgia estética, assim como o próprio corpo é ressignificado no campo da medicina e aparece como exemplo de autonomia e controle do indivíduo sobre o seu corpo e como sinônimo de bem-estar. A procura pela cirurgia estética, diferentemente do que se pensava antes, não é feito somente por pessoas em busca da juventude, mas percebe-se um fenômeno da procura por essa desde a juventude para corrigir na aparência o que

incomoda com a preocupação também de retardar o envelhecimento ou chegar a esse com um corpo saudável e bonito, ainda que “velho”.

Esses discursos, reforçados com uma medicalização da aparência associa a imagem corporal à saúde e ao bem-estar, justificando assim, a doença que a medicina poderia curar. No entanto, ao mesmo tempo que a ciência proporciona o controle dos indivíduos sobre os seus corpos e capacidade de refletir sobre suas escolhas, também provoca inseguranças diante dos riscos surgidos, diferentemente da religião por exemplo, em que as coisas eram dadas como certas, sem deixar assim brechas para questionamentos ou inseguranças. O corpo é uma construção histórica que não está associado somente ao biológico, mas as subjetividades dos indivíduos que recorrem a instrumentos como a cirurgia estética e que, através de um bisturi ressignifica os sentidos desses sujeitos sobre os seus corpos e sua imagem.

REFERÊNCIAS

AQUINO, T. A. M. de. **Do “se esconder” ao “se mostrar”: cirurgia plástica e normalização entre jovens mulheres de classe popular**. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

COELHO, F. D. **(In) Satisfação corporal em mulheres submetidas à cirurgia plástica**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo. Antropologia e Sociedade**. 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 2007.

_____. **A Sociologia do corpo**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

MAUSS, M. As técnicas corporais. **In: Sociologia e Antropologia**, v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MELO, R. S. de. **Da visibilidade dos corpos disformes: um estudo sobre cirurgias cosméticas mal sucedidas**. 207 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.

NOVAES, J.; VILHENA, J. **De Cinderela a Moura Torta: sobre a relação mulher, beleza e feiura**. Interações, v. 8, n. 15, p. 9-36, 2003.

ORTEGA, F. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. **In Cadernos de saúde coletiva**, vol. 11, n 1, p.59-77, 2003.

ROCHA, J. C. **Corpo belo: Um estudo antropológico em academia de ginástica feminina**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2011.

SANTOS, Á. R. S. N. **Cirurgia estética: Subjetividade(s) no fio da navalha**. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFAL- AL, 2016.

SIMMEL, G. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Tradução de Leopoldo Waizbort. In Mana, v.11, n. 2, 2005, p.577-591.

TEIXEIRA, D. P. **Intensidades Corporais e Subjetividades Contemporâneas: uma reflexão sobre o movimento da Body Modification**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - PUC- Rio, 2006.

COSMETIC SURGERY AND BODY TRANSFORMATIONS IN CONTEMPORANEITY

ABSTRACT—As part of the development of a Master's Thesis entitled “Cosmetic surgery: subjectivity(ies) on a knife's edge”, produced in 2016, it is presented to readers one of the most important topics for a better understanding of what is proposed in the work in which the body transformations in contemporaneity are discussed. Talking about cosmetic surgery lately is something taken for granted, however, in other times, it was considered taboo. Discussing bodily transformations is important to understand other social, cultural and subjective issues in relation to our bodies and the bodies of others. The elaboration of this research arose out the disquiet before a perceived phenomenon that is gaining more and more prominence in contemporary society, the increase in the search for cosmetic surgeries. We propose to investigate what led some individuals to seek this procedure to modify their bodies and how these transformations (re)constructed their subjectivities. To achieve this goal, we sought to analyze the perception of subjects about their bodies before and after cosmetic surgery; understand what led them to opt for this intervention for the transformation of their bodies; evaluating the ways in which they (re) construct their subjectivities.

KEYWORDS: Cosmetic surgery, body, subjectivity(ies).

SEGURANÇA PÚBLICA E PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO

Denis Berté Sálvia

lattes.cnpq.br/0980989913917872

Universidade Federal de Santa
Catarina, Florianópolis - SC

RESUMO – Diferentes questões envolvendo a qualidade dos dados e informações para análises acerca dos movimentos da criminalidade e de distintas violências sempre preocuparam pesquisadores. Procurando amenizar esse problema, as “pesquisas de vitimização” passaram a ser reconhecidas desde os anos 60 como uma ferramenta que pode auxiliar governos e sociedades a melhor compreender seus problemas ligados à criminalidade e a melhor direcionar ações para resolvê-los. Além disso, recentemente passaram a incorporar investigações sobre outras problemáticas das sociedades, direcionando atenção às percepções de insegurança das populações, suas noções de risco e medo do crime, e as considerações das pessoas a respeito das instituições policiais e de justiça. Considerando a relevância que tais pesquisas vêm adquirindo, a proposta deste trabalho foi realizar um levantamento sobre pesquisas de vitimização, com o foco na análise dos “arranjos institucionais” adotados

para a produção de algumas pesquisas. Foram selecionadas as realizadas em nível nacional e internacional, com prioridade para as produzidas de forma regular há mais tempo. Procurou-se descobrir se os arranjos, entendidos como agrupamentos políticos formais entre distintas organizações, agregam valor e contribuem para a produção regulares das pesquisas. O procedimento metodológico assume um caráter múltiplo: por um lado, adota procedimentos de um “estudo de caso” comparado; por outro, um levantamento do tipo “estado da arte” das pesquisas de vitimização. Assim, o trabalho leva à apresentação dos arranjos e ao apontamento de fatores ligados à realização das pesquisas, sejam eles positivos ou negativos quanto à sua aplicabilidade, destacando a variedade de atores envolvidos em cada caso.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisas de vitimização, segurança pública, arranjo institucional.

1 INTRODUÇÃO

Por “vitimização” entende-se a situação em que uma pessoa foi vítima de um crime/delito. Em termos jurídicos, a vitimização pode

ser dividida em primária, secundária e terciária, sabendo-se que uma pessoa pode ser vitimizada nos três níveis em um mesmo evento. A primária diz respeito à ocorrência criminal, a secundária conforme a resposta recebida pelas agências de segurança e a terciária diz respeito às reações pessoais da vítima nos diferentes meios sociais nos quais circula e se envolve, como família, trabalho etc (MOROTI, 2015).

A proposta deste trabalho foi realizar um levantamento sobre ‘pesquisas de vitimização’, com foco de análise nos ‘arranjos institucionais’ adotados nos casos selecionados para análise. Procurou-se descobrir se os arranjos, entendidos como agrupamentos políticos formais entre distintas organizações, agregam valor, contribuem para a produção regular das pesquisas.

Considerando a importância de se estabelecer meios de consulta às próprias vítimas para melhor compreender aspectos da violência e criminalidade, as pesquisas de vitimização deveriam ser consideradas importantes ferramentas auxiliares. Neste paper observamos certas características de algumas pesquisas selecionadas.

Os critérios de seleção foram a ampla experiência com tal ferramenta e o nível de análise nacional (um país) ou internacional (mais de um país ao mesmo tempo). Assim, foram selecionadas pesquisas realizadas em nível nacional ou internacional, e que são produzidas de forma regular há mais tempo. O procedimento metodológico assume um caráter múltiplo: por um lado, adota os procedimentos de um ‘estudo de caso’ comparado; por outro, um levantamento do tipo ‘estado da arte’ das pesquisas de vitimização.

Em grande medida, neste paper atenta-se o para o papel das pesquisas que propiciam dados alternativos, focados nas vítimas criminais, e que possam complementar os dados oficiais de segurança pública, possibilitando a avaliação ou produção de políticas de segurança cientificamente embasadas, questão que preocupa pesquisadores e gestores.

Foi visando amenizar problemas ligados à baixa qualidade dos dados oficiais que as “pesquisas de vitimização” passaram a ser reconhecidas, desde os anos 1960, como uma das ferramentas que podem auxiliar governos e sociedades a melhor compreender seus problemas ligados à violência e criminalidade e a melhor direcionar ações para resolvê-los.

Assim, neste estudo procurou-se verificar quem está envolvido na realização de algumas pesquisas que se destacam mundialmente. A meta principal foi elaborar uma comparação de modo a verificar quais arranjos institucionais adotados para essa tarefa em cada pesquisa. Sob quais instituições e organizações estão situadas as pesquisas de vitimização analisadas? Os “arranjos institucionais” contribuem, agregam valor para a produção desse tipo de levantamento, em nível nacional?

Por fim, objetiva-se contribuir para a reflexão e debate a respeito da dificuldade de incorporação de pesquisas de vitimização no cenário brasileiro,

país com gravíssimos indicadores de violência e criminalidade e grandes desigualdades sociais.

As pesquisas foram selecionadas pela metodologia reconhecida, pelo tempo de experiência e acúmulo de informações e pela abrangência, as quais são:

- i. França : Pesquisa *Cadre de Vie et Sécurité* (CVS)
- ii. Canadá: *General Social Survey* (GSS)
- iii. Inglaterra e País de Gales: *Crime Survey for England and Wales* (CSEW)
- iv. Estados Unidos: *National Crime Victimization Survey* (NCVS)
- v. Internacional: *International Crime Victim Survey* (ICVS)
- vi. *European Crime and Safety Survey* (EU ICS).

Por razões práticas decidiu-se por não incorporar a este paper um histórico detalhado a respeito de cada uma das pesquisas analisadas e de suas trajetórias, nem o histórico de outras pesquisas internacionais e das pesquisas realizadas no Brasil, em todos os níveis de governo. Para acessar algumas informações sobre esses tópicos sugere-se os trabalhos de Zilli, Marinho e Silva (2014) e de Sálvia (2018).

2 METODOLOGIA

O trabalho consistiu na realização de um levantamento sobre pesquisas de vitimização e análise quanto aos arranjos institucionais adotados em países com ampla experiência com tais pesquisas. Procurou-se observar que tipo de organizações estão envolvidas e em quais níveis de governo adquirem apoio.

O procedimento metodológico apresenta caráter múltiplo. Por um lado, adota procedimentos de “estudo de caso”; por outro, um levantamento do tipo “estado da arte” das pesquisas de vitimização. A justificativa para adoção destas distintas orientações metodológicas parte do pressuposto de que tais pesquisas são ainda um procedimento recente, em processo de consolidação na maioria dos países. Neste sentido o seu desenvolvimento institucional bem como os demais fatores que implicam na sua consolidação tem trajetórias distintas nos contextos políticos nacionais e internacionais.

Assim, o objeto específico de análise sobre as pesquisas é seu ‘arranjo institucional’. Entendemos por arranjos institucionais uma articulação formal de cooperação ou contrato entre um conjunto de atores políticos (organizações sociais, institutos de pesquisa, órgãos governamentais, entidades supranacionais, entre outros).

O levantamento realizado oferece um conjunto de informações cuja comparação leva em conta distintos fatores, a saber:

- a) o lugar institucional nos quais as pesquisas são fomentadas;

- b) os agentes de fomento organizacional, financeiro ou político;
- c) a *expertise* produtora de pesquisas e seu lugar de atuação;
- d) a apropriação dos resultados das pesquisas.

Dessa maneira, após a apresentação sintética dos resultados do levantamento, e visando trazer à reflexão o caso brasileiro, aborda-se referencial teórico do ‘neoinstitucionalismo’, passando por breve discussão sobre a produção de dados em segurança pública no Brasil e pelo debate a respeito da relação entre pesquisadores e gestores de políticas. Por fim tecemos algumas reflexões que serão apresentadas nas considerações finais.

3 RESULTADO SINTÉTICO

O **quadro 1** apresenta uma síntese do levantamento a respeito dos arranjos institucionais mobilizados em cada uma das pesquisas selecionadas para análise, e em sua observação percebe-se, na maioria dos casos, a multiplicidade de agentes envolvidos, tal como ministérios de justiça, de estatística, de segurança, universidades e especialistas, empresas e institutos privados de pesquisa, assim como agências não governamentais. Discute-se o quadro nas considerações finais.

Quadro 1: Casos analisados (pesquisas, respectivos órgãos produtores e parceiros)

Pesquisa	Principal órgão produtor	Parceiros
<i>Cadre de Vie et Sécurité (CVS)</i> (França)	<i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee)</i>	<i>Observatoire national de la délinquance et des réponses pénales (ONDRP);</i>
		<i>Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure (SSMSI)</i>
<i>International Crime Victim Survey (ICVS)</i> (Internacional)	Consórcio internacional	Ministério da Justiça holandês;
		Ministério do Interior britânico;
		<i>Gallup Europe;</i>
		<i>Unicri/UNODC;</i>
		<i>INTERVICT</i>

<i>National Crime Victimization Survey (NCVS) (Estados Unidos)</i>	<i>Bureau of Justice Statistics</i>	<i>Crime solutions.gov;</i>
		<i>Federal Bureau Of Investigation;</i>
		<i>Federal Justice Statistics Resource Center;</i>
		<i>National Archive Of Criminal Justice Data;</i>
<i>European Crime and Safety Survey (EU ICS) (Internacional)</i>	<i>Comissão Europeia, DG</i>	<i>Gallup</i>
		<i>Unicri</i>
		<i>Instituto Max Planck</i>
		<i>Ceps/Instead</i>
		<i>GeoX Ltd</i>
<i>General Social Survey (GSS) (Canadá)</i>	<i>Statscan</i>	<i>Não descrito</i>
<i>Crime Survey for England and Wales (CSEW) (Inglaterra e País de Gales)</i>	<i>Office for National Statistics</i>	<i>Kantar Public</i>

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Neoinstitucionalismo – Histórico e Sociológico

A temática das pesquisas de vitimização, conforme a abordagem desta pesquisa, leva em consideração uma análise feita a partir da perspectiva do neoinstitucionalismo, também utilizada em trabalhos acadêmicos a respeito de políticas públicas. Pode-se explicar alguns aspectos pertinentes à esfera das políticas de segurança ao se considerar a incorporação de pesquisas de vitimização como instrumento de políticas de segurança pública.

A ênfase se dará no trabalho de HALL e TAYLOR (2003) sobre três vertentes neoinstitucionais. Segundo os autores: “Todas elas buscam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos. As imagens que apresentam do mundo político, contudo, são muito diferentes” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 194).

A fim de realizar uma comparação entre duas das três vertentes, a saber, o neoinstitucionalismo histórico e o sociológico, por se considerar que ambos podem ser contributivos para a análise, apresentam-se brevemente dois ‘institucionalismos’ a partir da obra acima citada. Tal escolha requer especial atenção à atitude de cada vertente em face de duas questões fundamentais em toda análise institucional: (1) como construir a relação

entre instituição e comportamento; (2) como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam (HALL; TAYLOR, 2003, p. 194).

Nessa perspectiva, o institucionalíssimo histórico se concentrou nas situações políticas nacionais, mais especificamente na concentração de poderes por um lado, e na produção de desigualdades por outro, uma vez que as lutas institucionais pelo poder criam filtros que produzem acessos desiguais.

Em geral, esses teóricos têm tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais. Entendem instituição “como os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196).

Os teóricos do institucionalismo histórico prestaram atenção sobretudo ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais. Assim, ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos de firmar contratos, eles preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão” (HALL; TAYLOR, 2003).

A perspectiva quanto ao neoinstitucionalismo histórico remete à formação histórica das instituições de segurança pública, mais especificamente as próprias matrizes fundantes delas e, no caso da segurança pública brasileira, a tradição militar. Nesta direção é possível também compreender em que medida pesquisas de vitimização logram conquistar status na vertente histórica do campo de segurança pública.

Os teóricos dessa escola tendem a definir as instituições de maneira ampla, incluindo não só as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” para guiar a ação humana (HALL; TAYLOR, 2003, p.209).

O neoinstitucionalismo sociológico distingue-se por sua maneira de tratar o problema da explicação do surgimento e da modificação das práticas institucionais. Os institucionalistas sociológicos sustentam que as organizações adotam com frequência uma nova prática institucional por razões que têm menos a ver com o aumento da sua eficiência do que com o reforço que oferecem à sua legitimidade social a à de seus adeptos. Em outros termos, as organizações adotam formas e práticas institucionais particulares porque elas têm um valor largamente reconhecido em um ambiente cultural mais amplo (HALL; TAYLOR, 2003, p. 211).

4.2 Produção de dados e informações em segurança pública no Brasil

No Brasil, as informações mais utilizadas para estudos acerca da violência advêm de duas fontes oficiais: as estatísticas das agências do sistema de Justiça criminal (polícias militar e civil, tribunais de justiça) e da

saúde (SOARES; BORGES; CAMPAGNAC, 2008). Em relação à natureza das principais fontes de investigação do crime, Kahn (2000) as divide em quatro tipos: registros das agências do sistema de Justiça criminal, registros da Saúde, pesquisas com as vítimas de crimes e pesquisas com autores de crimes. Assim, diferentes esforços são realizados atualmente na procura de valorização e qualificação na produção e gestão de dados a respeito da segurança pública.

Em relação específica aos esforços ligados ao controle da criminalidade, experiências bem-sucedidas de redução da criminalidade ocorridas na última década demonstraram como o uso adequado de informações é fundamental para o planejamento e a implementação de medidas eficazes na área da segurança pública (CARNEIRO, 2007; LIMA; BORGES, 2014).

Porém, para a avaliação ou produção de políticas ou de quaisquer proposições de intervenção na área da segurança pública ou em qualquer área, antes são necessários dados organizados e confiáveis. As estatísticas no campo da criminalidade sempre tiveram problemas estruturais de registro e, portanto, baixo nível de confiabilidade entre as próprias instituições policiais e de justiça, prejudicando a produção de diagnósticos confiáveis e legítimos por parte de outras instituições e a própria sociedade. Cabe destacar que o serviço de estatística ainda é gerido, em grande medida, pelas autoridades policiais em nível estadual.

Quanto à produção de estatísticas em âmbito nacional, no Brasil, muitas dificuldades são reconhecidas na coleta e no registro dos dados pelos estados, o que dificulta e enfraquece a composição de um banco nacional de informações, apesar de avanços significativos em algumas áreas. Entre as dificuldades para a consolidação das estatísticas nacionais, aponta-se: a coleta dos dados não é sistemática; algumas estatísticas são pouco detalhadas; em alguns estados há pouca divulgação das informações; há duplicação do registro de alguns delitos, assim como problemas ligados às diferentes classificações de delitos em distintos locais; há pouca tecnologia de coleta e organização dos dados; a maior parte dos dados disponíveis para a população já estão agregados, o que restringe a amplitude de utilização (COSTA e LIMA, 2014).

Pode-se afirmar que a produção e gestão estatística no “campo organizacional” da segurança pública não é uma prática institucionalizada no Brasil, o que contrasta por exemplo, com o campo da educação e da saúde. Um dos grandes desafios no campo da segurança é alcançar legitimidade para conseguir viabilizar a mudança de determinadas práticas, vistas como violentas, ilegais e arbitrárias (COSTA; LIMA, 2014). Além disso, o próprio campo organizacional da segurança pública, de acordo com sua estrutura, pode determinar que a produção e o uso das informações sobre segurança pública sejam valorizados ou, por outro lado, desconsiderados.

4.3 Relação entre pesquisadores e gestores

Embora a participação das academias e do conhecimento científico tenham ampliado as abordagens sobre a segurança pública, isso não significa que os resultados de pesquisas tenham se tornado públicos ou mesmo utilizados como subsídio para a consecução de políticas públicas (COSTA; LIMA, 2014).

Na mesma toada, a observação de Rolim (2007, p. 38) aponta para a observação sobre um conjunto de interesses em disputa no espaço da segurança pública: Via de regra, os gestores da segurança pública no Brasil são pessoas que pouco ou nada sabem sobre o tema e que, não raro, administram suas pastas com a sensibilidade aguçada por objetivos eleitorais. Os governantes, por seu turno, quando pensam em “resultados” em segurança pública, apostam em projetos que permitam a capitalização política a curto prazo, desprezando todas as iniciativas que demandem um tempo maior de maturação.

Claus Offe (1994, p. 225) oferece duas questões instigadoras para pensar a produção de políticas públicas. A primeira questiona: quais fatores existentes na sociedade permitem que uma questão deixe de ser um problema do mundo pessoal, particular ou privado, para se tornar ‘questão objeto’ de política pública? Nesse sentido, pesquisas de vitimização fazem emergir um universo de subjetividades que, em função da visibilidade produzida, adquirem status de questão pública, tornando-se, portanto, objeto de ação institucional, como por exemplo, questões de gênero, o medo ou até considerações das vítimas e da população em geral.

A relação entre pesquisadores e gestores de políticas públicas é um dos fatores que mais interferem na aplicação e no desenvolvimento de pesquisas. Conforme afirmou Gluckman (2016), esta relação é ainda muito complexa e vários fatores podem interferir, por exemplo a própria distância entre as instituições tradicionalmente produtoras de pesquisas (universidades ou institutos de pesquisas), financiadoras (organizamos governamentais ou não-governamentais, nacionais e/ou internacionais) e os órgãos usuários. Em outras palavras, os próprios gestores das políticas de segurança e a população. Segundo o autor:

[...] “although a tidy, analytically driven cycle of policymaking might seem logical to scientists trained in the tradition of hypothesis generation and testing, policymaking is instead a networked process in which scientific evidence is only one of many inputs”.
(GLUCKMAN, 2016).

Outro aspecto que também afeta fortemente esta relação é o caráter refratário por parte das instituições de segurança às demais instituições

(universidades, mídia, entre outras), inclusive do próprio campo da segurança pública. Também pode-se destacar o próprio conteúdo da cultura político-administrativa dos órgãos de segurança, no caso brasileiro, de forte tradição militar, produzindo um conjunto de práticas de ação e comportamento profissional próprios deste campo, tornando-os, portanto, resilientes às influências externas. De acordo com Rolim (2007, p. 33):

“Em poucas áreas, como nas políticas de segurança pública, os espaços para a inovação são tão estreitos e o apego à tradição tão consolidado. Lidamos, então, especificamente nesta área, com uma resistência incomum à inovação, que constitui, em si mesma, parte do problema a ser enfrentado”

Gaudreau e Saner (2014) afirmam que o problema da distância entre pesquisadores e gestores adquiriu evidência a partir da Segunda Guerra Mundial. Segundo os autores, os pesquisadores operam com objetivos diferentes dos decisores políticos, sob diferentes pressões e preocupações, logo os resultados produzidos pelas pesquisas nem sempre são incorporados pelos decisores, tal como previsto, contribuindo para o distanciamento entre as partes.

Da mesma maneira, pode-se afirmar que as pesquisas somente interessam aos decisores políticos quando oferecem informações detalhadas sobre as características das pesquisas (KILLIAS, 2010); são normais as discordâncias sobre o ‘desenho’ das pesquisas no que concerne ao seu aporte metodológico. É justamente em meio a essas relações complexas entre gestores públicos e pesquisadores que se encontram as pesquisas objeto deste estudo, seja onde for. No entanto, chama a atenção que elas sejam realizadas e estejam estabelecidas em alguns lugares, e em outros não.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à abordagem teórica mobilizada do neoinstitucionalismo, entendemos que, para o contexto deste trabalho, a questão comportamental dos indivíduos que atuam nas instituições aqui referidas tem importância secundária.

No que se refere ao ‘neoinstitucionalismo histórico’, esta abordagem pode oferecer uma contribuição para a reflexão proposta, tendo em vista que as pesquisas de vitimização têm encontrado ambiente institucional para sua aceitação e desenvolvimento em países em que já existe uma trajetória histórica – quase uma tradição – na produção de estatísticas e pesquisas criminais. Pode-se afirmar, neste caso, que a produção e incorporação de saberes através de práticas cientificamente produzidas abre caminho para

o desenvolvimento de pesquisas de caráter mais complexo, como as de vitimização, embora sem se considerar que estas necessariamente culminem em políticas públicas.

Quanto à vertente sociológica, é importante considerar a questão dos ‘padrões’ institucionais que orientam lógicas e práticas no âmbito das instituições. Neste sentido, vale considerar a tradição militarizada, presente no campo da segurança pública brasileira, que, ao mesmo tempo em que oferece uma fronteira em prol da manutenção de sua autonomia, rejeita, muitas vezes, aquilo que não é produzido em seu próprio âmbito. Também entendemos que a vertente sociológica pode ser analiticamente importante à medida que as pesquisas de vitimização tornarem evidentes demandas de sujeitos sociais que normalmente não fariam parte do escopo de preocupações das organizações de segurança pública.

Agora, retomando a questão principal do paper: os “arranjos institucionais” agregam valor e contribuem para o estabelecimento e realização regular desse tipo de levantamento em nível nacional? A resposta mais adequada é que sim, no entanto, depende.

Ao se observar o tipo de arranjo criado, a partir da comparação entre os tipos de organizações envolvidas, percebe-se a multiplicidade de agentes envolvidos, tal como ministérios de justiça, de estatística, de segurança, universidades e especialistas, empresas e institutos privados de pesquisa, assim como agências não governamentais. Mas o que se destaca nesses casos é o forte investimento e apoio dos Estados através de distintas agências. Destaca-se também o fomento de agências supranacionais com a finalidade não somente de introduzir as pesquisas nos diferentes países, mas também de possibilitar comparações internacionais.

Se pode inferir que existem critérios para que se estabeleçam pesquisas regulares com vistas à consecução de políticas de segurança pública. Onde isso é feito com regularidade, se observa conscientização sobre a importância do trabalho com dados. Pode-se afirmar que em poucos países as pesquisas de vitimização se afirmaram como instrumento regular e institucionalizado de formulação e avaliação de políticas de segurança pública. Ou assim, quanto mais desenvolvida for a função estatal de produção de pesquisas e de produção de dados estatísticos e investigações sobre criminalidade, mais apropriado e disponível estará o aparato para desenvolver e incorporar pesquisas de vitimização em escala nacional.

Os próprios governos podem ser promotores e fomentadores de pesquisas de vitimização, porém a sua produção demonstra requerer o estabelecimento de parcerias com institutos ou empresas de pesquisa, universidades e especialistas. A complexidade na produção de pesquisas desta natureza implica certa expertise, a qual não se encontra diretamente nos agentes inscritos no espaço da segurança pública, e sim em complexo arranjo envolvendo outras organizações que ‘tradicionalmente’ já produzem pesquisa.

Além disso tem-se que, possivelmente, os resultados de uma pesquisa de vitimização podem revelar informações que desagradam governos e instituições em função de que seus resultados possam apresentar avaliações negativas quanto à gestão da segurança, o que extrapola o escopo científico que motiva sua realização. Os resultados podem gerar polêmicas políticas, considerando que a pesquisa de vitimização fornece informações muitas vezes críticas ao sistema policial e judiciário, e por consequência aos governos, além de muitas vezes apresentarem números criminais que podem deslegitimar ou contrastar a realidade dos dados oficiais.

Por fim, considera-se que a ‘tradição’, a estrutura e o complexo de entidades que compõem o campo da segurança têm trajetórias muitas vezes distintas nos diversos países, sem contar com o padrões democráticos básicos que atuam para uma maior ou menor consolidação das pesquisas de vitimização, principalmente em países onde as instituições de segurança pública e, consequentemente, as políticas de segurança pública têm um desenvolvimento ainda precário, ou então onde os padrões democráticos, como a afirmação dos Direitos Humanos, não são princípios norteadores das práticas de gestão, principalmente quando se trata do ‘mundo’ da violência e da segurança.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, L. P. **Pesquisas de vitimização e gestão da segurança pública**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 60-75, jan./jun. 2007.

GAUDREAU, M; SANER, M. **Researchers are from Mars, Policymakers are from Venus: Collaboration across the System**. Institute for Science, Society and Policy, University of Ottawa, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/NTXpzb>. Acesso em 01 jun. 2021.

GLUCKMAN, P. **The science-policy interface**. Science, v. 353, n. 6303, p. 969, 2 set. 2016.

HALL P, TAYLOR R. **As três versões do neoinstitucionalismo**. Lua Nova, n. 58, p. 193-222, 2003. Disponível em: <https://goo.gl/4SdWJB>. Acesso em: 01 jun. 2021.

KILLIAS, M. (2010). **Crime Surveys as Tools of Policy-making**. In: CATALUNIA. Ministry Of Home Affairs. (Org.). 10 Years of the Crime Victimization Survey in Catalonia: European Experiences: Assessment and Future Challenges. Barcelona, 2010. p. 9-18.

KAHN, T. **Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes**. In: CERQUEIRA, D.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L. (Orgs.). Fórum de Debates – Criminalidade, violências e segurança pública: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

LIMA, R. S. de; BORGES, D. **Estatísticas criminais no Brasil**. Em: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, p. 213-226.

LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOROTI, Carlos. **Vitimização primária, secundária e terciária**. JusBrasil, [S.l.], 19 jul. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/3zQcCp>. Acesso em: 01 jun. 2021.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. Brasiliense. São Paulo, 1994.

ROLIM, Marcos. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, ed. 1, p. 32-47, 2007.

SÁLVIA, Denis B. **Segurança Pública e Pesquisas de Vitimização**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina. 95p. 2018.

SOARES, A; BORGES, D; CAMPAGNAC, V. **A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização de 2007: notas metodológicas**. In: DUARTE, Mario Sérgio de Brito (Coord.) Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. p. 10-13.

ZILLI, L.; MARINHO, F.; SILVA, B. **Pesquisas de vitimização**. In: LIMA, R.; RATTON, J.; AZEVEDO, R. (Orgs). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. p. 227-243.

PUBLIC SECURITY AND VICTIMIZATION RESEARCH

ABSTRACT – Researchers are constantly concerned with diverse questions regarding the quality of data used in analyses on the dynamics of criminality and distinct kinds of violence. Aiming at assuaging this problem, victimization research came to be recognized in the 1960s as a tool which could help governments and societies better understand their crime problems and organize actions to resolve them. Moreover, it recently incorporated investigations on other societal problems, including perceptions of insecurity within the population, its notions of risk and fear of crime, and views of police institutions and the justice system. Considering the importance this line of inquiry has been garnering, this work aims at surveying victimization researches, focusing on analyses of “institutional arrangements” adopted for the production of some of them. National and international researches have been selected, with priority for the ones regularly produced for longer. I sought to demonstrate whether the arrangements, understood as formal political groupings between distinct organizations, aggregate value and contribute to

the regular production of researches. The methodological procedure assumes a multiple character: on the one side, it adopts a “compared case studies” approach; on the other, a “state of the art” survey on victimization researches. The work thus allows for the presentation of arrangements and the exposure of factors linked to the realization of researches, be they positive or negative regarding their applicability, underscoring the variety of actors involved in each case.

KEYWORDS: Victimization research, public security, institutional arrangement.

POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MATO GROSSO: TENSÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

lattes.cnpq.br/4748865865560226

RESUMO – A tensão entre Estado e sociedade tem sido uma constante ao longo da história, os governos buscam se aproximar da sociedade, esta, cada vez mais exigente. A Polícia Comunitária é uma dessas tentativas. O estudo analisa a implantação do projeto de Polícia Comunitária em Cuiabá, busca identificar a participação da sociedade e se há as pré-condições necessárias à implantação do projeto – sob uma crítica de Michael Oakeshott sobre o racionalismo construtivista. O problema consiste em saber o grau de adequação entre os pré-requisitos da Polícia Comunitária e o grau de civismo (capital social) da sociedade cuiabana. A hipótese é que na sociedade cuiabana não há o pré-requisito cívico à efetividade do projeto. Valemo-nos dos conceitos de Polícia Comunitária de Robert Trojanowicz, vigilância panóptica de Michel Foucault, capital social de Robert Putnam e Alex de Tocqueville (como civismo e associativismo). O método de pesquisa é o qualitativo, com a estratégia de

pesquisa abductiva. O recorte são os líderes comunitários; a população dos bairros que tem o projeto implantado e os gestores públicos – utilizamos o grupo focal, *survey* e a entrevista semiestruturada, respectivamente. Os resultados nos mostram que na sociedade cuiabana não há capital social suficiente à efetividade do projeto de Polícia Comunitária e que este se assemelha a um modelo de policiamento de resolução rápida de problemas.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia comunitária, capital social, civismo, sociedade cuiabana.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea brasileira tem vivenciado neste século, sobretudo a partir da metade do século passado, um novo conceito de desenvolvimento, relacionado ao procedimento ou processo de qualidade de vida em sociedade. A compreensão desse desenvolvimento nas dimensões nacionais ou regionais são utilizadas como parâmetros para entender e estabelecer condições de vida na sociedade contemporânea. Entender as complexidades do desenvolvimento da vida em

sociedade requer alguns cuidados e atitudes que fogem do controle individualista do cidadão, transpassando ao convívio coletivo em sociedade, primordial à existência e ao acúmulo de capital social, a alcançar essas condições.

Entender como funciona essa relação de tensão entre Estado e Sociedade perpassa por inúmeros estudos e observações, em especial, ao que sugere à sociedade. E uma das formas de governar perpassa por estabelecer mecanismos de relacionamentos entre eles, com fins precípuos de reduzir essa tensão existente. Segundo Foucault (1987) a instituição policial cai como uma luva aos propósitos dos governos nessa arte de governar, fazendo dessa instituição um instrumento ou mecanismo de controle social, de *vigilância panóptica*.

Trazemos o conceito de *vigilância panóptica* de Michel Foucault, em comparação ao modelo tradicional de atuação policial (em especial à polícia militar), caracterizada pelo policiamento ostensivo nas diversas modalidades empregadas, entendemos que, acaba exercendo certa vigilância à sociedade, com o escopo maior, de garantir a tranquilidade e ordem pública, pelo viés preventivo. Propicia ação reativa imediata, caso seja quebrada essa ordem e mantém o “controle”, uma espécie de vídeo monitoramento social, uma vigilância diuturna.

Ao fundo, insistimos na inquietação sobre o verdadeiro papel das polícias brasileiras: Temos uma Polícia de Estado ou Polícia de Governo? De bate pronto, alicerçados pela literatura canônica, acompanhada da fundamentação sustentada pelos códigos legais de condutas, a resposta é óbvia e direta: Polícia de Estado, da sociedade! Mas numa prática diária, em alguma das vezes, não há tamanha segurança para sustentar tal assertiva.

O trabalho traz a contribuição e proposta de diálogo com alguns autores que utilizamos de seus conceitos na discussão metodológica e acadêmica: a vigilância panóptica de Foucault (1987) – comparando ao “*modus operandi*” das polícias militares que tem sustentação no policiamento reativo voltado aos índices criminais e tentativa de controle desses; polícia comunitária de Trojanowicz (1999) – conceito basilar; capital social de Bourdieu (1998) – conceito empregado como associativismo de Putnam (2000), e civismo de Tocqueville (2014); racionalismo construtivista de Oakeshott (1991) – que tem a decisão tomada pela razão, uma imposição verticalizada.

O método de pesquisa utilizado é o quali-quantitativo, com a estratégia de pesquisa abduativa. O público alvo ou recorte da pesquisa foram os moradores de Cuiabá-MT (652 entrevistados), gestores públicos da segurança pública (23 entrevistados) e integrantes dos Conselhos Comunitários de Segurança (12 entrevistados). Os instrumentos de coletas utilizados foram o *suvey* aos cidadãos eleitores residentes na região de implantação do projeto de Polícia Comunitária em Cuiabá-MT; a *entrevista semiestruturada* aos gestores públicos de segurança pública de todos os níveis; e *grupo focal* com as lideranças comunitárias (membros de Conselhos

Comunitários de Segurança Pública).

Os critérios para escolha e definição da delimitação da pesquisa se balizaram na tentativa de aprofundar no estudo da relação tensional entre Estado – Sociedade, referente ao projeto de Polícia Comunitária implantado em Cuiabá no final da década de 1990 – partimos de uma observação trazida no discurso racionalista de Oakeshott (1991) – por entendermos que na implantação do projeto, o Estado desempenhou papel sozinho, sem a participação efetiva da sociedade.

Inclusive, o Estado determinou as condições para que fosse implantado o projeto – daí o motivo para sustentar como recorte predominante o polo Sociedade, para satisfazer nossa inquietação no problema: Qual é o grau de adequação entre os pré-requisitos do modelo de polícia comunitária implantado em Cuiabá e o grau de civismo da população? E verificar a hipótese sugerida: Na base da sociedade cuiabana não há o pré-requisito cívico para que a efetividade do projeto de polícia comunitária seja alcançada. Surge a pesquisa: A Polícia Comunitária em Mato Grosso: tensão entre Estado e Sociedade – com um olhar especial voltado à sociedade e aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública.

2 A TRAJETÓRIA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MATO GROSSO

Em nossa pesquisa empregamos o termo *politeia* com o sentido da origem grega da palavra “*ta politika*”, que deriva do grego polis, que significa cidade, comunidade organizada politicamente. Então, *politeia* utilizamos no sentido de cidade que há pessoas que vivem com determinado comportamentos e de determinados modos, cidades formadas pelos cidadãos que são os *polités* – homens nascidos no solo da cidade, porém livres, iguais e com comportamentos.

O surgimento das polícias é tardio na história humana e uma explicação para tal pode ser que instituições policiais somente possuam condições para existir no contexto de uma sociedade complexa. Afinal, apenas neste momento histórico aparece a necessidade de segurança, eis que as pessoas começam a acumular riquezas em suas casas e necessitam transportá-las, Rudnicki (2011).

As corporações medievais passavam a desempenhar essa função policial. Com a progressão dos burgueses, nos centros urbanos no século XVI, marco da existência do Estado Moderno, surge a *polícia*, considerando três fatores: sociomaterial: que referia ao discurso econômico e prática comercial; cultural: opinião pública e críticas das formas tradicionais de controle de manifestação de pensamento; jurídico: surgimento da administração pública.

Há hipóteses de que a ideia de polícia no Brasil tem registro nos idos de 1500, quando D. João III resolveu adotar um sistema de capitanias hereditárias com fins de estabelecer a administração, promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública, mas precisamente em 1530, (GOMES,

2007). O autor afirma que com a fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil em meio à expulsão de solo lusitano pelas tropas napoleônicas, uma das primeiras medidas adotadas pelo Rei D. João VI foi a criação da Guarda Real de Polícia no Brasil. Era - um segmento do que já existia em Portugal, tornando-se a polícia da Corte no Rio de Janeiro.

Historicamente, a primeira referência à instituição policial em Mato Grosso está insculpida na lei provincial n° 30, de 05 de setembro de 1835, data de criação da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, em seu artigo primeiro: “Artigo 1° - Criar-se-á desde já, nesta cidade (Cuiabá), um Corpo Policial com a denominação de Homens do Mato, que será distribuído pelos distritos do Município, como melhor convier ao Governo Provincial”.

Ao longo desse período, desde sua criação ao advento da Constituição Federal do Brasil de 1988, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso esteve sempre ao lado dos governos que se revezavam no poder, mantendo seu distanciamento da população e das massas – até surgir algumas mudanças após o advento da Constituição Cidadã.

A Polícia Comunitária surge na Europa como proposta de substituir o modelo de atuação policial e prestação de serviços à sociedade, que impulsionada pelos ideais da Revolução Francesa exige mudanças na relação Estado-sociedade. Percebemos que a relação tensional tem sido palco de discussões e adoção de medidas a diminui-la.

Na Inglaterra há registro interessante na Scotland Yard por influência de Robert Peel¹ que estabelece o policiamento comunitário, como experiência de atuação policial alternativa. Outros países como Estados Unidos, Canadá, Japão também tem suas experiências particulares, que tentam fugir da concepção de polícia como um modelo burocrático institucional e de atuação policial, focando nessa aproximação entre Estado e Sociedade, na tentativa de reduzir essa tensão.

A Polícia Comunitária no Brasil tem seu nascedouro nos idos da década de 1980, em vários Estados que tem registros dos primeiros passos, dificultando asseverar qual a origem principal – citamos os Estados do Rio Janeiro e Minas Gerais que na década de 1980 tiveram seus primeiros passos nesse sentido e seara e, mais tarde o Estado de São Paulo. Um registro importante é a presença da instituição Polícia Militar desde o início do projeto aos dias atuais, em todas as unidades federativas.

Adotamos nessa pesquisa, como nascedouro da Polícia Comunitária Brasileira, os primeiros passos dados no Estado do Espírito Santo, na cidade de Guaçuí (COSTA, 1998), e que posteriormente torna-se um projeto nacional, e modelo para implantação de modelos similares por outras instituições policiais nos diversos estados brasileiros - que encontrou terreno mais

¹ Robert Peel foi um político britânico nascido em Bury, conhecido como administrador competente e incorruptível, foi o fundador do Partido Conservador e criador da primeira força policial disciplinada de Londres. Foi primeiro-ministro (1834-1835, 1841-1846). Anos depois renunciou ao cargo, abandonou o Parlamento e morreu em Londres, poucos anos depois.

propício ao seu desenvolvimento nas instituições policiais militares brasileiras e, somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe em seu texto a preocupação com o respeito aos direitos elementares do cidadão.

Em Mato Grosso, os registros apontam que o limiar da Polícia Comunitária seguiu o mesmo caminho de outros estados, ou seja, por uma decisão governamental – em obediência ao plano nacional de segurança pública que como política de segurança pública incentivou os Estados a focar e evidenciar o projeto. A iniciativa se deu no final da década de 1990 quando houve a participação decisiva do governo do Estado que autorizou que a Polícia Militar implantasse duas Companhias de Policiamento Comunitário em Cuiabá e Várzea Grande – nos bairros Pedra 90 e Parque do Lago, respectivamente – ano depois o projeto foi ampliado para outros bairros como: Pedregal, Jardim Universitário (Moinho), Planalto, Jardim Vitória, Três Barras, Araés, São João Del Rey e Bosque da Saúde.

Em 2011, o projeto ganha participação mais forte da Secretaria de Estado de Segurança Pública que amplia o projeto às demais instituições de segurança Polícia Civil, Bombeiros e Politec – implantando as Bases Comunitárias de Segurança Pública, unidades desconcentradas de segurança pública. A proposta inicial foi brilhante, porém a maneira como se deu a implantação, ao nosso olhar, foge do paradigma mundial de Polícia Comunitária – decisão única ou quase única do Estado.

O nascedouro se dá por uma decisão racional de alguns técnicos sem considerar fatores importantes que não deveriam ter sido desprezados, como: condições das instituições policiais militares e de seus integrantes (conhecimento pleno do projeto) – pois foi a instituição policial escolhida para implantar o projeto; condições da sociedade brasileira, respeitando suas características e peculiaridades, bem como sua preparação para tornar-se parceira no projeto; tempo exíguo para haver a ruptura de um modelo de atuação policial para outro modelo totalmente diferente – embora o objetivo foi a união desses modelos de atuação;

Mato Grosso simplesmente copiou a ideia do modelo americano, e importou algumas experiências de atuação policial de modelos implantados em países como Inglaterra, Espanha, Canadá, até aderir ao modelo de policiamento comunitário japonês - implantado pela Polícia Militar de São Paulo no início do século XXI e que fez parte da base da política nacional de segurança pública da SENASP. OS exemplos podem e devem ser copiados, mas os resultados precisam ser olhados separadamente, é difícil alcançar resultados iguais quando se exige a participação social cívica e associativista do cidadão, quando se depara com gigantesca diferença entre a sociedade brasileira e japonesa - e o projeto de Polícia Comunitária exige essa inserção e participação efetiva da sociedade ao seu sucesso.

Em Mato Grosso, acreditou-se que somente “transformando” algumas unidades policiais militares em companhias de policiamento comunitário, e

mais tarde em Bases Comunitárias, bastaria para mudar todo o contexto e cenário. A tentativa foi importante, mas a sociedade não esteve presente nesse processo, a decisão foi somente do Estado.

A lei estadual nº 7.724 de 25 de setembro de 2002 “*criou*” as Companhias de Policiamento Comunitário nas estruturas organizacionais da Polícia Militar de Mato Grosso,

Artigo 1º - A criação das Companhias de Policiamento Comunitário citado no caput tem o objetivo de efetuar o policiamento ostensivo de segurança, em área territorial delimitada, com a garantia de que as medidas a serem implementadas no combate à criminalidade sejam definidas em parceria com a comunidade. Revela a intenção subsumida de impor a filosofia de polícia comunitária através da criação de uma lei específica. Como se essa lei fosse indispensável ao desempenho desse modelo de trabalho. O que empresta de fato autoridade aos policiais para exercerem a filosofia de Polícia Comunitária, indelevelmente, é a sua legitimação pela sociedade e a disposição consciente do servidor. Assim, este artigo tem como objeto de análise a filosofia da Polícia Comunitária em Mato Grosso. E pretende saber se do modo como foi concebida pode ser caracterizado como uma Polícia Comunitária capaz de enfrentar o fenômeno da violência e da criminalidade com relativa desenvoltura e efetividade.

As decisões e mudanças acrescentadas ao projeto de Polícia Comunitária partem do governo e dos órgãos governamentais, todas direcionadas à instituição Polícia Militar. Não se percebe a participação efetiva da sociedade nessas decisões, embora haja sustentação de que o projeto seja bidirecional. Encontramos ecos e elos nos ensinamentos de Oakeshott (1991) à implantação do projeto de Polícia Comunitária em Cuiabá-MT, que foi decidido pelos racionais – gestores públicos, em nome do Estado.

Não trazemos à discussão se esse foi o melhor caminho a ser seguido ou se havia outra possibilidade de se implantar o projeto em Cuiabá, mas a maneira de como se deu a implantação do projeto – que partiu de uma decisão singular e técnica, verticalizada, e racionalista *oakeshottiana* praticada pelo Estado (ou em nome dele). E fica a indagação: A sociedade cuiabana, há época, reunia condições para assumir importante papel ?

Decorridos quase 18 anos do início do projeto de Polícia Comunitária em Mato Grosso (considerando a data da pesquisa 2018), percebemos algumas mudanças significativas no projeto. Porém, o projeto ainda está às mãos da instituição Polícia Militar de Mato Grosso – do Estado, que o trouxe para dentro de sua estrutura e nunca o abandonou. As demais instituições

da pasta da segurança pública tiveram participações tímidas, limitadas e pontuais.

A sociedade cuiabana pouco tem participado, salvo os integrantes dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública que tem suas dificuldades de participação e exercício de liderança diante das comunidades que representam – justificadas pelo desinteresse da sociedade de conhecer, entender e participar do projeto de Polícia Comunitária por não haver suficientemente os pré-requisitos balizados no capital social como civismo e associativismo.

O modelo implantado em Mato Grosso, muito embora teve seus avanços, se apresentou mais como um mecanismo de controle, de descentralização simples da estrutura da Polícia Militar – que serviu para melhorar o “tempo-resposta” às solicitações da sociedade ao serviço 190 e promoveu a aproximação entre os polos: Estado e Sociedade. Os resultados foram precipitados, não esperaram o mínimo de tempo possível para essa mensuração – não conseguiram desvencilhar das cobranças severas quanto aos índices criminais e isso tem sido um grande equívoco - um modelo de mecanismo de controle social, de vigilância panóptica.

A Polícia Comunitária em Mato Grosso foi vista como uma solução para todos os problemas urgentes de segurança pública. Acreditou-se que a importação da experiência traria a *bula de remédio*² para todos os males e problemas envolvidos à insegurança pública e despreparo do Estado em prover segurança pública de qualidade aos cidadãos, Castro (2013).

Segundo Marcineiro (2005) O policiamento comunitário implantado no Brasil na década de 1990, desenvolveu-se originalmente nos Estados Unidos, no Canadá e outros países democráticos, principalmente os de língua inglesa, nas décadas de 1970 e 1980. Fez surgir a ideia de ser o policiamento comunitário um mecanismo para se resolver todos os problemas da segurança pública. Nos Estados Unidos – em determinado período – entendeu-se que a Polícia Comunitária além da reaproximação da polícia ao cidadão, seria uma estratégia para superar uma crise na polícia, reduzir o aumento da criminalidade, exercer o controle social, diante da ausência de meio eficiente na prevenção do crime. Isso foi posto em discussão e em prática na implantação do projeto, Skolnick e Bayley (2002).

Algumas características do policiamento comunitário essenciais devem estar desde à sua implantação e consolidação: 1) *Relação de confiança* – só há efetivação em locais onde há uma relação de proximidade e confiança recíproca entre polícia e população; 2) *descentralização da atividade policial* – implica na necessidade de autonomia ao policial que está junto à comunidade para algumas iniciativas; 3) *Atenção e ênfase nos*

² Expressão utilizada por Clarindo Alves de Castro para tecer crítica aos caminhos seguidos à implantação do projeto de polícia comunitária em Mato Grosso, em seu artigo sobre polícia comunitária. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigopoliciacomunitaria.pdf>.

conflitos existentes - embora não seja constituído como ação delitiva, que caracteriza a ação proativa; 4) *ação integrada entre diferentes órgãos junto com a sociedade* – não se pode esperar que somente a ação policial seja suficiente.

É necessário preparar o terreno para adotar uma solução certa e implantar o projeto de Polícia Comunitária – uma semente quando plantada em terra boa, certamente germinará, se tornará uma árvore e irá gerar frutos. Mas aquela semente que não foi plantada em terra boa, pode até germinar, mas isso levará muito tempo. Se é um projeto que tem sustentação na parceria entre Estado e Sociedade, como pode um parceiro ter participação tímida ou quase nada? E como a sociedade participaria se não tivesse as pré-condições (capital social como civismo e associativismo) requisitos indispensáveis ao projeto?

Talvez, por esses motivos, adotou-se as medidas políticas da atitude intelectual do racionalista na implantação do projeto de Polícia Comunitária, algo que é facilmente observável no mundo moderno pela uniformização, centralização, a intolerância e a hostilidade contra todos os modos de vida descentralizados, Oakeshott (1991). O racionalista não considera as particularidades existentes, pois sua razão técnica está em sobreposição.

À instituição Polícia Militar e seus integrantes coube incorporar ao projeto, abraçá-lo, promover mudanças internas – transição rápida de uma polícia de controle para uma polícia comunitária – e tentar trazer a sociedade para dentro do projeto. Tarefa difícil que requer tempo para essa adaptação – mesmo sabendo da dificuldade de adotar uma outra filosofia de trabalho e outra cultura organizacional.

3 A SOCIEDADE CUIABANA E A POLÍCIA COMUNITÁRIA

O conceito de sociedade no Brasil durante a colonização é também marcado pelo isolamento social devido à ausência de vassalagem que exigiam prestações de serviços e para a realização e manutenção desses serviços eram empregados algumas atitudes disciplinares. Essa sociedade brasileira caracterizada pela ausência de instituições intermediárias, faz brotar o elemento familístico como componente principal – daí o drama específico dessa forma societária que pode ser escrito a partir de categorias psicológicas apontadas para as relações sociais primárias, Freyre (1957).

A sociedade brasileira se caracterizava por um *familismo*, em que se criava um sistema de comprometimentos e rivalidades. Essa característica da sociedade brasileira assemelha ao que Putnam (2000) chamou de *familismo amoral* em sua pesquisa na Itália, como explicação ao baixo capital social de uma sociedade por convergir esforços aos interesses individuais ou de grupos, em corrente contrária aos coletivos.

Em Mato Grosso acreditamos que a característica da sociedade local, a grosso modo, não seja distinta da brasileira, embora não encontramos

estudos específicos que abordasse essa temática e assunto. Daí nossa pesquisa pode ousar contribuir para outra pesquisa futura que aborde o assunto com maior profundidade. Nossa justificativa de utilizar de parte da pesquisa de Putnam (2000) é para tentar levantar essas características, permitindo diálogos com os demais autores que cedem seus conceitos na pesquisa.

A sociedade cuiabana não participou efetivamente da implantação da Polícia Comunitária em Mato Grosso e não encontramos estudos que indique se a sociedade cuiabana reunia condições para participar do projeto, se de fato efetivamente participou, se possuía base cívica suficiente para participar e, se priorizava os interesses coletivos e gregários aos interesses individuais - junção crucial do capital social à ideia de Polícia Comunitária, sob pena de descalibrar a balança da relação tensional entre Estado e Sociedade.

De fato, havia o interesse do governo do Estado em investir em segurança pública focando na Polícia Comunitária, pois havia um Plano Nacional de Segurança Pública recheado de outros investimentos aos Estados que exigia sua adesão ao plano com promessas de destinação de recursos para a segurança pública. O país passava por uma forte ascensão da violência e criminalidade, e os órgãos de segurança pública junto com os governos eram cobrados por medidas de contenção e enfrentamento. A sociedade questionava a maneira de atuar das polícias militares que se estruturavam administrativa e operacionalmente nos moldes do exército e se distanciava da população. Foi um momento propício para uma tentativa, e ela foi célere.

Em Mato Grosso todos os problemas citados em nível nacional aqui também ocorriam, e o projeto de Polícia Comunitária trouxe consigo uma esperança de se resolver tudo: o desgaste dos governos, o desgaste das forças de segurança, a escalada da violência e criminalidade, e a insatisfação e insegurança da população – o projeto caiu como uma luva! Era a oportunidade de se ter no bairro ou região a presença física de uma estrutura (unidade) da Polícia Militar com redução dos delitos e redução do tempo de espera ao atendimento pela Polícia Militar. Sem falar no viés político que o projeto trouxe, pois surgiu uma corrida de representantes de partidos políticos que junto com lideranças comunitárias “correram” para assegurar em seu bairro ou região a instalação de Companhia de Polícia Comunitária.

Para a Polícia Militar foi a grande oportunidade de alternar seu *modus operandi*, se aproximar do cidadão, participar do seu dia-a-dia e dividir com a comunidade local a discussão ao encontro das soluções dos problemas locais. Para a sociedade foi uma grande oportunidade, porém, esta poderia não estar preparada para receber o projeto e efetivamente inserir-se nele, por sopesar seus interesses individuais aos coletivos – e a participação cívica e associativista não estiveram como prioridades para se implantar essas unidades do projeto de Polícia Comunitária.

4 O CAPITAL SOCIAL, A BASE CÍVICA E A POLÍCIA COMUNITÁRIA

Importante destacar que o projeto de Polícia Comunitária exige mudança atitudinal de integrantes dos dois polos sociais envolvidos à seara, e aos cidadãos prescinde as pré-condições suficientes em que o capital social, como civismo e associativismo, possam existir em grau que permitem a presença de confiança, participação coletiva, interação comunitária, prática associativista, perspectiva gregária, participação cívica, caminhando à sobreposição dos interesses coletivos aos individuais.

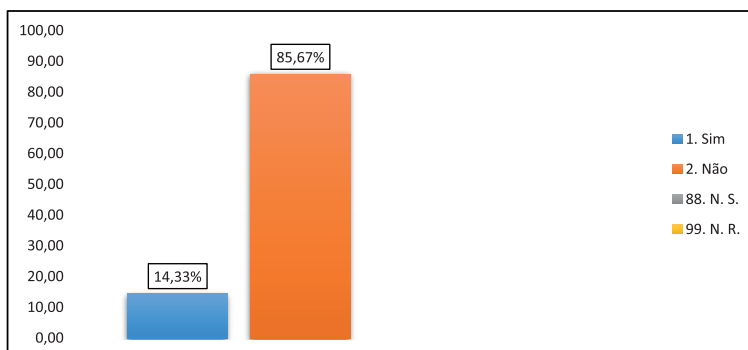
O capital social para Putnam (2000) é um conjunto de recursos adquiridos pelo grupo, foca no coletivo, enquanto Bourdieu (1998) o capital social é fruto das relações sociais e se foca na capacidade de o indivíduo contribuir e utilizar esses recursos disponíveis. O capital social parte de uma perspectiva de recursos dos quais dispõe um grupo de indivíduos, representados por aspectos específicos da estrutura social que os auxiliam a atingir objetivos e interesses, pode atingir o individual e o coletivo.

Essas pré-condições convergem para uma comunidade com característica de participação coletiva forte, com forte presença de impulsos revestidos de ideais democráticos e cidadãos, ambiente extremamente propício e exigido para a implantação do projeto de Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é uma conquista da sociedade, deve brotar no seio da sociedade. E não como uma imposição verticalizada do Estado.

O capital social exigido na Polícia Comunitária deve estar ligado às relações sociais, relações de confiança mútua e participação na vida cotidiana da comunidade, que quanto mais relacionamento e interações houver, maior o acúmulo de capital social – melhor para a sustentação do projeto. O capital social possibilita ao cidadão entender que há a necessidade de agir coletivamente, os objetivos se convergem de maneira coletiva e comunitária, que se sobrepõem à necessidade individual.

O capital social é uma condição necessária para a manutenção da democracia e consideramos que a segurança pública nos dias atuais – em especial o projeto de Polícia Comunitária – esteja inserido nesse contexto. A Polícia Comunitária (TROJANOWICZ, 1999), se sustenta na relação e interação entre sociedade e Estado – representado pelas polícias, logo, ela não pode ser vista como uma atividade de interesse apenas policial. Ela depende dessa participação da sociedade civil para atingir seus objetivos de maneira plena, e ser considerada atividade democrática. Na Polícia Comunitária, quanto mais houver relações entre os polos – Estado e Sociedade - maior é a possibilidade de promoção da segurança pública e efetivação da cidadania, que juntos e unidos, tentarão buscar solução aos conflitos gerados, pacificamente.

Figura 1 – Participação em associação cultural ou esportiva no seu bairro e/ou cidade

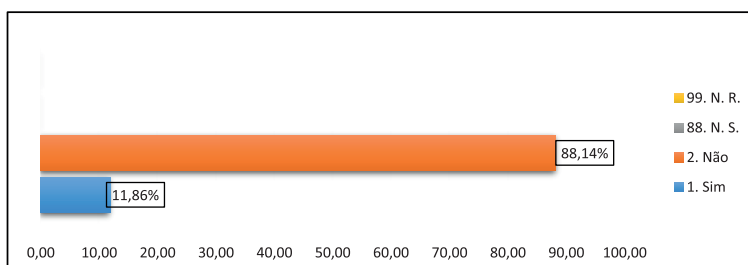


Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Na pesquisa de *survey* com a sociedade cuiabana, em umas das perguntas: Participa de alguma associação esportiva ou cultural em seu bairro e/ou cidade? Tivemos o surpreendente 85,67% de respostas “Não” – demonstrando que o hábito de agir coletivamente e em prol do interesse coletivo não é comum – prevalece a defesa do interesse individual.

Para Putnam (2000) a participação do cidadão em associações sociais, culturais e esportivas corrobora à participação cívica e auxilia na tentativa de mensuração de cultura cívica de uma comunidade. Em nosso estudo, além de mensurar a participação do cidadão nas associações esportivas e culturais – que podem definir e corroborar ao associativismo – procuramos mensuramos a frequência dessa participação, com objetivo de corroborar à mensuração e análise. Como ter sucesso o projeto que exige participação da sociedade e intensa interação com as forças de segurança se o cidadão não tem por hábito a participação em associação social, cultural e esportiva?

Figura 2 – Participação em reuniões comunitárias com os policiais militares



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

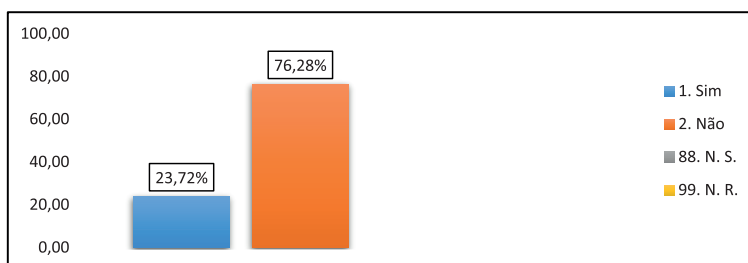
Outro indicador utilizado foi a participação comunitária, representados pela questão relacionada à participação do cidadão às reuniões comunitárias que são comuns na Polícia Comunitária, e que possibilita estreitar cada vez a relação entre as forças de segurança e o cidadão (Estado e Sociedade) – alinhavando ao conceito de associativismo e civismo.

A reunião comunitária é uma das ferramentas utilizadas pelo projeto para se estabelecer esse processo de interação entre Estado (na pesquisa Polícia Militar) e Sociedade, e essa participação do cidadão se dá de maneira voluntária no projeto de Polícia Comunitária.

Os dados coletados nos mostram que a participação do cidadão nessas reuniões é baixa e quase inexistente - pouco mais de 10% se interessam em participar dessas reuniões.

Esses dados reforçam a tendência de Nascimento (2012), Fernandes (1968) e Souza (2003) de que o capital social no Brasil é baixo e é coerente pensar que sem sociedade civil organizada, sem cultura cívica, sem base cívica não há confiança nem relações isonômicas horizontais de decisão, e para nós não há Polícia Comunitária. Esse terreno fértil (sociedade participativa) condiciona o funcionamento das instituições (PUTNAM, 2000) que enfatiza as pré-condições e pré-requisitos da comunidade cívica, condicionando a base cívica necessária à sociedade.

Figura 3 – Você conhece o projeto de Polícia Comunitária aqui do bairro?



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Perguntamos aos entrevistados se conhecem o projeto de Polícia Comunitária que foi implantado em seu bairro/região há pouco mais de 18 anos, e 76,28% disseram que “Não conhecem”. Reflexo do desinteresse da sociedade cuiabana ao projeto de Polícia Comunitária ou por ter conceito do projeto distinto do verdadeiro ou por não se interessar por projetos de interação coletiva que valorizam os interesses coletivos, e por priorizar os interesses individuais - reforça nossa hipótese de que não há na comunidade cuiabana os pré-requisitos (capital social como civismo e associativismo) necessários à efetividade do projeto de Polícia Comunitária, considerando o seu paradigma. Como pode uma sociedade contemporânea, ter um projeto

de interação comunitária com o Estado em seu bairro e região, e a maioria sequer conhece-lo?

Essa relação se constrói partindo de uma base cívica, possibilitando aos cidadãos, quem quer que seja – líderes comunitários ou cidadãos comuns – condições de participar do processo de interação proposto por projetos similares, estimulando o acúmulo de capital social coletivo. O conceito de segurança pública, em não raras vezes, se apresenta de modo diverso para a sociedade, sob vários conceitos e definições que em muitas das vezes apontam indiretamente que o clamor individual se sobrepõe ao coletivo.

A participação do cidadão no processo de aproximação com a Polícia Militar ocorre em função de algum conflito existente ou prestes a eclodir e que está afetando ou prestes a afetar o direito ou a tranquilidade individual de alguém – motivo pelo qual têm acionado o aparato de segurança pública – em especial à Polícia Militar. Os motivos desse chamamento predominam por situações pontuais e quem aciona, quer uma decisão imediata – para uma célere resolução momentânea de um conflito, em que à instituição policial é cobrado o tempo-resposta a cada chamada. O projeto de Polícia Comunitária preconiza por uma relação mais intensa, duradoura e voluntária, com objetivos de encontrar soluções, ao final, para os possíveis conflitos ou dissabores que ocorrem ou ocorrerão em caráter coletivo, gregário, comunitário.

Dá a importância do acúmulo de capital social como civismo, associativismo como pré-requisito para que o projeto encontre terreno favorável à sua implantação, sustentação e consolidação. Esse capital social permite ao cidadão participar do projeto de maneira efetiva, possibilitando tratar dos conflitos de maneira democrática, e a essa condição – tento chamar de base cívica. Putnam (2000) apontou que na contramão desse pensamento está o *familismo amorar* que consiste basicamente no oposto da base cívica, em que se maximiza a vantagem material e imediata da família nuclear, supondo que todos os outros agirão assim também, clara demonstração de que os interesses individuais se sobrepõem aos interesses coletivos. Quando poderia entender que o interesse próprio deve ser definido no contexto das necessidades coletivas, por sua necessidade e sensibilidade.

Marcineiro (2005) que vê no projeto de Polícia Comunitária uma cobrança demasiada em relação aos seus resultados, pois não é possível de uma hora para outra a Polícia Militar abandonar uma base doutrinária e uma cultura organizacional, cujos parâmetros serviram de referencial de conduta por longo tempo, e ter que adotar uma outra filosofia de trabalho, assim bruscamente – embora a Polícia Militar tenha se esforçado e alcançado resultados interessantes, todavia, o projeto precisa do parceiro-sociedade.

Com base nos dados coletados, interpretados e analisados, temos que o projeto de Polícia Comunitária implantado em Cuiabá-MT no final da década de 1990, pelas razões de sua implantação e pela atual situação (2018), se apresenta mais como um mecanismo estatal de resolução de problemas locais a serviço do cidadão. Ou seja, como uma estrutura da Polícia

Militar descentralizada, mais próxima da comunidade e capaz de oferecer um atendimento em menor fração de tempo ao chamado de cada cidadão, com participação tímida de alguns cidadãos, porém não deixou de priorizar a atuação pelo modelo tradicional que evidencia aos índices criminais. Noutras palavras – se apresenta como uma polícia de resolução de problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese foi testada e comprovada - a organização dos dados nos confirmam de que na sociedade cuiabana não há os pré-requisitos necessários à implantação do projeto de Polícia Comunitária. Reforçamos que o grau de adequação entre os pré-requisitos do modelo de Polícia Comunitária e o grau de civismo da população cuiabana é baixo e insuficiente para que o projeto se firme e deslanche, devido à insuficiência de capital social existente.

O acúmulo de capital social – civismo e associativismo - da sociedade cuiabana é baixo e os pré-requisitos encontrados não são suficientes para se consolidar e alcançar resultados satisfatórios pelo projeto, pois, entendemos que esses fatores levam tempo para se consolidar na sociedade.

A implantação do projeto de Polícia Comunitária seguiu o fluxo de uma prática verticalizada e racional, ao olhar de Oakeshott (1991) pelas razões já aclaradas - o projeto de Polícia Comunitária teorizado por Trojanowicz (1999) que foi implantado nos Estados Unidos, Inglaterra e Japão não encontrou terreno fértil em Cuiabá-MT. Foi uma medida adotada pelo governo do Estado, que coube à Polícia Militar adotá-la – uma tentativa de frear as crescentes taxas de violência e criminalidade que assolava a sociedade – como uma bula de remédio.

O projeto de Polícia Comunitária, que ocorre em alguns países, nasce e se consolida no seio da sociedade, é um projeto da sociedade e não do governo. Essa sociedade com acúmulo de capital social suficiente e com base cívica forte, exige do Estado sua inserção ao projeto e interação participativa. Não é o Estado que por decretos e decisões verticalizadas que impõe um projeto de cima a baixo. Este projeto deve surgir naturalmente na sociedade, deve brotar e aprimorar-se de um processo de interação social entre Estado e Sociedade – forças policiais e cidadãos - com objetivo de reduzir ao máximo essa tensão existente entre esses polos e solucionar os conflitos sociais existentes ou tentar conjuntamente solucioná-los.

À Polícia Comunitária foi uma oportunidade de aproximação da Polícia Militar e a sociedade cuiabana, inicialmente com o propósito de redução das taxas de crimes e violência que geravam uma crise na instituição e incomodava o governo do Estado, além de causar insegurança pública no seio da sociedade. O projeto se caracterizou mais como uma ferramenta disponível a resolver problemas gerados pela incidência de registros criminais e, aos poucos oportunizou - aos polos Estado e Sociedade – criar nexos com o objetivo de se interagirem para juntos buscarem a solução dos conflitos em

cada comunidade contemplada.

Teve seus momentos de êxtase e avanços, não se pode dizer que foi um projeto em vão. Porém, o parceiro-sociedade não estava em condições de participar por não ter os pré-requisitos necessários à Polícia Comunitária. A sociedade quer interagir e participar, mas para adquirir essas condições leva-se anos, por tratar de comportamentos, condutos e atitudes. Acreditamos que os Conselhos Comunitários de Segurança Pública - uma realidade vantajosa ao projeto de Polícia Comunitária - carecem de apoio, incentivo e assessoria para entender seu papel e melhor desenvolvê-lo e aos poucos instigarem e incutirem no cidadão sua inserção ao projeto e aos poucos trazer a Polícia Comunitária em suas mãos.

O projeto de Polícia Comunitária traz como referência sociológica a influência do capital social como civismo e associativismo sobre o desempenho social e institucional – uma abordagem bidirecional. O modelo de Polícia Comunitária, por seu conceito, é uma consequência do civismo pré-existente na sociedade, e não se assemelha a um projeto de civismo que não exista nela. A Polícia Comunitária em Mato Grosso é uma tremenda força, que vem da Comunidade! O policiamento comunitário é uma atividade exclusiva das forças de segurança pública que somente pode ser praticado pelo cidadão, pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O capital social – notas provisórias**. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes. 1998.

CASTRO, Clarindo Alves de. **Educação para Líderes Comunitários: reprodução ideológica ou democratização das políticas públicas da segurança pública.**, Dissertação de Mestrado em Educação defendida na Universidade Federal de Mato Grosso. ano 2013.

COSTA, Júlio Cezar. **Polícia Interativa: democratização e universalização da segurança pública**. Monografia apresentada no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e na Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Espírito Santo – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Vitória – ES. 1998.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro : Zahar, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da Prisão**. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987, 288p. Do original em francês: Surveiller et punir. 30ª ed. Vozes Petrópolis, 2005.

FREYRE, Gilberto. (1957) **Casa-grande e senzala** Lisboa, Livros do Brasil, (1957).

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma**

corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil – Laurentino Gomes. – São Paulo : Editora Planeta do Brasil, 2007.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: Construindo Segurança nas Comunidades**. Florianópolis: Insular, 2005.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. **Sociedade civil, capital social e democracia no Brasil**. Pensamento Plural. Pelotas [10] : p. 119 – 154. Janeiro/Junho, 2012.

OAKESHOTT, Michael. **Rationalism in Politics and Other Essays** (em inglês) Liberty Press [S.l.] p. 96-168. ISBN 0865970955. (1991). Consultado em 12 de Maio de 2016.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária** – Sistema KOBAN. Polícia Militar do Estado de São Paulo – São Paulo, 2010.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV Editora, 2000.

RUDNICKI, Dani. **A polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito. Violência e cidadania: práticas sociais e compromissos sociais** / organizado por Jose Vicente Tavares dos Santos, Alex Niche Teixeira e Mauricio Russo, - Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SKOLNICK, J.H.; BAYLEY, D.H. **Policiamento Comunitário**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SOUZA, Jesse de. **A Construção Social da Subcidadania: Para Uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América : leis e costumes : de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático / Alexis de Tocqueville**; Tradução Eduardo Brandão ; prefácio, bibliografia e cronologia François Furet. – 3ª ed. - São Paulo : Martins Fontes - selo Martins, 2014. – (Paideia).

TROJANOWICZ, Robert. **Policiamento Comunitário: como começar**. Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky - Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. Segunda edição reeditada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

COMMUNITY POLICE IN MATO GROSSO: TENSION BETWEEN STATE AND SOCIETY

ABSTRACT – The tension between State and society has been a constant throughout history, governments have sought to get closer to society, which is

increasingly demanding. Community Police is one of those attempts. The study analyzes the implementation of the Community Police project in Cuiabá, seeks to identify the participation of society and whether there are the necessary pre-conditions for the implementation of the project – under Michael Oakeshott's criticism of constructivist rationalism. The problem is to know the degree of adequacy between the prerequisites of the Community Police and the degree of civic spirit (social capital) of Cuiabana society. The hypothesis is that in Cuiaban society there is no civic prerequisite for the project's effectiveness. We use the concepts of Community Police by Robert Trojanowicz, panoptic surveillance by Michel Foucault, social capital by Robert Putnam and Alex de Tocqueville (such as civics and associations). The research method is the quali-quantitative, with the abductive research strategy. The cutout are community leaders; the population of the neighborhoods that have the project implemented and the public managers – we used the focus group, survey and the semi-structured interview, respectively. The results show us that in Cuiaban society there is not enough social capital for the effectiveness of the Community Police project and that this is similar to a policing model of quick problem solving.

KEYWORDS: Community police, social capital, civics, cuiaban society.

EMERGENCIALISMO E AUTORITARISMO: UM BREVE ENSAIO SOCIOLÓGICO SOBRE A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

João Vitor Gomes Pinto

lattes.cnpq.br/3866879322451437

Faculdade Venda Nova do Imigrante

Déborah Dáfne Farias Bigue

lattes.cnpq.br/5361735609358292

Faculdade Venda Nova do Imigrante

RESUMO - O presente trabalho procura compreender a fase investigativa. Partindo-se da noção de sociedade do risco e emergência penal, busca-se construir uma análise e entendimento de que a fase investigativa pode, por vezes, na prática, ser um mero procedimento inquisitorial no qual o investigado é objeto da ação estatal, e não sujeito de direitos. Buscar-se-á explicar e categorizar o direito penal aplicado. Para isso este ensaio utilizará das lições de campo bourdieusiano, discursando com a compreensão sociológica jurídica que categoriza esse fenômeno em tipos ideais trazida por Selznick e Nonet, juntamente com a concepção harbermasiana de discurso punitivo.

PALAVRAS CHAVE: Investigação criminal, Emergencialismo, Sociologia do Direito.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se de reflexões sobre os acontecimentos políticos- criminais vivenciados após os ataques terroristas ocorridos no dia 11 de setembro de 2001, de repercussão mundial, ocorrido nos Estados Unidos da América. A partir desse momento, a *sociedade do risco* (BECK, 1998) voltou sua atenção para um tipo de controle social particularizado pelo *encarceramento em massa* (BAUMAN, 1999, p. 123) e cuja implementação passa pelas restrições de direitos fundamentais.

As políticas criminais contemporâneas são caracterizadas pelo *populismo punitivo* (SANCHEZ: 2009 p. 19), o que implica uma maior restrição às liberdades individuais. Nesse sentido, pode-se dizer que algumas das proposições do *Direito Processual Penal do Inimigo* – um direito que trata alguns como cidadãos e outros, alijados, como inimigos do Estado- vem sendo implantadas e executadas com maior intensidade após os ataques terroristas. O indivíduo não é concebido pela sua individualidade, mas, sim, pelas *forças pré-sociais* (GIDDENS apud DURKHEIM: 1989 P. 162). Sobre tudo na fase

investigativa, como é o caso da coação para a obtenção de provas, medidas de vigilância e de interceptações, emprego de agentes ocultos e investigações secretas (JAKOBS: 2009 p. 16-17)

O uso de técnicas de investigação criminal vem sendo debatido sob a ótica da efetividade dos meios de obtenção de provas (PEREIRA, 2009), não sendo objeto de análise a legitimidade procedimental da intervenção penal ou mesmo qual o critério objetivo para aferi-la, num verdadeiro *emergencialismo*, desprezando-se a importância do processo na construção de provimentos estatais e as atuações em áreas que não o braço penal do Estado. Uma inflação do Direito Penal. Um aumento de leis, mas há efetividade?

Para Fauzi Hassan Choukr (1995), *emergencialismo penal* refere-se à desestruturação de um determinado padrão jurídico, uma situação de urgência, onde o padrão encontra-se abalado. Tal acepção remete a construção de Durkheimiana sobre o estado de *anomia*. (DURKHEIM 1989). Tal construção expressa a ideia da perda de efetividade ou o desmoronamento das normas e dos valores vigentes em uma sociedade. Uma característica marcante da *sociedade do risco* com seu rápido e acelerado desenvolvimento econômico, profundas alterações sociais que debilitam a consciência coletiva, entendida como uma espécie de poder regulador necessário que serve de moderador aos ilimitados apetites e expectativas individuais. (BECK, 1998).

Resumidamente, emergencialismo penal está vinculado à ideia de *crise*, colocando em xeque os padrões normais de comportamento e a consequente possibilidade de manutenção das estruturas (CHOUKR: 2002 p. 01). Analisamos que nossos legisladores têm cada vez mais inchando o Direito Penal com novas leis no sentido de eficiência investigativa.

Como o Estado, através do Direito, nesse contexto exposto, tem mobilizado força em direção a um tipo de controle particularizado? Para responder a este questionamento, o presente trabalho se valerá da noção de *campo jurídico*, dentro da teoria trazida por Pierre Bourdieu (1989) segundo o qual, o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de *dizer o direito*, no qual se defrontam agentes investidos de competência – ao mesmo tempo – social e técnica, isto é, na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre e autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social (BOURDIEU: p. 216, 1989)

Ocorre que, atualmente, tem se legitimado essa tratativa penal mais agressiva. Não se olvidando de trazer à baila as lições de Jurgen Habermas (1990) sobre a legitimação desse Direito:

Segundo Habermas, legitimação segundo um procedimento não significa o recurso às condições formais de justificação das normas jurídicas, mas quer dizer a observância de procedimentos da gênese à aplicação do Direito, ou seja, da etapa de sua criação legislativa até a sua interpretação e aplicabilidade

jurisdicional. Assim, a legalidade significa a concordância ao juridicamente vigente e ao que é estatuído de fato como Direito (MOREIRA: 2004 p.3)

A hipótese do trabalho é a de que o discurso punitivo do campo jurídico tem se legitimado sob uma ótica autoritária. Urge, portanto, fazer uma leitura dentro da Sociologia do Direito, no que será primordial a contribuição de Selznick e Nonet, encaminhando a análise, a respeito da investigação criminal. Antes, porém, torna-se necessário precisar algumas noções do campo jurídico a fim de estabelecer as premissas que nortearão esse ensaio.

2 O CAMPO JURÍDICO E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Elucidativo, quanto ao emaranhado de poder Estatal que atua na investigação criminal, são os conceitos (WACQUANT apud BOURDIEU, 2015) de *campo*, desenvolvida por Pierre Bourdieu, para repensar o Estado como a agência que monopoliza o uso legítimo da *violência simbólica* e que molda o espaço e as estratégias sociais.

O capital jurídico é a forma de codificação de *capital simbólico*, que capacita o Estado a monopolizar a definição oficial de identidades, a promulgação de padrões de condutas e a administração da justiça (BOURDIEU: 1994 p. 4). Observamos, no caso específico brasileiro, é a mobilização de um controle social, por meio desse *capital*, a partir de um Direito penal de ramificação inquisitiva e autoritária.

O Código de Processo Penal brasileiro (CPP) vigente surgiu em um contexto político ditatorial e assumiu, expressamente, o objetivo de imprimir a “*maior eficiência e energia da ação repressiva do Estado*”, afirmando, ainda, que o exercício da defesa seria meros “*favores*” concedidos pelo Estado (BRASIL, 2020b, p. 355)

Evidentemente que isso contribuiu para que o CPP concebesse a investigação criminal de forma autoritária, por vezes declarando o valor de não- pessoas, de modo a estreitar direitos e garantias fundamentais; relegando o investigado a *objeto* da investigação:

O inquérito policial tem natureza inquisitiva. Nele não se observa o contraditório. No inquérito policial o indiciado não é um sujeito de direitos e, sim, um objeto de investigação. Ao autor da infração penal não se permite qualquer ingerência na colheita desta ou daquela prova. A condução do inquérito, com a determinação das diligências, constitui ato discricionário da autoridade policial. (MUCCIO; 2006, p. 25)

Ora, dizer que existem “*não-pessoas*” ou que o indivíduo é “*objeto*” da investigação dá no mesmo, pois em ambos os casos não se reconhece a *dignidade* da pessoa humana; excluem-se direitos e garantias fundamentais daqueles que, arbitrariamente, são considerados inimigos. Admitir essa proposição é desconhecer a história nazista na qual os “*não-pessoas*” eram

encaminhados para campos de extermínio, como *Auschwitz*; ou internados em campos de concentração onde eram obrigados a trabalhar em condições desumanas até a morte, como *Dachau* (CONDE, 2008, p. 72).

Diante dessas constatações, de um Direito autoritário, das forças do campo jurídico que legitimam tais práticas, buscar-se-á a tipificação dentro de uma metodologia evolucionista do Direito, que o contem uma sociologia do Direito que identifica no *fenômeno jurídico três tipos ideais* (MACHADO, RIBEIRO: 2013 p. 3), qual categorizaremos a investigação criminal atual.

3 QUAL DIREITO SE PRATICA?

Após analisarmos o discurso do campo jurídico e sua legitimidade, dentro do contexto da modernidade, e como sociedade do risco, temos arcabouço para aplicar a teoria evolucionista do Direito trazida por Philippe Nonet e Philip Selznick (MACHADO, RIBEIRO: 2013 p. 4) “cristalizado na obra *Direito e Sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo*”. Exprime uma noção de evolução do Direito pois nos permite visualizar, paulatinamente, a abertura para demandas do cidadão em detrimento do controle do Estado: i) Um direito repressivo típico de ordens políticas ainda em consolidação, marcados por uma fusão entre o direito e política; II) Um direito autônomo marcado pela liberalidade III) Um direito responsivo, marcado pela negociação entre Estado e cidadãos para a criação de normas jurídicas e mecanismos alternativos que não o direito para a solução de controvérsias. Sucintamente sintetizada no quadro estruturado organizado por Machado e Ribeiro ((MACHADO, RIBEIRO: 2013 p. 3) a seguir:

Figura 1 – Tabela Direito Evolucionista

	Direito repressivo	Direito autônomo	Direito responsivo
Finalidade do direito	Ordem	Legitimação	Competência (capacidade de resolver problemas)
Legitimidade	Segurança social e razão de Estado	Procedimentos equânimes	Justiça substantiva
Sistema normativo	Pouco elaborado, ainda que detalhado; pouco capaz de sujeitar governantes	Elaborado, obrigando a sujeição tanto de governantes quanto de governados	Subordinado a princípios e a políticas institucionalizadas
Racionalidade jurídica	Casística e particularista	Forte aderência à autoridade legal; vulnerável ao formalismo e legalismo	Orientada a fins; ampliação da competência cognitiva
Discrecionalidade	Difusa, oportunista	Restrita à interpretação das normas; baixa delegação	Ampla, mas subordinada à justificação dos fins
Coerção	Extensiva, com poucos limites	Controlada por limites legais	Busca de alternativas baseadas em incentivos pedagógicos
Moralidade	Moralidade comunal; legalismo moral; “moral de coação”	Moralidade institucional; preocupada com a eticidade do processo legal	Moralidade civil; “moral de cooperação”

Fonte: NONET, Philippe. SELZNICK, Philip, 2010

Dessa forma, observarmos que o campo jurídico, analisado aqui, sobretudo quanto ao aspecto de investigação criminal, nesse contexto de crise emergência penal que vivenciamos, enquadra-se num Direito autônomo, com alguns vestígios do Direito repressivo. Isso custa dizer que é um discurso jurídico de estrita obediência às regras do poder legislativo, insensível as demandas da sociedade, remediando-as por meio do controle penal, ocasionando um insulamento. O ideal seria que obtivéssemos um direito responsivo: aberto as demandas sociais. Que outras demandas, como o que se convencionou chamar de *mão esquerda do Estado* – saúde, educação, assistência social, cultura (WACQUANT apud BOURDIEU, 2015) fosse mais incrementado, a despeito da liberalidade que propõe a *mão Direita* - com o controle pelas agências estatais. Por consequência, no *microssistema processual penal* não há uma fase na qual a pessoa é desconsiderada como sujeito de direitos ou tratada como fonte de perigo, como quer fazer Jakobs (2009, p. 105) mais um motivo pelo qual o ordenamento jurídico deve assegurar direitos e garantias fundamentais, condizentes com o Direito responsivo.

4 CONCLUSÃO

A concepção de campo jurídico em Bourdieu torna-se um importante marco na análise da legitimidade da intervenção punitiva criminal na vida das pessoas, possibilitando questionar, porque os destinatários do provimento estatal, seja na fase investigativa ou na fase jurisdicional, tem tido um tipo autoritário de Direito. Nesse sentido, o discurso da investigação criminal integra um microssistema processual penal, que está carregado, intrinsecamente, de capital jurídico de matriz autoritária.

Tudo isso faz parte de um aspecto intrínseco do Direito autônomo. Privilegia-se a atuação de controle por meio do Direito penal a despeito de outras formas de intervenção na esfera das pessoas.

No Estado Democrático de Direito o investigado tem sido considerado simples objeto da atuação dos órgãos de persecução penal, e a efetividade do poder punitivo seja obtida mediante a flexibilização de direitos e garantias constitucionais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1998.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 59-73.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. **O poder simbólico**, v. 2, 1989.

BRASIL. Código de Processo Penal. **Decreto-Lei n. 3.689/1941**. In: GOMES, Luiz Flávio (Org.). 13ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020b.

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Garantias Constitucionais na Investigação Criminal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

CONDE, Francisco Muñoz. **De nuevo sobre el “Derecho penal del enemigo”**. 2ª ed. ampl. Buenos Aires: Hammurabi, 2008.

DORES, António Pedro et al. Anomia **em Durkheim—entre a sociologia e a psicologia prisionais**. 2004.

GIDDENS, Anthony. Durkheim e a questão do individualismo. In: _____. **Política, sociologia e teoria social**. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Ed. da Unesp, (1996) p. 147-168.

HABERMAS, Jürgen. Uma outra via para sair da filosofia do sujeito. Razão comunicativa vs. razão centrada no sujeito. In: _____. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, p. 411-453

JAKOBS, Günther. **Direito Penal do Inimigo**. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009

MOREIRA, Luiz. **Fundamentação do direito em Habermas**. Mandamentos, 2004.

NEOLIBERAL. **Revista Transgressões**, v. 3, n. 1, p. 5-22, 201.

NONET, Philippe; SELZNICK, Philip. **Direito e Sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

PEREIRA, Flávio Cardoso. **A moderna investigação criminal: infiltrações policiais, entregas controladas e vigiadas, equipes conjuntas de investigação e provas periciais de inteligência**. In: CUNHA, Rogério Sanches; TAQUES, Pedro; GOMES, Luiz Flávio (Coord.). *Limites Constitucionais da Investigação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; MACHADO, Igor Suzano. Repressão, autonomia e responsividade: o direito que se exerce nas delegacias de polícia no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, p. 153-180, 2014.

WACQUANT, L. BOURDIEU, FOUCAULT E O ESTADO PENAL NA ERA NEOLIBERAL. **Revista Transgressões**, v. 3, n. 1, p. 5-22, 27 maio 2015.

EMERGENCIALISM AND AUTHORITARISM: A BRIEF SOCIOLOGICAL ESSAY ON CRIMINAL INVESTIGATION

ABSTRACT - The present work seeks to understand the research stage. From the notion of a society of criminal risks and emergencies, it is intended to build an analysis and understanding that the investigation phase can sometimes be a mere inquisitorial procedure in which the investigated is the object of the State's action, and not the subject of Rights. An attempt was made to explain and categorize the applied criminal law. For this purpose, this essay will use Bourdieu's field lessons, running with a sociological understanding that categorizes this phenomenon in the types of ideas expressed by Selzinck and Nonet, as well as Harbermas's approach to punitive discourse.

KEYWORDS: Criminal Investigation-Emergency-Legal Sociology.

GRAMSCI E MELUCCI: UM DIÁLOGO POSSÍVEL PARA SE PENSAR UMA ANÁLISE DA AÇÃO COLETIVA

Rafaela de Melo Vasconcellos

lattes.cnpq.br/5918757190468053

Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE) Recife,
Pernambuco

Universidad de Buenos Aires (UBA),
Buenos Aires

RESUMO – O presente artigo consiste numa discussão teórica que estabelece um paralelo entre as perspectivas de dois grandes pensadores do campo da ação coletiva e dos movimentos sociais, como são os italianos Antonio Gramsci e Alberto Melucci. A partir de uma breve apresentação de conceitos-chave da obra desses autores, desenvolve-se uma discussão em torno dos aspectos relativos à ação política, aos processos de construção hegemônica e à formação da identidade coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Ação coletiva, movimentos sociais, identidade coletiva, Gramsci, Melucci.

1 SITUANDO O DEBATE SOBRE AÇÃO COLETIVA

No campo das “ações coletivas discordantes”, a tendência a distinguir os conceitos “movimentos

sociais” e “ação coletiva” está intimamente relacionada à identificação do primeiro com uma abordagem que prioriza a estrutura – originalmente vinculada à tradição marxista – e à identificação do segundo com análises que priorizam a ação – atreladas tanto ao Funcionalismo, como ao Interacionismo. No entanto, nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 60, prevalece uma tendência à autocrítica e crítica mútua de tais correntes a fim de superar o dualismo entre agência e estrutura (MUTZENBERG, 2002).

Nesse sentido, na análise dos movimentos sociais, o marxismo proporcionou uma interpretação estrutural para o surgimento do fenômeno e a prerrogativa de que a história das sociedades compreende a história das lutas de classes. Daí ser comum a associação entre movimentos sociais e a tradição do movimento operário, atrelado ao socialismo. Com base em alguns pressupostos básicos da contribuição teórica de Marx – a consciência ser determinada pelo modo de produção da vida material; a concepção de um desenvolvimento histórico linear; e a visão da sociedade como uma totalidade – tais análises trazem a tensão entre uma determinação

econômica e a liberdade política como condição para a emancipação. Contudo, à medida que outras questões e demandas são colocadas no Ocidente, o marxismo dito ocidental configura-se num contexto marcado pela crítica ao economicismo e as análises, a partir da releitura de Marx, se detêm mais nos aspectos culturais e ideológicos. É desse cenário que surgem diferentes contribuições teóricas, como são as de autores como Georg Lukács, Antonio Gramsci, Jürgen Habermas e integrantes da Escola de Frankfurt, entre outros.

Interessado, então, no debate teórico dos pressupostos para a compreensão de um modelo de análise da ação coletiva, o presente artigo pretende destacar alguns elementos do pensamento de Antonio Gramsci, se detendo em aspectos que se articulam com a perspectiva desenvolvida por um dos autores mais influentes no debate da ação coletiva nas sociedades complexas, Alberto Melucci. Assim, a partir de uma breve apresentação de conceitos-chave da obra desses autores, seguiremos numa pequena discussão em torno de três pontos que acreditamos ser fértil para estabelecer um diálogo entre ambos.

2 DAS CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI

Antonio Gramsci desenvolveu, ainda nas primeiras décadas do século passado, uma abordagem original para uma teorização do político. Numa releitura de Marx, voltada para os aspectos culturais e ideológicos, o autor italiano se opôs ao reducionismo economicista e conceituou a hegemonia como uma autoridade política, cultural e social. Exponente de uma teoria não determinista da ideologia, Gramsci não só permitiu um questionamento da concepção naturalista da história, como abriu caminho para o desenvolvimento de um campo pós-marxista (BARRETT, 2010).

Com base na memória de quem participou de lutas sociais em Turim em 1911, militou contra a 1ª Guerra Mundial e presidiu o Partido Comunista Italiano, as reflexões do jovem Gramsci são escritas de forma fragmentada, ao longo de anos numa prisão fascista, o que dificulta, um pouco, a sua leitura. Apesar de levar bastante em consideração o contexto italiano, suas discussões e contribuições transcendem a questão nacional e refletem a revolução e as transformações do capitalismo ocidental. Interessado em pensar o processo de transformação da sociedade de classe, o autor alega que se o feudalismo foi superado, então a sociedade capitalista também poderia.

Segundo Gramsci, o problema das relações entre estrutura e superestrutura dever ser situado com *exatidão* e resolvido, para que se tenha uma análise justa das forças que atuam na história de um dado período, bem como uma definição da relação entre ambas. Nesse sentido, com base em passagens da *Introdução à Crítica da Economia Política* de Marx, o autor italiano destaca dois cânones sobre os quais se deve refletir para se

desenvolver uma série de outros princípios de metodologia histórica:

o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (GRAMSCI, 1978-b: 45).

É justamente nesse ponto, na tensão entre a afirmação da vontade humana e as condições externas a ela, que Gramsci desenvolve conceitos inovadores dentro do marxismo, como “vontade coletiva”, “bloco histórico”, “hegemonia”, “ideologia”, “unidade intelectual e moral”. Elementos importantes, que podem nos dar pistas para se pensar a análise da ação coletiva na contemporaneidade.

2.1 Entendendo o conceito de hegemonia em Gramsci

Marco da abordagem gramsciana, o conceito de hegemonia surge como centro organizador do pensamento de Gramsci sobre a política e a ideologia (BARRETT, 2010). Com base na obra e ação política de Lenin, Gramsci parece ver o conceito leninista de *hegemonia* bastante próximo ao de *ditadura do proletariado* traçado por Marx e Engels. Nas suas palavras,

o proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permitirá mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora, o que significa na Itália, nas relações de classes reais lá existentes, na medida em que ele consiga obter o consentimento das massas camponesas (GRAMSCI, 1987: 139).

No entanto, Gramsci desenvolve sua análise diferenciando *hegemonia* de *ditadura do proletariado*, uma vez que “esta é, ao mesmo tempo, a ‘direção’ e a ‘dominação’ da sociedade, isto é, o controle da sociedade civil e política” (PORTELLI, 1977:62-3).

Na tentativa de evidenciar o vínculo entre o conceito de hegemonia em Lenin e as reflexões de Gramsci¹, Portelli (1977) é cauteloso ao destacar quatro aspectos fundamentais nas duas perspectivas: 1) *Base de classe da hegemonia*: enquanto Lenin frisa o caráter de classe da direção política e ideológica, a ponto de afirmar que todas as formas de governo transitórias no capitalismo são variedades do Estado burguês, ou melhor, da ditadura

da burguesia – o que se caracteriza essencialmente pela coerção, violência –, Gramsci busca enfatizar a importância da direção cultural e ideológica – sem perder de vista sua base de classe – em seu estudo sobre a sociedade civil e a hegemonia. Como escreve Portelli, “mostrando que o Estado não é apenas a sociedade política, mas a combinação sociedade civil-sociedade política, e insistindo na base de classe desse Estado, Gramsci desenvolve consideravelmente a análise de Lenin” (PORTELLI, 1977:64). 2) *Organização intelectual da hegemonia*: ainda que Gramsci tenha se detido mais no aspecto educativo, o autor italiano retomou a análise e a concepção leninista do partido e não concebe a hegemonia sem a organização do pensamento, sem a articulação entre o pensar e o agir, que é realizada pelos intelectuais. 3) *“Base social” da hegemonia*: tanto Lenin, quanto Gramsci, argumentam que a classe fundamental precisa apoiar-se em grupos aliados. 4) *Análise da correlação de forças no seio do sistema hegemônico*: Gramsci retoma uma análise da revolução burguesa na Rússia que coincide com a do papel negativo do Partido de Ação – então representante das forças mais progressistas do bloco urbano – durante o *Risorgimento*. Como explica Portelli (1977:64), “quanto mais ampla a base da hegemonia, mais importante é o papel da classe operária no seio do sistema hegemônico, forçando a burguesia a superar sua meta inicial e preparando, desde já, o futuro sistema hegemônico classe operária-campesinato”.

Apesar da proximidade entre as noções de hegemonia em Gramsci e em Lenin, ambos diferem num aspecto fundamental: ao deslocar a hegemonia do campo puramente estratégico político para o campo “cultural e ideológico”, Gramsci situa a luta contra a classe dirigente na sociedade civil, e não na sociedade política, como Lenin. Uma diferença que vai além da simples tomada de poder e implica na própria concepção do Estado. Como interpreta Portelli, a concepção gramsciana da ‘sociedade regulada’, a condenação a qualquer ‘estadolatria’ mostra o caráter hegemônista da concepção gramsciana da ditadura do proletariado: esta é concebida como a direção ideológica (hegemonia, sociedade civil) e a dominação político-militar (ditadura, sociedade política) da classe operária (PORTELLI, 1977:65).

Segundo Michèle Barrett (2010), a hegemonia em Gramsci pode ser melhor entendida como “a *organização do consentimento*: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção. O bloco dominante, segundo Gramsci, atua não apenas na esfera política, mas em toda a sociedade” (BARRETT, 2010: 238). Com a capacidade de atrair as demais camadas de intelectuais, os representantes da classe dirigente são responsáveis pelo monopólio intelectual, essencial para a hegemonia. A garantia da unidade dentro da própria classe fundamental (intelectuais) estaria no fato de se compartilhar uma mesma filosofia da *práxis*, um mesmo projeto de transformação da sociedade. Nesse sentido, forma-se um “bloco ideológico” – intelectual –, que articula as camadas dos intelectuais aos representantes da classe dirigente

(PORTELLI, 1977). Importante dizer que tal direção se dá a partir de uma das classes fundamentais, que são criadas no mundo econômico. Assim, poderia ser a burguesia, o operariado ou mesmo grupos sociais subordinados, desde que houvesse uma “política” para os intelectuais. Como explica Gramsci:

A hegemonia de um centro diretor sobre os intelectuais afirma-se através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida, uma filosofia que ofereçam aos aderentes uma ‘dignidade’ intelectual que crie um princípio de distinção e um elemento de luta contra as velhas ideologias que dominam pela coerção; 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original que interessem e proporcionem atividade própria, no domínio técnico, a essa fração dos intelectuais, que é mais homogênea e numerosa (os educadores, do mestre-escola aos professores universitários). (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977:66).

Num sistema hegemônico, o bloco ideológico surge como fator de hegemonia sob um duplo aspecto:

por um lado em seu próprio seio, na medida em que os representantes da classe dirigente orientem os de outros grupos sociais e sobretudo, por outro lado, a nível do bloco histórico, permitindo à classe dirigente controlar, por intermédio do bloco ideológico, outras camadas sociais (PORTELLI, 1977: 67).

Portanto, o desenvolvimento e a homogeneidade do bloco ideológico comprovam, sinalizam a hegemonia do grupo dirigente. “Só um sistema *totalitário* de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a inversão da *práxis*.” (GRAMSCI, 1978:52-3).

De acordo com Gramsci, da relação entre infra e superestrutura, forma-se um bloco histórico, marcado pela presença de três grupos sociais – a(s) classe(s) fundamental(ais), que dirige(m) o sistema hegemônico; os grupos auxiliares, que seriam a base social da hegemonia; e as classes subalternas, excluídas do sistema hegemônico. Nele, “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1978:63).

Para compreender a natureza real da hegemonia e suas relações como bloco histórico, Portelli (1977) destaca duas premissas: a) como a

base de classe de qualquer hegemonia se deve à classe fundamental – que é fundamental durante todo período histórico em questão –, um estudo nacional precisa levar em consideração também o contexto internacional da classe dirigente; b) a análise pode se referir tanto a uma circunstância local e historicamente reduzida, como a uma extensa, visto que um bloco histórico é uma situação histórica determinada.

No seio do sistema hegemônico, a supremacia econômica e intelectual da classe dirigente em relação aos grupos aliados provoca uma desigualdade nas relações com os grupos associados, fazendo com que a associação entre eles seja “uma adesão ou uma absorção, conforme o modo de formação do bloco ideológico. Além disso, ela não é total; certos grupos estão excluídos, como as classes subalternas” (PORTELLI, 1977:78). Assim, ao pressupor a articulação de classes, a hegemonia, na perspectiva gramsciana, está numa constante negociação, nunca pode ser total. Encontra-se, antes, numa luta, disputa. Há quem reconheça, inclusive, um “caráter dinâmico da hegemonia” (EAGLETON, 1997). Com base na discussão que Raymond Williams faz de Gramsci, Terry Eagleton alega que “a hegemonia nunca é uma conquista definitiva, mas ‘tem de ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada’” (EAGLETON, 1977:107).

Nesse sentido, o autor entende que, para Gramsci, conquistar a hegemonia consiste em “estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria ‘visão de mundo’ pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse com o da sociedade em geral” (EAGLETON, 1997:108). Assim, Gramsci expande e enriquece a própria noção de ideologia, efetivando sua transição como ‘sistema de ideias’ para uma “ideologia como prática social vivida, habitual – que, então, deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento de instituições formais” (EAGLETON, 1997:107).

Nessa perspectiva, Eagleton ajuda a articular aspectos centrais da obra de Gramsci com questões e dilemas da contemporaneidade. “Como combatemos um poder que se tornou o ‘senso comum’ de toda uma ordem social em vez de um poder que é amplamente percebido como alheio e opressivo?”, pergunta-se o crítico britânico. E, numa das passagens mais elucidativas de sua discussão sobre Gramsci, alega o seguinte:

Na sociedade moderna, então, não é suficiente ocupar fábricas ou entrar em confronto com o Estado. O que também deve ser contestado é toda a área da ‘cultura’, definida em seu sentido mais amplo, mais corriqueiro. O poder da classe dominante é espiritual assim como material, e qualquer ‘contra-hegemonia’ deve levar sua campanha política até esse domínio, até agora negligenciado, de valores e costumes, hábitos discursivos

e práticas rituais. (EAGLETON, 1997:106).

É nessa chave de leitura, portanto, da cultura como política, que pretendemos seguir nossa discussão. Sobretudo, porque se trata de uma das principais contribuições do pensamento de Gramsci: abrir caminho e brechas para um terreno pós-marxista, particularmente no debate teórico sobre ação coletiva e movimentos sociais.

3 DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELUCCI: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Referência importante no campo da sociologia sobre os movimentos sociais contemporâneos desde os anos 80, o autor italiano nos proporciona uma reflexão conceitual sobre ação coletiva diferente da que foi pensada na sociedade industrial até a década de 60, ou seja, a fundamentada pelo paradigma marxista, em que os conflitos sociais e políticos se davam no âmbito das determinações macrosociais e do mundo do trabalho. Com um enfoque mais psicossocial, centrado no plano micro e na ação coletiva dos indivíduos (GOHN, 2011), as reflexões de Melucci reforçam a ideia de identidades como expressão de um conjunto variado de princípios de identidade, não mais como expressão de uma classe ou categoria sócio-profissional (MELUCCI, 2001).

Ao combinar a análise da subjetividade das pessoas com a das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico, Melucci surge como um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva. Uma perspectiva elucidativa, tanto ao estabelecer a conexão entre movimentos sociais e necessidades individuais na sociedade contemporânea, como por considerar o processo relacional na criação da identidade coletiva de um grupo. Apesar de assumir uma perspectiva marxista no início de sua teorização sobre ação coletiva, Melucci acabou por integrar, mais tarde, contribuições de diferentes orientações. Afinal, diante das transformações ocorridas na segunda metade do século XX, o sociólogo italiano vivia um contexto, no qual os problemas propostos pelo marxismo, como a centralidade da economia e as concepções de um sujeito histórico e de História, eram postos em xeque pouco a pouco, chegando mesmo a serem abandonados.

Ao partir de uma crítica à tradição marxista e às abordagens centradas no comportamento coletivo, Melucci “buscou integrar as contribuições teóricas sobre as ações coletivas para a análise dos movimentos sociais e construir um modelo analítico para a definição mais precisa do conceito ‘movimento social’” (MUTZENBERG, 2002:67). A partir dos conceitos de *solidariedade*, *conflito* e *ruptura dos limites do sistema*, ele traça uma tipologia da ação social, de acordo com a qual os movimentos sociais seriam apenas um dos tipos desse fenômeno.

Além disso, é uma abordagem que surge num cenário de deslocamento de “análises para aspectos culturais, ideológicos, assim como

para as lutas do cotidiano e solidariedade constitutiva de novas identidades” (MUTZENBERG, 2002:66). E é justamente nesse ponto, nessa dimensão da cultura como política, da luta cotidiana e do processo de formação de identidade, que entendemos ser possível pensar um terreno fértil para relacionar, basicamente, três aspectos entre o pensamento de Gramsci e Melucci: a construção da vontade coletiva com o *como* se formam os movimentos sociais; a validade psicológica gramsciana com o processo de formação de identidades coletivas; e, por fim, os graus de consciência política de Gramsci com os tipos de movimentos sociais de Melucci.

3.1 A “vontade coletiva” e o *como* se formam os movimentos sociais

Para Gramsci, a ação política sempre tem um caráter coletivo, uma vez que “toda ação é o resultado de diversas vontades, com diverso grau de intensidade, de consciência, de homogeneidade, com o conjunto íntegro da vontade coletiva” (GRAMSCI, 1978:51). Para ele, a política é o domínio da passagem da necessidade para a vontade. No entanto, apesar de o autor considerar a política como um ato “criador”, “suscitador”, é enfático ao argumentar que ela surge da realidade factual e não de desejos e sonhos. A realidade é dinâmica, marcada pelo movimento constante das relações de força e da mudança de equilíbrio. Nesse sentido, a ação política, em Gramsci, tem uma intencionalidade e requer uma organização, um “programa”. Assim, a ação política relacionada a um “programa” se estabelece em três níveis: 1) da análise da realidade factual, que diz respeito ao processo de previsão, ou seja, em identificar os elementos fundamentais e permanentes do processo com exatidão; 2) da construção de uma “vontade coletiva”; e 3) da luta hegemônica, que se dá no confronto de diferentes “programas” e concepções de direito em relação às “vontades coletivas”.

Como nosso interesse, aqui, é relacionar aspectos entre o pensamento de Gramsci e Melucci, nos deteremos na discussão do segundo nível, que consiste em “indagar como se formam as vontades coletivas permanentes, e como tais vontades se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos, isto é, uma linha de ação coletiva” (GRAMSCI, 1978-b: 90). Tal preocupação parece se aproximar bastante de algumas questões colocadas por Melucci, entre as quais: como atores sociais formam uma coletividade e se reconhecem como parte disso? Como eles mantêm essa coletividade? Como agir junto faz sentido para os participantes num movimento social? Como o significado da ação coletiva deriva de pré-condições estruturais ou da soma de motivos individuais? (MELUCCI, 2003).

Para Gramsci, a questão da construção da vontade coletiva está fortemente relacionada à noção de ideologia, definida no campo da luta política e não pela estrutura econômica ou pela organização social (MUTZENBERG, 2002). Como explica Gramsci (1978:36-7),

todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”, isto é, ele pressupõe a obtenção de

uma unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo.

Nesse sentido, Gramsci dá pistas de como os indivíduos constroem suas identidades numa unidade. Apesar de considerar que todas as pessoas são filósofas – já que a “filosofia espontânea” estaria na própria linguagem, no senso comum, no bom senso e em todo o sistema de crenças, modos de ver e agir no que ele chama de “folclore” – e capazes de criticar sua própria concepção de mundo, para o autor, a organização do pensamento estaria a cargo de uma elite de intelectuais, capazes de vincular a base teórica com a transformação da sociedade, ou melhor, a superação das relações do tipo capitalista. No papel de articuladores da filosofia, política e ética, ou em outras palavras, na articulação entre o pensar e o agir, os intelectuais seriam o agente da filosofia da práxis. Nas palavras do autor, “não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (GRAMSCI, 1978:21).

No entanto, ao entender que o poder intelectual precisa atuar na prática, via política, política de transformação, Gramsci diferencia os intelectuais orgânicos – defensores das ideias de um bloco histórico – dos tradicionais – guardiões do *status quo*, mas que poderiam ser cooptados. Nas Notas sobre Maquiavel, a função de unificar aspirações e desejos, elaborar novas intelectualidades integrais e totalizadoras e difundir novas concepções de mundo é atribuída ao partido. Entendido como um organismo determinado pelo desenvolvimento histórico, o partido político é “um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 1978-b:6). Nesse sentido, o partido é a expressão ativa e atuante de uma vontade coletiva nacional-popular e responsável por uma reforma intelectual e moral, atrelada a uma econômica.

Apesar dessa perspectiva totalizadora do partido não dar conta da conjuntura atual, e ser bastante divergente da de Melucci, que não acredita num agente responsável pela mudança da totalidade, a questão da organização do pensamento e a construção de uma vontade coletiva, traçadas por Gramsci, ainda nos são bastante ricas para pensar ação coletiva hoje. Assim, ao explicar que há

um processo molecular, miudíssimo (...) do qual nasce uma vontade coletiva com um determinado grau de homogeneidade, grau que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultaneamente no

tempo e no esforço geográfico em que o fato histórico se verifica (GRAMSCI, 1978-b:90),

esse aspecto da análise gramsciana pode ser relacionado às abordagens sobre *como* se formam os movimentos sociais.

Assim como em Gramsci, a ideologia em Melucci também tem um papel fundamental. Por atuar num campo de tensões e conflitos entre os diferentes segmentos de um movimento e ser uma fonte importante de liderança, a ideologia, para Melucci, é um nível analítico decisivo para se entender os movimentos sociais. Como explica Maria da Glória Gohn (2011:160), “ela fornece os marcos que os atores usam para representar suas ações e é uma das principais ferramentas para garantir a integração, além de consolidar a identidade do grupo.

Se, para Gramsci, a formação de um “momento histórico coletivo” está ligada à atuação dos partidos políticos, para Melucci, é preciso levar em consideração a pluralidade de aspectos presentes na ação coletiva e explicar como eles são combinados e sustentados no tempo (Melucci, 2003). Para o autor, um ator coletivo é constituído por processos de mobilização, organização, modelos de liderança, formas de comunicação, ideologias. E argumenta, ainda, que, em sua intervenção no espaço público, os movimentos vivem períodos de visibilidade e latência (Melucci, 2001).

Para Melucci (2003:74), “todo conflito que transgride um sistema de regras compartilhadas, se se refere a recursos materiais ou simbólicos, é um conflito de identidade”.

3.2 A “validade psicológica” e a construção de identidades coletivas

Assim como Melucci faz na análise da construção de identidades coletivas, Gramsci também destaca a importância do processo cognitivo na constituição de uma vontade coletiva, apesar de não se limitar a ele. Ao distinguir ideologias *historicamente orgânicas* (necessárias a uma determinada estrutura) das ideologias *arbitrárias* (“racionalistas”, “desejadas”), Gramsci alega que as primeiras possuem uma validade que é psicológica. Segundo o autor, “elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1978:62-3). Assim, a formação de uma vontade coletiva não é meramente racional, mas envolve relações de confiança, sentimento de pertença, um elemento de “fé”. Como argumenta Gramsci,

toda cultura tem o seu momento especulativo e religioso, que coincide com o período de completa hegemonia do grupo social do qual é expressão, e talvez coincida precisamente com o momento no qual a hegemonia real se desagrega na base, molecularmente, mas o sistema

de pensamento, justamente por isto, (para reagir à desagregação), aperfeiçoa-se dogmaticamente, torna-se uma “fé” transcendental (GRAMSCI, 1978:56).

Aqui, podemos identificar que, além de um processo reflexivo, há um sentimento de pertencimento em torno da formação de uma vontade coletiva. Da mesma forma, Melucci destaca esse aspecto na sua teorização sobre identidade coletiva. Entendida como processo de construção de um sistema de ação, a noção de identidade coletiva, para Melucci, corresponde a uma definição interativa e partilhada, produzida por um número de indivíduos (ou grupos) compreendendo as orientações de sua ação e o campo de oportunidades e restrições, na qual a ação está. Nesse sentido, o autor argumenta que a identidade coletiva se refere: a) tanto a uma rede de relações ativas entre atores que interagem, se comunicam, influenciam um ao outro, negociam e tomam decisões; b) como exige um investimento emocional, uma vez que envolve uma constante negociação entre seus participantes. A identidade coletiva permite que os atores sociais ajam como sujeitos unificados, delimitados, e tenham controle sobre sua própria ação. (MELUCCI, 2003).

Na trilha de seu percurso argumentativo, o autor destaca três premissas em relação à identidade coletiva: 1) *uma habilidade auto-reflexiva dos atores sociais*: Melucci defende que a ação coletiva não é uma mera reação a restrições sociais e econômicas. Ela produz orientações e significados simbólicos reconhecidos pelos atores sociais. Esse ponto nos faz lembrar uma das passagens de Gramsci sobre a questão da crítica de si mesmo, a saber: “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 1978:21); 2) *noção de causalidade e pertencimento*: os atores sociais são capazes de atribuir os efeitos de suas ações a si próprios e tal reconhecimento sustenta a capacidade deles se apropriarem dos resultados de suas ações. Conforme comentamos há pouco, tal sentimento de pertença também está presente na reflexão de Gramsci em torno do processo de construção da vontade coletiva; 3) *capacidade de perceber “duração”*: os atores sociais estabelecem uma relação entre passado e futuro e atrelam a ação aos seus efeitos. Aqui, a análise de Melucci parece se aproximar da noção gramsciana de *previsão*, uma vez que “prever significa apenas ver bem o presente e o passado como movimento: ver bem, isto é, identificar com exatidão os elementos fundamentais e permanentes do processo” (GRAMSCI, 1978-b:41).

E se, para Melucci, não se pode pensar identidade coletiva sem se referir à sua dimensão relacional, já que ator social e sistema constituem um ao outro reciprocamente; também para Gramsci, o ser humano deve ser entendido como um bloco histórico de elementos tanto subjetivos/individuais,

como objetivos, materiais/de massa. Assim, “transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo (GRAMSCI, 1978:47).

3.3 Graus de consciência política e tipos de movimentos sociais

Se, com o conceito de hegemonia, Gramsci nos oferece uma leitura maleável das relações de força, ele ainda não consegue desvinculá-las da noção de classes sociais. Sua análise, portanto, baseia-se nas posições que tais forças sociais ocupam na produção e discute suas ações a partir de três graus de consciência política que ele traça assim:

O primeiro e mais elementar é o **econômico-corporativo**: (...) sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se adquire a **consciência da solidariedade de interesses** entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. (...) Um terceiro momento é aquele em que se adquire a **consciência de que os próprios interesses corporativos**, no seu desenvolvimento atual e futuro, **superam o círculo corporativo**, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. (GRAMSCI, 1978-b: 49-50).

É na terceira e última fase que acontece a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, assim como a afirmação da unicidade dos fins econômicos e políticos e também da unidade intelectual e moral. Nela, as questões são postas num plano “universal”, não mais corporativo. Assim, com base nesses diferentes momentos da consciência política coletiva, constatamos que a ação política, em Gramsci, está relacionada a um campo de forças coletivas e não a ações individuais. Se não pensarmos nos agentes em si, mas nas origens ou conjunturas da formação dessas coletividades, podemos, assim como Melucci, interpretar os agentes como fruto de ações políticas anteriores ou redes de relações preexistentes. Nesse sentido, pode-se fazer um paralelo entre os graus da consciência política apontados por Gramsci e a seguinte tipologia dos movimentos sociais definida por Melucci, que, aqui, optamos por apresentar numa tabela com os tipos de movimentos sociais de um lado, acompanhados pelos elementos presentes neles, do outro. Acreditamos que, assim, podemos visualizar e entender melhor a proposta analítica de Melucci.

Tabela 1 - Tipologia de movimentos sociais proposta por Alberto Melucci

MOVIMENTOS SOCIAIS		CARACTERÍSTICAS
Redes conceituais	Conflito e ruptura dos limites do sistema no nível da vida cotidiana. São ações moleculares contra as regras que regem a reprodução social na vida cotidiana através da criação de redes de relações conflituais	
	Os atores coletivos pressionam por uma distribuição diferente dos recursos	
Movimentos	dentro de um sistema organizacional. O conflito vai além do nível	
Reivindicatórios	operacional para afetar a produção de normas.	
	Conflito e ruptura dos limites do sistema político. Defendem a ampliação	
Movimentos	dos critérios para participação na tomada de decisão e lutam contra o jogo	
Políticos	político que privilegia alguns interesses.	
Movimentos	Conflito voltado para a produção dos recursos de uma sociedade e a direção	
Antagonistas	do desenvolvimento como tal.	

É assim, com base na discussão traçada em torno desses três aspectos, que percebemos o diálogo entre Gramsci e Melucci. Apesar de suas análises partirem de contextos e demandas distintas, o exercício de tentar estabelecer um paralelo entre suas perspectivas ajuda a entender melhor nuances e marcas do debate teórico sobre ação coletiva e movimentos sociais, principalmente nos aspectos relativos à ação política, aos processos de construção hegemônica e à formação da identidade coletiva. Pistas teóricas inspiradoras para se pensar possibilidades de mudança na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BARRETT, M. 2010. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, S. (Org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto. p.235-264.

EAGLETON, T. 1997. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: UNESP; Boitempo. p.

105-114.

GOHN, M.G. 2011. **Teorias dos Movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.

GRAMSCI, A. 1978. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1978-b. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1987. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MELUCCI, A. 2001. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001

_____. 2003. **Challenging codes: collective action in the forming age**. Cambridge: University Press. (Versão digital).

MUTZENBERG, R. 2002. **Ações coletivas, movimentos sociais**: Aderências, Conflitos e Antagonismo Social. Recife, UFPE. Tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFPE. Recife.

PORTELLI, H. 1977. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 61-81.

GRAMSCI AND MELUCCI: A POSSIBLE DIALOGUE FOR THINKING ABOUT COLLECTIVE ACTION ANALYSIS

ABSTRACT – This article consists of a theoretical discussion that establishes a parallel between the perspectives of two great thinkers in the field of collective action and social movements, such as the Italians Antonio Gramsci and Alberto Melucci. From a brief presentation of key concepts in the work of these authors, a discussion is developed around aspects related to political action, hegemonic construction processes and the formation of collective identity.

KEYWORDS: Collective action, social movements, collective identity, Gramsci, Melucci.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 7, 9, 111-113, 117-121, 123
Aceleração 6, 8, 10, 11, 16, 17, 22, 23
Análise 6-10, 15, 31, 35, 39, 43, 47, 74-78, 92, 97, 104-106, 108, 111-114, 116-118, 120-123
Arranjo institucional 74, 76
Associação 97, 111, 116
Autoritarismo 7, 9, 29, 34, 104,
Avaliação 3, 10, 19, 75, 80, 83,

C

Cirurgia estética 8, 66-70, 72
Comportamento 13-15, 40, 55, 79, 82, 89, 101, 105, 117
Comunitária 7, 8, 29, 52, 60, 87-102
Contemporaneidade 6, 8, 51-53, 56, 60, 61, 66-68, 113, 116, 123
Coronavírus 25, 29, 33, 38
Corpo 6, 8, 28, 31, 34-36, 40, 44, 45, 47, 53, 55, 56, 66, 67-73, 89, 90, 122
Covid-19 36, 62
Crescimento 6, 8, 10-17, 22, 23, 27, 54
Criança 19, 28, 29, 37, 42
Crime 74, 76-78, 80, 84, 85, 93, 100

D

Dependência 40, 46, 54
Desenvolvimento econômico 6, 10, 53
Desigualdade 6, 8, 25-29, 33-35, 37, 40, 52, 56, 58, 76, 79, 116

Diálogo 7, 9, 51, 62, 64, 70, 88, 95, 111, 112, 123

Direito 3, 6-8, 16, 27-29, 31, 32, 34-36, 41, 51, 53, 54, 56-58, 60-63, 84, 91, 99, 102-109, 118

Discussões 6, 8, 41, 51, 52, 55, 57, 69, 90, 112

E

Econômica 6, 8, 10-15, 21, 25-27, 31, 33-35, 42, 58, 60, 61, 63, 64, 101, 112, 116, 118, 119, 121
Emergencialismo 9, 104, 105
Ensaio sociológico 7, 9, 104
Estado e Sociedade 8, 53, 87-89, 96, 100
Estética 6-8, 66-73
Exposição 34

F

Federal 23, 24, 31, 33-35, 51, 66, 72-74, 78, 85, 90, 91, 101, 111
Feminina 6, 8, 25, 26, 28-33, 36, 73

G

Governo Lula 11, 22
Gramsci 9, 111-124

I

Identidade coletiva 117, 121
Idosos 29, 34
Indígena 6, 8, 26, 27, 34, 36, 51-64
Infraestrutura 10, 12, 16, 17-19
Institucional 16, 26, 28, 74, 76, 78-83, 90, 101
Interculturalidade 6, 8, 51, 53, 58-62
Investigação criminal 9, 104-108

Investimento 10, 13-18, 20, 21, 23, 53-55, 67, 83, 95, 121

Ira 17, 94

L

Literatura 88, 126

M

Mandato 6, 10-17, 20

Mato Grosso 89-95, 101

Melucci 7, 9, 111, 112, 117-124

Movimentos sociais 111, 117, 118, 122, 123

P

PAC 6, 10, 11, 12, 16-24, 56, 57, 96

Participantes 118, 121

Pensar 7, 9, 44, 48, 51, 53, 60, 71, 81, 98, 111-114, 118, 119, 121-123

Pesquisa 6-8, 25, 27-33, 35, 36, 39, 41, 47-49, 66, 70, 74-85, 87-90, 92, 94, 95, 97, 98

Plano de Aceleração do Crescimento 8, 10, 16, 22

Polícia comunitária 7, 8, 87-96, 98-102

Política 6, 8, 10-15, 22, 32, 34-36, 39, 40, 42, 43, 48, 51-64, 75, 77-85, 89, 91, 94, 101, 102, 104, 107, 109, 111-114, 116, 118, 119, 121-124, 127

Política econômica 6, 8, 10-13, 15

Programa 10, 15-23, 29-31, 51, 55, 58, 85, 115, 124

Prostituição feminina 6, 8, 25, 26, 28-33, 36

Pública 5, 7, 8, 10, 12, 13, 17, 18, 28, 29, 31, 34, 36, 37, 39-43, 46, 48, 51, 54, 56, 57, 61-64, 74, 75, 77-85, 88, 89, 91, 93, 95, 96, 99-101

R

Revisão 17, 19, 20

Ribeirão Preto 27, 28, 30, 31, 33, 37

Rio de Janeiro 16, 101

S

Saúde 6, 8, 29-31, 34-36, 51-53, 56, 58-64, 69, 70, 72, 80, 91, 108

Saúde indígena 6, 8, 51-53, 56, 58, 61-64

Segurança pública 8, 74, 77, 79-81, 83-85, 88, 91, 93, 95, 96, 99, 101

Socioeconômico 29, 43, 63, 64

Sociologia do Direito 107

Sociológico 7, 9, 78, 79, 104

Subcidadania 6, 8, 25, 35, 37, 102

Subjetividade 43, 66, 68-73, 81, 117, 127

T

Tensão 7, 8, 42, 53, 87-90, 100, 111, 113

Transformações corporais 6, 8, 66, 68-70

U

Universidade 10, 25, 36, 51, 64, 66, 72-74, 77, 83, 85, 101, 111

V

Vida 6, 8, 11, 19, 32-34, 36, 39-41, 43, 46-48, 51-53, 55, 56, 59, 61-63, 68, 70, 71, 73, 85, 87, 94, 96, 108, 111, 113, 115, 116, 123

Violência 6, 8, 25, 27-29, 31-35, 37, 39-49, 59, 62, 63, 74-76, 79, 84, 92, 95, 100, 102, 106, 114

Vitimização 7, 8, 74-76, 78, 79, 81-85

SOBRE OS ORGANIZADORES

Fabiana Letícia Sbaraini

Possui graduação em Educação Física Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (1999), mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2016). Atualmente é professora EBTB do Instituto Federal de Roraima, docente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional e membro do Conselho Editorial da Revista Norte Científico. Atua na área de Educação Física, com ênfase em Atividade Física Relacionada à Saúde e com Políticas Públicas de Saúde Indígena.

Nelson Calsavara Garcia Junior

Economista, formado pela Universidade de São Caetano do Sul (2000), com título de mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e doutor em Ciências Sociais (PUC-SP em 2017). Atua no ensino superior desde 2008 e atualmente trabalha na Universidade Cruzeiro do Sul. Antes do ingresso no ensino superior, atuou por doze anos no departamento financeiro de duas grandes empresas: Fundação Zerbini e Ferro Enamel do Brasil.



Perspectivas e Reflexões em Sociologia

www.bookerfield.com



contato@bookerfield.com



[@bookerfield](https://www.instagram.com/bookerfield)



[Bookerfield Editora](https://www.linkedin.com/company/bookerfield)





Perspectivas e Reflexões em Sociologia

www.bookerfield.com



contato@bookerfield.com



[@bookerfield](https://www.instagram.com/bookerfield)



Bookerfield Editora



ISBN 978-658992923-9



9

786589

929239